

Relatório e Contas

Exercício 2015

Contas consolidadas



TRANQUILIDADE

Handwritten signature

Companhia de Seguros TRANQUILIDADE, S.A.
Av. da Liberdade, nº 242
1250 - 149 Lisboa / Portugal
Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa
NIPC: 500 940 231
Autorização ASF nº 1037
LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333

21/10/15
A
M
Z

Índice Geral

1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CONSOLIDADO	4
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	24
3. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO	27
4. MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS	28
5. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	29
6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	30
7. DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO	140

1. RELATÓRIO CONSOLIDADO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as contas consolidadas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Grupo Tranquilidade), respeitantes ao exercício de 2015.

1.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2015 a atividade económica global voltou a estar marcada por alguma incerteza interrompendo a tendência de gradual crescimento que se observava em 2014.

Nas economias mais desenvolvidas, o crescimento económico manteve-se fraco embora com tendência positiva, a inflação continuou em níveis próximos de zero, e os bancos centrais mantiveram políticas orçamentais favoráveis ao crescimento. As economias emergentes continuaram a influenciar desfavoravelmente a atividade económica global, tendo sido a desaceleração da China o fator de maior influência.

1.1.1. – SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

Nos EUA, a informação económica mais recente aponta para uma evolução favorável do mercado de trabalho e do mercado imobiliário. O setor industrial apresenta ainda sinais de enfraquecimento.

Estima-se que o crescimento económico se tenha situado em torno de 2,5%, ligeiramente acima do valor do ano anterior (2,4%). A economia esteve mais robusta que no passado recente, facto que foi confirmado pela decisão da Reserva Federal (Fed) em finais de 2015 de alterar o rumo da sua política monetária e subir a taxa diretora pela primeira vez em cerca de uma década, para 0,50%.

O crescimento do consumo das famílias deverá ter superado os 3,0% pela primeira vez desde 2006, reflexo da melhoria no mercado de trabalho com uma taxa de desemprego a rondar 5,3%. Em contrapartida, a queda dos preços do petróleo refletiu-se negativamente no investimento, enquanto as exportações abrandaram significativamente fruto da valorização do dólar.

A atividade económica na Zona Euro manteve o processo de recuperação em 2015, embora a um ritmo mais lento do que o previsto. Os baixos preços do petróleo, a desvalorização do euro e os estímulos monetários do BCE impulsionaram o consumo privado e as exportações. No entanto, o crescimento económico da Zona Euro não ultrapassou 1,5%.

O elevado nível de endividamento do setor privado, o fraco investimento e a desaceleração económica dos países emergentes, foram os principais fatores que impediram um crescimento mais robusto na Zona Euro.

A taxa de inflação manteve-se em níveis muito baixos (0,1%) e o mercado de trabalho apresentou melhorias modestas em linha com um crescimento económico que não foi suficiente para fomentar a criação de mais empregos. Assim, a taxa de desemprego manteve-se elevada, em 11,0%, e continuou a revelar elevadas disparidades entre os países membros da Zona Euro.

Em 2015, as taxas Euribor desceram em todos os prazos, situando-se a Euribor a 3 meses em -0,13% (2014: 0,08%) e a Euribor a 12 meses em 0,06% (2014: 0,33%).

O ano de 2015 foi marcado também pela acentuada apreciação do dólar face à generalidade das divisas, apesar de ter tocado o mínimo de 1,5 face ao euro. No final do ano, a taxa de câmbio situava-se em 1,09 USD por EUR (1,21 em dezembro de 2014).

Os mercados acionistas europeus registaram uma performance superior à dos mercados americanos que, com exceção do Nasdaq (+5,9%), terminaram o ano com perdas contidas enquanto o *Eurostoxx 50* registou uma valorização de 3,8% em 2015. O receio do abrandamento da economia chinesa e o seu impacto na economia mundial afetaram negativamente o desempenho das bolsas mundiais, sobretudo a partir do 2º semestre de 2015, despoletando uma forte turbulência nos mercados.

1.1.2. – SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

De acordo com os últimos dados divulgados, em 2015 a economia portuguesa registou um crescimento de 1,5%, mais 0,6 p.p. do que no ano anterior.

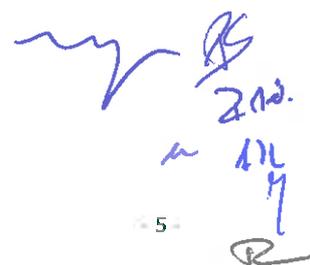
A procura interna apresentou um comportamento positivo, refletindo o crescimento do consumo privado de 2,6% (2,2% em 2014) e público de 0,8% (-0,5% em 2014). Verificou-se uma recuperação do rendimento disponível das famílias ao longo do ano e também uma queda da taxa de poupança (alcançou 4,0% no 3º trimestre de 2015, o nível mais baixo desde, pelo menos, 1995). Por outro lado, o crescimento do investimento desacelerou, passando de 5,5% em 2014 para 3,6% em 2015.

A procura externa líquida registou um comportamento mais favorável, em resultado da aceleração das exportações, que cresceram 5,1% face a 2014 (3,9% em 2014). No entanto, também as importações mantiveram um ritmo elevado de crescimento (7,3% em 2015 que compara com 7,2% em 2014).

A taxa de desemprego recuou de 13,9% para 12,4% em 2015 e a taxa de inflação regressou a valores positivos, 0,5% (2014: -0,3%). Todavia, a taxa de inflação permanece ainda em valores historicamente baixos, refletindo parcialmente a queda significativa dos preços do petróleo no mercado internacional.

O saldo das Administrações Públicas registou uma melhoria face ao período homólogo devido ao efeito conjugado de diminuição da despesa (nomeadamente, queda das despesas com pessoal, prestações de desemprego e juros) e aumento da receita (principalmente fiscal).

No entanto, o governo estima que o saldo orçamental de 2015 supere o nível de -4,0% do PIB, reflexo da operação de venda num contexto de resolução do BANIF decidida próximo do final do ano e cujo impacto nas contas do Estado deverá ascender a 2.255 milhões de euros (1,3% do PIB estimado em 2015), sendo cerca de 1.766 milhões de euros injetados diretamente pelo Tesouro português e 489 milhões pelo Fundo de Resolução.



1.1.3. – MERCADO SEGURADOR EM PORTUGAL

Em termos globais, a produção de seguro direto em 2015 registou uma diminuição de 11,4% face a 2014, situando-se em 12.662 milhões de euros (-1.627 milhões de euros). A quebra nos prémios do ramo Vida esteve na origem deste decréscimo da produção, interrompendo novamente o ciclo de expansão deste ramo que se verificava desde 2013.

O segmento Vida foi afetado por uma conjuntura que aliou a persistência das baixas taxas de juro de longo prazo, a acentuada redução da taxa de poupança dos particulares e a aproximação de um novo regime de solvência que penaliza os riscos inerentes às garantias financeiras.

Os prémios do ramo Vida alcançaram 8.669 milhões de euros, -17,0% face ao ano anterior (-1.770 milhões de euros). Apenas os prémios dos seguros tradicionais cresceram relativamente a 2014 (+4,6%). Os produtos de capitalização diminuíram 17,8% (-1.258 milhões de euros) e as contribuições para PPR's que alcançaram 1.897 milhões de euros, tiveram uma quebra de 22,6% (-555 milhões de euros) face ao ano anterior.

Quanto ao segmento Não Vida, apresentou um crescimento assinalável de 3,7%, a maior taxa de crescimento anual dos últimos 10 anos. O volume de prémios Não Vida atingiu 3.993 milhões de euros (+144 milhões de euros) com destaque para o ramo Acidentes de Trabalho que cresceu 7,8%, dando um novo impulso à recuperação iniciada em 2014. O aumento da massa salarial, expectável com o relançamento da atividade económica, assim como as correções tarifárias para fazer face ao desequilíbrio técnico do ramo, deverão estar na origem deste aumento do volume de prémios.

Os ramos de Acidentes Pessoais/Pessoas Transportadas (+5,2%) e Saúde (+7,5%) que já apresentavam crescimentos positivos, progrediram em 2015 a um ritmo mais elevado do que em anos anteriores. O ramo de Incêndio e outros Danos (+2,0%), com destaque para os ramos Multirrisco (+2,1%), também apresentou taxas de crescimento positivas embora mais moderadas. O ramo Automóvel, que interrompeu o ciclo descendente dos últimos anos, registou uma subida no volume de prémios de 1,5%. Em sentido inverso, destaque para a quebra da produção nos ramos de Transportes (-5,8%).

O peso da atividade seguradora no PIB baixou de 8,3% em 2014 para 7,2% em 2015. O segmento Vida representa 4,9% do PIB e o Não Vida representa 2,3% (6,1% e 2,2% em 2014, respetivamente).

De acordo com os últimos dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Resultado Líquido das empresas de seguros (sob supervisão da ASF) foi positivo em 2015, atingindo 378 milhões de euros (77 milhões de euros em 2014), contribuindo para o reforço de capitalização do setor.

A taxa de cobertura da margem de solvência (das empresas sob supervisão da ASF) situou-se, no final de 2015, em 238%, o que representa um aumento de 32 p.p. face a 2014, evidenciando a solidez do setor segurador bem como o seu nível de preparação para responder às exigências de capitais resultantes da entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016 do novo regime de solvência (Solvência II).

O segmento direto do mercado continua a ser essencialmente constituído pelo ramo Automóvel, sendo determinado pela sua evolução. O volume total de prémios de todas as seguradoras que operam neste segmento cresceu 2,6% em relação ao ano anterior, e a produção do ramo Automóvel subiu 1,9%, um desempenho ligeiramente acima do mercado segurador global.

1.2 – FACTOS RELEVANTES EM 2015

Em 2015 a economia Portuguesa manteve a trajetória de evolução positiva que já vinha evidenciando no ano anterior, naquele que foi o primeiro ano completo após a saída de Portugal do programa de consolidação orçamental acordado com a Troika.

Para o Grupo, 2015 foi um ano importante. Com a entrada do novo acionista em 15 de janeiro de 2015, uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da Apollo Global Management, LLC, a Calm Eagle Holdings, S.à r.l. ("Apollo"), permitiu um virar de página, recapitalizando o Grupo com a injeção de capital necessária para repor os rácios de solvência em níveis adequados, e permitindo que o Grupo dispusesse de novo de condições para focar-se ainda mais em criar valor e gerar resultados.

Em 2015, o Grupo demonstrou uma vez mais a sua força e capacidade regeneradora, já neste contexto de um novo acionista. Assim, foi possível colmatar as perdas fruto da desagregação do Grupo Espírito Santo, através de uma superior capacidade de retenção e de uma elevada dinâmica comercial na captação de novos negócios, em particular na área de Retalho.

No mercado nacional o Grupo manteve a quota de 3,3% em 2015. Em Não Vida alcançou 8,5% do mercado e a 2ª posição em termos de *ranking*. No mercado Vida, a quota de mercado passou de 0,8% em 2014 para 0,5% em 2015.

Na vertente comercial, o ano foi marcado por uma dinâmica crescente e pela confirmação da confiança e solidez das parcerias comerciais entre o Grupo e os seus canais não diretos de distribuição profissionais:

- Os Parceiros Multimarca e Exclusivos, cresceram 6% e 4%, respetivamente, o que representou uma performance superior à do mercado, sobretudo nos Multimarca reforçando o reconhecimento da proposta de valor global das marcas do Grupo e do seu serviço por parte deste importante canal;
- Os Corretores, decresceram 1% em 2015, mas a dinâmica comercial evoluiu de forma crescente ao longo do ano, com o volume de prémios no 4º trimestre a evoluir 10%;
- As Redes de Retalho Alternativas cresceram 31% face a 2014 e reforçaram o seu importante papel na área do retalho do Grupo, em particular no ramo Automóvel em que contribuíram com 12% da receita nova.

Em 2015, a base de Clientes Não Vida e Vida do Grupo, não considerando o canal bancassurance, atingiu 811.000 clientes (+4,2%, +33.000 clientes face a 2014). Esta evolução muito positiva, e sem precedentes nos anos anteriores, foi alcançada sobretudo devido ao sucesso dos mecanismos de retenção que permitiram uma descida da taxa de anulação na renovação em Automóvel.

O Grupo conseguiu uma performance superior ao mercado em Automóvel devido à elevada retenção e uma dinâmica de novos muito positiva, com um ano recorde de novas apólices. Em Acidentes de Trabalho e Saúde, o Grupo ficou aquém do mercado, quer devido à perda de negócios (ainda) relacionada com a desintegração do Grupo Espírito Santo, quer devido ao processo de reequilíbrio técnico de carteira assente em aumentos de preços com vista ao seu ajustamento ao custo do risco.

No ramo Vida, a aposta estratégica nos produtos Vida Risco gerou novamente, resultados positivos permitindo que o Grupo tenha crescido 7,5% neste produto em 2015, com os principais parceiros do Grupo a crescerem aproximadamente 23% em Vida Risco.

Tem vindo a recriar a sua gama de produtos de Vida Previdência e Vida ligado ao Crédito Habitação e reforçou a sua capacidade de distribuição, selecionando um conjunto de parceiros de negócio com perfil e apetência para vender este tipo de seguros. Desenvolveu ainda nesta área, novas formas de distribuição, nomeadamente a venda por telefone, tendo obtido resultados muito satisfatórios, desde 2011. De notar o lançamento de uma oferta inovadora dirigida ao segmento dos jovens adultos, o Vida Mais Cool, com uma proteção acrescida e substancial dos riscos de Invalidez.

O canal direto manteve uma quota de mercado no universo das seguradoras diretas de cerca de 20%, contando com uma quota de cerca de 30% em Casa e cerca de 50% em Saúde, ramos onde foi pioneira.

O ano de 2015 marca igualmente a consolidação da plataforma do canal direto para iniciativas *co-branded* e/ou de *whitelabelling* com diversos parceiros. Destinada a marcas interessadas em acrescentar serviços e valor aos seus clientes, oferece a possibilidade única de partilhar toda a plataforma tecnológica e know-how do Grupo nas diversas vertentes, com um simples "plug-&play". Trata-se de uma forma de parceria totalmente inovadora no nosso mercado, ao qual aderiram, por exemplo, a Cetelem e a Via Verde.

Por outro lado, e também reforçando a diferenciação face à concorrência, foi lançada a nova área cliente no site do canal direto, totalmente *Responsive Web Design* (RWD), dando resposta à crescente procura de clientes via dispositivos móveis - *smartphones* ou *tablets* (cujo tráfego no site supera já os 15% do total de acessos).

A nível das redes sociais, o canal direto ultrapassou a barreira dos 50 mil fãs no Facebook e consolidou a sua liderança nas mesmas, desde o YouTube ao LinkedIn. Tal facto permitiu também a que a subsidiária do Grupo dedicada a este canal fazer parte de um restrito número de empresas portuguesas presentes no Facebook: apenas 10% destas estão acima deste valor de fãs, o que não deixa de ser notável para uma seguradora e atesta a força e diferenciação da marca e proposta de valor da mesma.

Com a crise financeira global que se iniciou em 2007, as principais economias mundiais têm apresentado taxas de crescimento económico modestas, condicionando a normal evolução dos mercados financeiros. Em 2015, os mercados financeiros foram caracterizados pela elevada volatilidade que apresentaram.

Neste ambiente, a estratégia de investimentos do Grupo foi caracterizada no 1º quadrimestre pela aplicação em obrigações de taxa fixa permitindo que o Grupo beneficiasse do programa de *quantitative easing* do BCE. A partir de maio, as operações realizadas tiveram como principal objetivo a implementação de uma gestão *ALM* devido à entrada em vigor do regime Solvência II a partir de 2016.

O saldo técnico global Não Vida, sem inclusão do canal direto e canal bancassurance, aumentou de 55,8 milhões de euros para 60,5 milhões de euros em 2015, o que representa um crescimento de 8,4%. Apesar da diminuição do saldo técnico do ramo Automóvel, cuja sinistralidade, líquida de resseguro, subiu para 73,1%, salienta-se a contribuição positiva de Acidentes e Doença, principalmente de Acidentes de Trabalho que viu a taxa de sinistralidade diminuir para 82,4%, o que constitui uma evolução positiva, mas aquém do desejável.

No ramo Vida, o saldo técnico líquido de resseguro subiu de 6,1 milhões de euros para 9,1 milhões de euros. Apesar da evolução positiva do saldo técnico, os resultados líquidos pioraram 25,4%, para 3,2 milhões de euros, fruto do decréscimo dos resultados da atividade financeira, enquanto o rácio de solvência se cifrou em 202% (+6 p.p. vs 2014).

No canal direto, aos bons resultados comerciais juntou-se também uma melhoria da taxa de sinistralidade de mais de 30pp de 2010 para 2015 e uma redução de mais de 2 milhões de euros (quase 25%) dos custos operacionais *proforma* nos últimos 2 anos.

A nível operacional, por forma a dar continuamente melhor resposta ao nível da oferta e da qualidade de serviço prestado a Clientes e Parceiros, o Grupo lançou um conjunto de novas iniciativas:

1. Lançamento de novos produtos, sobretudo em Particulares, mas também em Empresas:
 - Em Particulares
 - Em Automóvel, reforço da oferta com o relançamento da cobertura de Proteção Especial do Condutor, reforço do QIV, alargamento do complemento de indemnização por Perda Total e lançamento da Viatura de Substituição Equivalente também para Ligeiros de Mercadorias;
 - Em Saúde, reformulação da oferta para Séniores e reforço do número de consultas base da opção Essencial;
 - Em Multirriscos Habitação, lançamento da cobertura de Mudanças;
 - Melhoria das vantagens associadas ao equipamento de Clientes com Carro e Casa, através da oferta de combustível.
 - Em Empresas
 - Nova tarifa de Transportes;
 - Revisitação dos setores estratégicos e identificação de setores super-estratégicos para Médias Empresas.
2. Introdução de melhorias e novas funcionalidades no posto de trabalho do Parceiro (SIA-net):
 - Alargamento da capacidade de simulação e subscrição em Automóvel e Acidentes de Trabalho;
 - Possibilidade de reaproveitamento de todas as simulações efetuadas;
 - Renovação de todos os outputs dos produtos Habitação e Saúde, tornando-os mais transparentes e simples para o Cliente;
 - Novo *cockpit* de retenção Automóvel;
 - Acesso à informação de detalhe de incentivos e concursos.
3. Introdução de processos mais simples e rápidos de regularização de sinistros:
 - Vídeo peritagem em Automóvel;
 - Melhoria na comunicação com Clientes e Parceiros nos processos de Habitação;
 - Revisão e aprofundamento de informação disponível na ferramenta de Claims Tracking.

O contínuo investimento e a aposta transversal a toda a organização na melhoria da qualidade de serviço a Clientes e Parceiros, permitiu manter elevados níveis de serviço e satisfação:

- O tempo médio de resposta a cotações complexas melhorou 26% face a 2014;
- O tempo médio de abertura de sinistros em Automóvel em 2015, foi de 0,5 dias;
- Os Clientes continuam a reconhecer a nossa qualidade na gestão de sinistros: em Automóvel e Acidentes de Trabalho a satisfação média situa-se em torno de 8

(numa escala de 10) e a intenção de recomendação é superior a 85%, enquanto em Habitação a satisfação média melhora para 7,2 (7,0 em 2014) e a recomendação para 75% (+ 5 p.p).

A estratégia de melhoria contínua e consistente dos níveis de serviço do Grupo a Parceiros e Clientes e uma postura de proximidade no mercado permitiu-nos ser, uma vez mais, distinguidos por instituições independentes, tendo recebido os prémios:

- "Escolha dos Profissionais do setor segurador, que renovámos pelo 2.º ano consecutivo;
- "Best Buy Award", que reconhece a empresa mãe do Grupo como a companhia com melhor relação Preço/Qualidade.

Finalmente, englobada na aposta na qualidade e no nível de serviço prestado, peça chave na fidelização dos clientes e na geração de novas *leads*, destaque também para a medição sistemática da satisfação dos clientes que interagem telefonicamente com o Grupo e para a obtenção, já no início de 2016, da certificação pela DGERT enquanto entidade formadora – o que atesta a qualidade da formação ministrada, nomeadamente a nível dos operadores do Call Center.

1.3. PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

	(milhares de euros)		
	2015	2014	VAR 15/14 (%)
Balanco			
Investimentos	895.515	972.347	-7,9%
Ativo Líquido	1.280.179	1.451.713	-11,8%
Capital Próprio	130.238	46.507	180,0%
Provisão p/Prémios Não Adquiridos (SD+RA)	91.169	85.577	6,5%
Provisão Matemática do ramo Vida	271.628	278.831	-2,6%
Provisão para Sinistros (SD+RA)	447.005	450.145	-0,7%
Provisão para Sinistros, líquida de Resseguro	407.747	402.724	1,2%
Provisões Técnicas (SD+RA)	838.449	850.361	-1,4%
Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos	402.716	383.327	5,1%
Prémios Adquiridos, líquidos de Resseguro	340.679	324.020	5,1%
Custos com Sinistros e Benefícios Pagos de Seguro Direto	469.206	312.076	50,3%
Custos com Sinistros, líquidos de Resseguro	252.602	265.740	-4,9%
Custos Operacionais	110.576	133.786	-17,3%
Rendimentos	17.965	30.742	-41,6%
Resultado Líquido	30.020	-146.170	120,5%
Indicadores			
Prémios Brutos Emitidos / Nº de Empregados	113,0	100,5	12,4%
Taxa de Sinistralidade de Seguro Direto (Não Vida)	63,8%	64,2%	-0,4 p.p.
Taxa de Sinistralidade líquida de Resseguro	74,1%	82,0%	-7,9 p.p.
Resultado Líquido/ Prémios Brutos Emitidos	7,5%	-38,1%	45,6 p.p.
Rácio Combinado líquido de Resseguro (Não Vida)	101,8%	103,3%	-1,5 p.p.
Rácio de Solvência	137,0%	9,2%	127,8 p.p.

1.4 – A ATIVIDADE DO GRUPO TRANQUILIDADE EM 2015

1.4.1 – TOTAL DE PRODUÇÃO

A produção de seguro direto atingiu 409.161 milhares de euros em 2015, o que significa uma variação de -3,3% em relação ao ano anterior. O ramo Vida, com uma produção de 44.472 milhares de euros, apresentou uma variação negativa de 50,0% relativamente a 2014, diretamente ligada à queda verificada no canal *assurfinance*, bem como, a dificuldades de crescimento da economia nacional e disponibilidade dos consumidores, já identificadas em 2014. O conjunto dos ramos Não Vida cresceu 9,1% em relação ao ano anterior, com prémios de 364.689 milhares de euros.

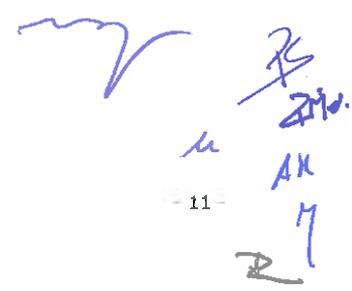
Em Acidentes e Doença, a produção do Grupo Tranquilidade foi superior à do ano anterior em 11.109 milhares de euros (+10,6%) fruto do crescimento de 4.683 milhares de euros em Acidentes de Trabalho (+7,8%, igual ao crescimento do mercado). O ramo de Incêndio e Outros Danos cresceu 4,0% face a 2014 e o ramo Automóvel apresentou uma subida na produção de 12,8% (+16.781 milhares de euros).

TOTAL DE PRODUÇÃO DE SEGURO DIRETO

	2015	%	2014	%	(milhares de euros) VAR 15/14 (%)
Total Vida	44.472	10,9	88.935	21,0	-50,0%
Contratos de Seguros	36.794	9,0	38.367	9,1	-4,1%
Contratos de Investimento	7.678	1,9	50.568	11,9	-84,8%
Total Não Vida	364.689	89,1	334.252	79,0	9,1%
Acidentes e Doença	116.286	28,4	105.177	24,9	10,6%
Incêndio e Outros Danos	66.472	16,2	63.890	15,1	4,0%
Automóvel	147.481	36,0	130.700	30,9	12,8%
Transportes	6.078	1,5	7.191	1,7	-15,5%
Responsabilidade Civil	10.152	2,5	10.134	2,4	0,2%
Diversos	18.219	4,5	17.160	4,1	6,2%
TOTAL	409.161	100,0	423.187	100,0	-3,3%

1.4.2 – CUSTOS COM SINISTROS E BENEFÍCIOS PAGOS DE SEGURO DIRETO

O total de custos com sinistros e benefícios pagos de seguro direto em 2015 ascendeu a 469.206 milhares de euros, o que significa um aumento de 157.130 milhares de euros (+50,3%) em relação a 2014. Este comportamento deveu-se principalmente ao aumento verificado em Vida (+143.525 milhares de euros, +151,3%). No entanto, excluindo Operações de Capitalização, o total de custos com sinistros e benefícios pagos Vida apresenta uma diminuição de 21,7% comparativamente a 2014. Esta variação é justificada pelo impacto da redução significativa dos resgates nos PPR Garantidos.



Em Não Vida o aumento dos custos com sinistros de 6,3% em relação ao ano anterior (+13.605 milhares de euros), deveu-se à subida dos custos em Automóvel (+28.017 milhares de euros), resultado dos reajustamentos em 2014 que se deveram sobretudo a uma maior eficiência na regularização dos sinistros, permitindo nesse ano uma redução sustentada dos custos com sinistros e a reavaliação das provisões necessárias para anos anteriores. Por outro lado, em Acidentes e Doença verificou-se uma quebra nos custos com sinistros (-8,9%), assim como em Incêndio e outros Danos (-29,6%), consequência da menor ocorrência de sinistros graves e eventos do tipo catastrófico.

CUSTOS COM SINISTROS E BENEFÍCIOS PAGOS DE SEGURO DIRETO			(milhares de euros)
	2015	2014	VAR 15/14 (%)
Total Vida	238.416	94.891	151,3%
Contratos de Seguros	41.787	64.305	-35,0%
Benefícios Pagos de Contratos de Investimento	196.629	30.586	542,9%
Total Não Vida	230.790	217.185	6,3%
Acidentes e Doença	88.535	97.159	-8,9%
Incêndio e Outros Danos	27.805	39.491	-29,6%
Automóvel	103.624	75.607	37,1%
Transportes	400	1.428	-72,0%
Responsabilidade Civil	9.591	2.326	312,3%
Diversos	835	1.174	-28,9%
TOTAL	469.206	312.076	50,3%

A taxa de sinistralidade Não Vida em 2015 (custos com sinistros brutos / prémios brutos adquiridos) situou-se em 63,8% o que representa uma diminuição de 0,4 p.p. em relação ao ano anterior. Destaca-se:

- A subida da taxa sinistralidade em Automóvel para 71,3% (56,8% em 2014) e em Responsabilidade Civil para 92,6% (22,7% em 2014);
- A descida da taxa em Acidentes e Doença para 77,4% (92,2% em 2014) e em Incêndio e outros Danos para 41,6% (60,2% em 2014).

CUSTOS COM SINISTROS / PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS *			(%)
	2015	2014	
Acidentes e Doença	77,4	92,2	
Incêndio e Outros Danos	41,6	60,2	
Automóvel	71,3	56,8	
Transportes	6,0	19,4	
Responsabilidade Civil	92,6	22,7	
Diversos	4,7	7,1	
TOTAL	63,8	64,2	

* custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

1.4.3 – PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite em 2015 ascenderam a 838.449 milhares de euros, o que significa uma diminuição de 11.912 milhares de euros relativamente ao ano anterior (-1,4%). A Provisão para Sinistros diminuiu 3.140 milhares de euros, repartida pelo aumento da provisão para sinistros afeta a Vida e a AT, em 5.744 milhares de euros e 3.030 milhares de euros, respetivamente, e pela diminuição da provisão afeta aos outros ramos, em 11.914 milhares de euros.

PROVISÕES TÉCNICAS (SD+RA)

(milhares de euros)

	2015	2014	VAR 15/14 (%)
Provisão Matemática Vida	271.628	278.831	-2,6%
Provisão para Prémios Não Adquiridos	91.169	85.577	6,5%
Provisão para Sinistros	447.005	450.145	-0,7%
Vida	15.717	9.973	57,6%
Acidentes de Trabalho	225.892	222.862	1,4%
Outros Ramos	205.396	217.310	-5,5%
Outras Provisões Técnicas	28.647	35.808	-20,0%
TOTAL	838.449	850.361	-1,4%

1.4.4 – RESSEGURO CEDIDO

O saldo de resseguro cedido em 2015 ascendeu a 21.332 milhares de euros e foi mais favorável em 9.002 milhares de euros face a 2014 (-29,7%). Esta evolução deve-se ao menor volume de Prémios cedidos aos resseguradores.

RESSEGURO CEDIDO

(milhares de euros)

	2015	2014	VAR 15/14 (%)
Prémios	56.747	61.234	-7,3%
Comissões	-9.892	-10.396	-4,8%
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	-25.523	-20.504	24,5%
RESULTADO	21.332	30.334	-29,7%

1.4.5 – SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro em 2015 foi de 130.531 milhares de euros e representou um crescimento de 91,5% em relação ao ano anterior (+62.381 milhares de euros), fruto sobretudo do aumento do saldo em Vida (+51.049 milhares de euros, 47.430 milhares de euros relativos a Operações de Capitalização). O saldo de 2014 não inclui a operação de Angola.

Em Não Vida, saldo técnico líquido de resseguro em 2015 foi de 73.327 milhares de euros e representou um crescimento de 18,3% em relação ao ano anterior.

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 25
 21/10
 u
 All
 R]

Em sentido favorável, destaque para o saldo técnico de Acidentes e Doença que passou de negativo em 2014 para positivo de 16.972 milhares de euros em 2015 (+21.605 milhares de euros), e para Incêndio e outros Danos cujo saldo técnico subiu 13.561 milhares de euros em relação a 2014, devido sobretudo ao comportamento favorável do ramo Multirrisco. A maior quebra foi registada em Automóvel com o saldo técnico a descer 24.170 milhares de euros (aumento dos custos com sinistros).

SALDO TÉCNICO, LÍQUIDO DE RESSEGURO

(milhares de euros)

	2015	2014	VAR 15/14 (%)
Vida	57.205	6.156	829,3%
Acidentes e Doença	16.972	-4.633	466,3%
Incêndio e Outros Danos	22.358	8.797	154,2%
Automóvel	26.113	50.283	-48,1%
Transportes	3.101	1.679	84,7%
Responsabilidade Civil	4.043	4.698	-13,9%
Diversos	740	1.170	-36,8%
TOTAL	130.531	68.150	91,5%

1.4.6 – CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais ascenderam a 110.576 milhares de euros em 2015, -17,3% em relação ao ano anterior. De notar que em 2015 saíram várias empresas do perímetro de consolidação (Advancecare, Esumédica). Em termos de custos recorrentes, e através da continuação do Programa de Eficiência, verificou-se uma redução dos custos operacionais em 26,8 milhões de euros (-20,8% face a 2014), conforme detalhe de fatores extraordinários referido de seguida em cada tipo de custo.

Os Custos com Pessoal, no valor de 49.947 milhares de euros diminuíram 30,5% face a 2014, i.e. -21.965 milhares de euros. Esta significativa diminuição está relacionada sobretudo com a saída das referidas empresas do perímetro de consolidação e também da existência, em 2014, de um custo adicional e não recorrente de +4.726 milhares de euros justificado maioritariamente pelo reconhecimento de benefícios com o Fundo de Pensões dos Administradores relacionados com saídas de participantes antes da idade normal de reforma.

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos diminuíram 18,8% face a 2014, -9.215 milhares de euros, refletindo o contínuo empenho do Grupo Tranquilidade na obtenção de ganhos de eficiência. Se tivermos em consideração que em 2015 existiram 1.212 milhares de euros de custos não recorrentes relativos fundamentalmente a custos de consultadoria com projetos estratégicos, projetos relacionados com solvência II e *compliance*, a diminuição, em termos *proforma*, foi de -10.427 milhares de euros (-21,3%).

As Amortizações aumentaram em 2015, 7.876 milhares de euros (+82,0%) devido sobretudo à contabilização de amortizações extraordinárias de ativos intangíveis no valor de 6.140 milhares de euros e ao início de amortização, no valor de 311 milhares de euros, de uma carteira de seguros adquirida em 2013. Sem estes efeitos, em termos *proforma*, o aumento teria sido de 1.426 milhares de euros (+14,8%).

CUSTOS OPERACIONAIS

(milhares de euros)

	2015	2014	VAR. 15/14 (%)
Custos com Pessoal	49.947	71.912	-30,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	39.676	48.891	-18,8%
Impostos e Taxas	2.738	2.632	4,0%
Amortizações	17.480	9.604	82,0%
Outros *	734	747	-1,7%
TOTAL	110.576	133.786	-17,3%

* Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos

1.4.7 - INVESTIMENTOS

A crise financeira global que se iniciou em 2007 obrigou desde cedo à implementação de medidas singulares para mitigar o seu efeito sistémico. Apesar das políticas adotadas, as principais economias mundiais apresentaram taxas de crescimento económico modestas, condicionadas pelos níveis elevados de endividamento e pelo abrandamento económico dos países emergentes, condicionando a evolução dos mercados financeiros.

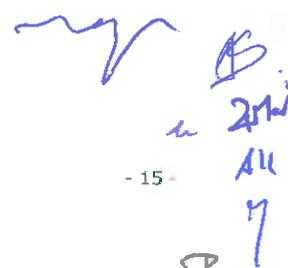
Em 2015, os mercados financeiros foram caracterizados pela elevada volatilidade que apresentaram. É possível segmentar o ano de 2015 em três períodos distintos: um primeiro período de crescimento até abril/maio fruto da política expansionista dos principais bancos centrais; um segundo período marcado por um decréscimo até setembro, altura em que os mercados financeiros atingem o ponto de inflexão, retomando um ciclo de crescimento até ao final do ano.

Neste ambiente, a estratégia de investimentos do Grupo foi caracterizada no 1º quadrimestre pela aplicação em obrigações de taxa fixa permitindo que as empresas do grupo beneficiassem do programa de *quantitative easing* do BCE. A partir de Maio, as operações realizadas tiveram como principal objetivo a implementação de uma gestão *ALM* devido à entrada em vigor do regime Solvência II a partir de 2016.

No 1º quadrimestre, as empresas do Grupo mantiveram uma estratégia seletiva cumprindo com a sua política de investimentos, participando sobretudo em emissões *Benchmark* que apresentassem prémios de subscrição atrativos, com maturidade limite de 10 anos, de emitentes *investment grade* com um nível de senioridade superior, essencialmente europeus de exposição *core* e periférica.

Durante o primeiro semestre, os principais índices acionistas atingiram sucessivos máximos históricos. Apesar disso, o Grupo decidiu manter a sua exposição nula a esta classe já que o mercado obrigacionista permitia obter retornos de forma garantida, regular e superiores ao mercado acionista. Relembra-se que a ação do BCE, permitiu que as taxas de juro caíssem para níveis nunca observados.

Alguns eventos iriam marcar este período e condicionar os períodos seguintes, nomeadamente, a dívida soberana alemã com maturidade de 10 anos chegou a transacionar a 0,04%; a taxa Euribor a 3 meses atingiu pela primeira vez valores negativos; e pela primeira vez na história, Portugal emitiu dívida pública com juros negativos. Os prémios de risco da dívida soberana dos países periféricos caíram para níveis já não atingidos desde 2010.



A partir de maio, a elevada instabilidade associada à situação na Grécia teve repercussões nos mercados financeiros em especial nos mercados de taxa fixa. Já no segundo semestre, a situação económica da China provocou um terramoto nos mercados acionistas mundiais. Na sequência da desvalorização do Yuan em 1,9%, a bolsa de Xangai caiu mais de 8% influenciando os índices europeus, norte-americanos e também os preços das matérias-primas.

Nesta fase, o principal objetivo do Grupo foi reforçar a gestão ALM e preparar de forma adequada a entrada no regime de Solvência II. No final do ano com a melhoria do sentimento dos mercados, foram realizados investimentos noutras classes de ativos nomeadamente, ações e dívida subordinada.

Com a implementação em 2016 do regime Solvência II, foi decidido otimizar a exposição do Grupo ao sector do imobiliário.

ATIVOS SOB GESTÃO ⁽¹⁾	(milhares de euros)		
	2015	2014	VAR 15/14 (%)
Obrigações	651.772	532.525	22,4%
Taxa Fixa	604.477	494.675	22,2%
Taxa Variável	47.295	37.850	25,0%
Ações e Fundos de Investimento	103.238	107.132	-3,6%
Estratégicos	49.185	59.294	-17,0%
Ações	19.080	0	
Fundos de Investimento	34.973	47.838	-26,9%
Imóveis	112.764	120.219	-6,2%
Uso Próprio	36.058	24.423	47,6%
Rendimento	76.706	95.796	-19,9%
Liquidez	39.524	42.749	-7,5%
Outros	4.373	2.049	113,4%
TOTAL s/ Unit Linked	911.671	804.674	13,3%
Unit Linked	4.308	216.293	-98,0%
TOTAL	915.979	1.020.967	-10,3%

⁽¹⁾ Valores apurados numa ótica de gestão

Não tendo em conta os ativos associados a produtos *Unit Linked*, os ativos sob gestão situaram-se nos 911.671 milhares de euros representando um crescimento de 106.997 milhares de euros (+13,3%), face ao ano transato, que é explicado sobretudo pelo reinvestimento após a recapitalização feita pelo acionista.

No final do ano, os ativos *Unit Linked* sob gestão do Grupo ascendiam a 4.308 milhares de euros, representando um decréscimo de 211.985 milhares de euros (-98,0%) face a 2014, justificado pelo resgate de uma Operação de Capitalização.

A carteira de obrigações ascendeu a 651.772 milhares de euros (71,5% dos ativos sob gestão), apresentou um *rating* médio de *investment grade (BBB)* e uma exposição a dívida soberana de 188.395 milhares de euros (28,9% do total da carteira de obrigações), incluindo 11.002 milhares de euros em dívida pública de curto prazo (maturidade inferior a 1 anos que é considerada como alternativa a liquidez).

O investimento em obrigações de taxa fixa registou um crescimento de +22,2% (+109.802 milhares de euros) face a 2014. A carteira de obrigações de taxa variável representou em média 7,5% dos ativos sob gestão.

Durante todo o ano foi mantido um nível de liquidez de segurança de 5,5% em média dos ativos sob gestão. A exposição ao setor imobiliário, através de fundos de investimento e posições diretas em balanço, reduziu-se em 7.455 milhares de euros (-6,2%), face ao ano anterior.

Cumprindo os limites definidos na política de investimento, não foi realizada qualquer operação envolvendo *hedge funds*, ou produtos de características semelhantes, e as aplicações em instrumentos derivativos serviram única e exclusivamente para cobertura de risco cambial.

RESULTADO DO FINANCEIRO ⁽¹⁾

	(milhares de euros)		
	2015	2014	VAR 15/14 (%)
Rendimentos	17.965	30.742	-41,6%
Títulos	15.597	29.193	-46,6%
Imóveis	2.368	1.549	52,9%
Ganhos e Perdas	49.876	-102.630	148,6%
Títulos	46.885	-101.244	146,3%
Imóveis	2.991	-1.386	315,8%
Imparidades / Reversão	313	-17.192	101,8%
Títulos	313	-17.192	101,8%
Imóveis	0	0	
Ganhos e Perdas Unit Linked	-47.221	-66.114	28,6%
TOTAL	20.933	-155.194	113,5%
TOTA s/ Unit Linked	68.111	-89.170	176,4%

⁽¹⁾ Valores apurados numa óptica de gestão

Inclui custos e proveitos com operações de reporte financeiro, valorização de passivos financeiros e desreconhecimento de passivos contingentes

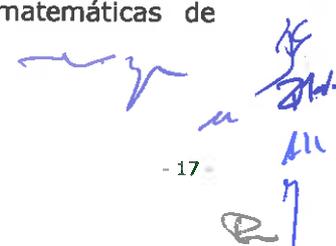
No ano de 2015, o resultado da atividade financeira foi positivo em 20.933 milhares de euros o que representa um aumento de +176.127 milhares de euros (+113,5%) face ao ano anterior. Se excluirmos o efeito dos Unit Linked, regista-se uma variação de +157.281 milhares de euros (+176,4%).

Se excluirmos eventos não recorrentes, o resultado financeiro de 2015 teria sido de +25.261 milhares de euros, e o do ano de 2014 teria sido de +20.964 milhares de euros, correspondente a uma variação de +20,5%

1.4.8 – CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O resultado líquido do Grupo Tranquilidade em 2015 ascende a 29,4 milhões de euros que compara com uma perda de -147,5 milhões de euros em 2014. No entanto, importa destacar que para este resultado de 2015 contribuíram, positiva e negativamente, vários efeitos extraordinários e de carácter não recorrente, nomeadamente:

- Uma mais-valia de 33,8 milhões de euros na venda da subsidiária Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A., decorrente do processo de recapitalização da empresa fruto das perdas em 2014 na sua exposição ao GES e conforme o plano de recapitalização acordado com a ASF;
- Um proveito de 10,5 milhões de euros (líquido de impostos) decorrente da alteração dos pressupostos atuariais utilizados no cálculo das provisões matemáticas de acidentes de trabalho;



- Foi decidido proceder à amortização extraordinária de 4,8 milhões de euros (líquido de impostos) decorrentes de uma revisão da política de capitalização de custos informáticos com projetos, nomeadamente pela redefinição da sua vida útil
- Finalmente, foi reconhecida uma imparidade de 3,2 milhões de euros (líquido de impostos) na participação de 10% na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A., que reflete a perda de valor que esta sofreu após o desmembramento do GES

Assim, deve ser destacado que o resultado líquido de 2015 ajustado por todos estes efeitos não recorrentes mais relevantes, foi de -6,9 milhões de euros.

Este resultado reflete a modesta recuperação económica ainda em período embrionário e sobretudo, as grandes dificuldades sentidas pelo Grupo Tranquilidade após o desmembramento do GES do qual fazia parte.

Por ser materialmente relevante, importa referir e recordar que o resultado líquido de 2014, negativo em cerca de -147,5 milhões de euros, se deveu essencialmente aos seguintes fatores:

- Menos valias e imparidade de dívida GES (140,3 milhões de euros)
- Imparidade em ativos intangíveis - Goodwill da ESIA (25,8 milhões de euros)
- Custo adicional não recorrente de responsabilidades com o Fundo de Pensões dos Administradores (4,7 milhões de euros)

Em 2015, a margem de solvência situa-se em 137,0% e o Capital Próprio aumentou 133,6% para um valor final de cerca de 138,6 milhões de euros, devido essencialmente aos seguintes fatores:

- Aumento de capital e prestações acessórias realizados (72,6 milhões de euros)
- Ajustamentos negativos de justo valor dos ativos financeiros (20,4 milhões de euros, líquido de impostos)
- Resultado do exercício (29,4 milhões de euros)

CAPITAL PRÓPRIO	(milhares de euros)		
	2015	2014	VAR 15/14 (%)
Capital Social	12.600	160.000	-92,1%
Outros Instrumentos de Capital	60.000		
Reservas de Reavaliação	-10.032	10.364	-196,8%
Outras Reservas	39.003	33.142	17,7%
Resultados Transitados	-748	-9.491	-92,1%
Resultado Líquido	29.415	-147.508	-119,9%
TOTAL	130.238	46.507	180,0%
Interesses que não controlam	8.373	12.829	-34,7%
TOTAL Capital Próprio e interesses que não controlam	138.611	59.336	133,6%

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014, o Grupo Tranquilidade não cumpria, conforme determinado pela ASF, com os requisitos de margem de solvência mínima nem com o nível de garantias financeiras de cobertura de provisões técnicas através dos seus ativos afetos, nem com os requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Não obstante, de referir, que os níveis de provisionamento das provisões técnicas se mantinham sólidos e sem qualquer alteração de política.

A essa data, a margem de solvência situava-se em 9% e apresentava uma insuficiência de 85 milhões de euros de garantias financeiras.

Contudo, no início de 2015, o Grupo Tranquilidade implementou um plano de recapitalização, aprovado pela ASF, que permitiu ao Grupo cumprir com os rácios prudenciais e legais mediante a implementação de entre outras, as seguintes medidas:

1. Alienação de ativos e participações, nomeadamente:
 - a. Alienação da participação na Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A. permitindo à Tranquilidade um encaixe financeiro de 37,4 milhões de euros (operação concluída)
 - b. Alineação das participações na ES ContactCenter, S.A. e na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. (operações ainda por concluir)
2. Aumento dos capitais próprios do Grupo através da realização de prestações acessórias no montante de 60 milhões de euros (operação concluída)
3. Redução de capital para cobertura de prejuízos e aumento posterior de capital no montante de 42 milhões de euros, dos quais 12,6 milhões de euros já realizados (operação concluída)

Este plano proposto pelo Grupo Tranquilidade, e aprovado pela ASF, permitiu que o Grupo Tranquilidade apresentasse logo em março de 2015, uma margem de solvência adequada e um nível de garantias financeiras de cobertura de provisões técnicas através dos seus ativos afetos, superiores ao nível exigido pela ASF.

1.4.9 – GESTÃO DE RISCO, SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E COMPLIANCE

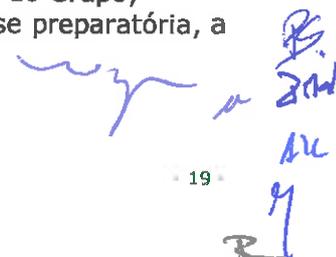
No âmbito da Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), o Grupo prosseguiu, no decorrer do ano de 2015, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II.

Durante o ano de 2015, a Diretiva 2009/138/CE foi transposta para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, onde se encontra definida a data de entrada em vigor do novo regime Solvência II, a partir de 1 de janeiro de 2016.

Na sequência da publicação da Lei n.º 147/2015, do Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, e das Orientações Técnicas, o Grupo ajustou o seu programa de ação, de forma a permitir o cumprimento do novo regime.

No decurso do ano de 2015, e no âmbito integrado do Grupo, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Participação ativa em grupos de trabalho da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Resposta à Circular n.º 1/2015 de 16 de julho;
- Definição e formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II em vigor;
- Sistematização de toda a legislação referente ao Solvência II na Intranet do Grupo;
- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos da fase preparatória, a



- nível individual e de Grupo;
- Reporte do ORSA;
- Atualização da ferramenta de projeção de *cash-flows* (segmento Vida);
- Revisão de processos, informação e respetiva documentação para efeitos de reporte e cálculo das cargas de capital;
- Revisão do Sistema de Governo;
- Desenvolvimento da Política de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (segmento Vida), criação de uma política de Sanções e Anticorrupção, bem como de implementação de procedimentos de *Know Your Customer* e de conservação de documentos;
- Monitorização e reporte do risco operacional relacionado com a fraude;
- Desenvolvimento do ciclo de revisão de Continuidade de Negócio, conforme programado (incluindo a realização de exercícios operacionais de Continuidade de Negócio);
- Desenvolvimento de programas de formação específicos e de informação;
- Início do projeto para substituição das ferramentas / *Datawarehouse* que permitam responder aos requisitos de Pilar I e III;
- Início de projeto de revisão do processo ORSA.

Em matéria de Solvência II foi adicionalmente efetuada a monitorização das ações/projetos previstos no plano de implementação do Programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

1.5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido consolidado do exercício de 2015, no montante positivo de 29.415 milhares de euros será transferido para resultados transitados.

1.6. OBJETIVOS PARA 2016

O contexto económico em 2016 deverá apresentar-se positivo embora havendo ainda volatilidade nos mercados internacionais e incerteza em relação à real capacidade de recuperação de Portugal, que poderá por em causa o processo de ajustamento e reequilíbrio das contas públicas, com riscos e impactos para as famílias e empresas Portuguesas.

O setor segurador continua, assim, num contexto desafiante em que se perspetivam várias mudanças que deverão trazer novas oportunidades para o Grupo. O crescimento económico limitado impacta o potencial de crescimento de mercado a médio prazo, embora algumas linhas de negócio, sobretudo Saúde, tenham potencial elevado.

Adicionalmente, o contexto de baixas taxas de juro gera ainda maior pressão para a necessidade de reequilíbrio técnico em Acidentes de Trabalho, Saúde Grupo, mas também Automóvel, sendo de esperar um ambiente competitivo mais racional e não baseado meramente em reduções de tarifas.

A entrada em vigor de nova legislação, nomeadamente Solvência II e regras regulatórias cada vez mais exigentes, abre espaço à consolidação de mercado e trazem acionistas mais exigentes que tornam as seguradoras que permanecem em atividade cada vez mais profissionais e inovadoras, de forma a responderem aos desafios de mercado.

O ano de 2016 será um ano chave para o Grupo lançar as bases para perseguir nos próximos anos oportunidades de crescimento combinando-as com os necessários esforços de melhoria de margem.

Os desafios estratégicos no segmento de Não Vida para 2016 são:

1. Continuar a desenvolver Parcerias de referência investindo nos seus canais de distribuição profissionais;
2. Continuar a melhorar a margem, através de uma capacidade técnica superior e custos operacionais controlados;
3. Reforçar a aposta no segmento de Particulares:
 - Aumentando o número de produtores regulares e as vendas de produtos com margem mais elevada: Multirisco Habitação, Saúde e Vida Risco;
 - Mantendo a retenção em Automóvel em níveis elevados, procurando ainda melhorá-la fora do período de renovação;
4. Gerir com equilíbrio o desenvolvimento dos segmentos Empresa:
 - Em Médias e Grandes Empresas assegurar a renovação rentável do negócio, e melhorar a atratividade e captação de novos Clientes, assim como o equipamento dos atuais através de parceiros de distribuição especialmente vocacionados para empresas;
 - No segmento de Negócios, manter a disciplina de preços em Automóvel e Acidentes de Trabalho.

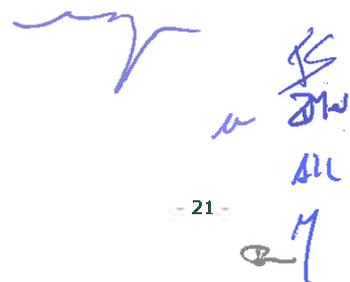
As linhas de negócio estratégicas no Vida Risco serão:

- Individual:
 - Previdência, com uma abordagem segmentada;
 - Proteção ao Crédito Habitação;
- Empresas:
 - Proteção dos "Homens-chave" nas PME's;
 - Proteção dos profissionais deslocados profissionalmente no exterior (empresas exportadoras);

De salientar nos Particulares um up-grade do processo de seleção do risco (com as Tele-entrevistas), que permitirá uma maior aceleração do processo de venda, maior qualidade no apuramento do risco e uma tarificação personalizada a cada proponente. Este processo de seleção será progressivamente generalizado, tendo em conta a sua excelente aceitação por parte dos Parceiros de negócio e Clientes.

Haverá também continuidade da inovação por nichos de mercado, assim como um estudo em profundidade da viabilidade de uma oferta para Dependência. De notar que se pretende manter a qualidade de serviço percebida pelos Clientes Empresas e seus Corretores, o que permite uma taxa de renovação muito elevada. Nos produtos de Poupança e Investimento a médio ou longo prazo, o ambiente de taxas de juro em mínimos históricos e o enquadramento Solvência II irão levar a uma reformulação das condições para carteira e novos contratos, afirmando-se cada vez mais os *Unit Linked*.

A base de atuação no segmento de Vida continuará inserida numa lógica de fidelização dos Clientes e de complementaridade à proposta de valor para os Parceiros de negócio da Tranquilidade (Agentes e Corretores), assente nos seguintes pilares:



1. O alargamento seletivo da base de Agentes distribuidores de produtos Tradicionais, Vida Risco e Poupança de médio longo prazo. O *coaching* da rede de Agentes para reforço das suas competências ao nível do aconselhamento assim como a disponibilização de ofertas inovadoras que dão resposta às necessidades das sociedades modernas, serão as alavancas fundamentais para atingir o crescimento perspetivado.
2. O reforço da presença do Grupo no Segmento Empresas, Grandes e Médias numa lógica de *Fringe Benefits* ou de *Employee Benefits*, com soluções ajustadas, às empresas e em particular às que atuam em diversas áreas geográficas ou com projeção internacional.
3. A abordagem ao segmento Negócios numa lógica de oferta integrada, Vida e Não Vida, continuará a ser desenvolvida e potenciada.

Em 2016 continuará ainda a ser objetivo, no canal direto, continuar e reforçar a sua liderança e diferenciação a nível tecnológico e de inovação, respondendo às necessidades existentes e latentes dos seus cliente, bem como elevar a qualidade do serviço prestado.

O ano de 2016 será determinante ao nível da transformação de negócio. Estão em curso dois projetos estruturantes para o Grupo: o projeto C.S.T. e o da Visão 2020.

O projeto C.S.T. foca-se em iniciativas de mais curto prazo, que estão a ser já implementadas por equipas multidisciplinares. Têm impacto relevante no negócio e visam tornar rapidamente o Grupo numa organização “Célere, Simples e Triunfante”, com enfoque na catalisação do crescimento rentável.

O projeto Visão 2020 está a traçar o plano estratégico do Grupo para os próximos 5 anos. O grande objetivo é assegurar uma visão partilhada, comum e coesa das prioridades do Grupo que tenham um poder inspirador e, conseqüentemente transformador e mobilizador sobre a Equipa, para os próximos anos.

Assim, com o apoio do seu novo acionista, a “Apollo”, com uma equipa de gestão decidida e empenhada e com colaboradores talentosos, enfocados e alinhados, o Grupo continuará a orientar a sua ação para se manter uma referência no mercado ao nível da rentabilidade, do crescimento e do serviço.

1.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início de 2015, a estrutura acionista do Grupo alterou-se, levando à eleição de novos Órgãos Sociais, com a nomeação de novos membros do Conselho de Administração, novo Conselho Fiscal e novo Revisor Oficial de Contas.

Neste ano extremamente desafiante o Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos seus Clientes, Mediadores, Colaboradores e restantes Parceiros, pela sua contribuição para a mitigação dos impactos negativos na Sociedade e desenvolvimento da mesma.

O Grupo reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do setor.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que o Grupo conseguisse ultrapassar com sucesso mais um ano importante da sua história.

Lisboa, 31 de maio de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
(Presidente do Conselho de Administração)



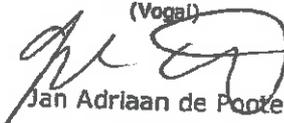
Alexander Wallace Humphreys
(Vogal)



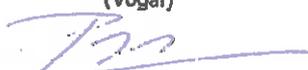
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal)



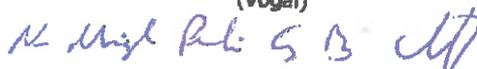
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
(Vogal)



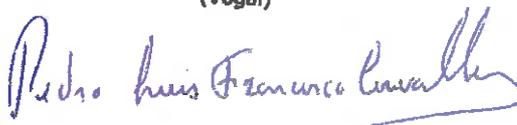
Jan Adriaan de Potter
(Vogal)



Nuno Miguel Pombelro Gomes Diniz Clemente
(Vogal)



Pedro Luís Francisco de Carvalho
(Vogal)

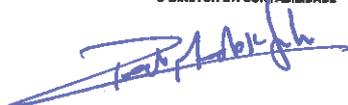


2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - BALANÇO (ATIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(milhares de euros)

ATIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2015		31 de Dezembro de 2014	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	39 149		39 149	54 819
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	4	22 810		22 810	26 254
Ativos financeiros detidos para negociação	7				38
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	7	77 721		77 721	15 476
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	7	664 429	5 753	658 676	608 570
Empréstimos e contas a receber		38 644	18 000	23 544	39 315
Depósitos junto de empresas cedentes	7	2		2	2
Outros depósitos	7	18 665		18 665	32 730
Empréstimos concedidos	7	19 426	15 000	4 426	5 914
Contas a receber					
Outros	7	451		451	669
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e edifícios		122 786	10 021	112 764	282 886
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	46 079	10 021	36 058	24 423
Terrenos e edifícios de rendimento	9	76 706		76 706	258 272
Outros ativos tangíveis	10	56 515	51 080	5 435	6 416
Inventários	10	66		66	52
Goodwill	12	26 436	25 785	651	2 096
Outros ativos intangíveis	12	132 673	94 901	37 772	49 312
Provisões técnicas de resseguro cedido		66 818		66 818	67 186
Provisão para prémios não adquiridos	5	16 347		16 347	18 297
Provisão matemática do ramo vida	5	666		666	646
Provisão para sinistros	5	39 258		39 258	47 421
Provisão para participação nos resultados	5	547		547	801
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		91 023	10 756	80 268	112 053
Contas a receber por operações de seguro direto	13	53 252	8 997	44 255	57 123
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	13 244	237	13 007	14 241
Contas a receber por outras operações	13	24 527	1 521	23 006	40 689
Ativos por impostos		16 085		16 086	13 180
Ativos por impostos correntes	24	5 135		5 135	7 697
Ativos por impostos diferidos	24	9 960		9 960	5 463
Acréscimos e diferimentos	13	3 059		3 059	3 704
Outros elementos do ativo	13	146 351		146 351	170 588
TOTAL ATIVO		1 493 474	213 295	1 280 179	1 461 713

O DIRETOR DA CONTABILIDADE



O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO



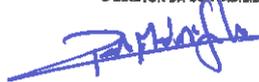
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - BALANÇO (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

		(milhares de euros)	
	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas		838 449	850 361
Provisão para prémios não adquiridos	5	91 169	85 577
Provisão matemática do ramo vida	5	271 628	278 831
Provisão para sinistros		447 005	450 145
De vida	5	15 717	9 973
De acidentes de trabalho	5	225 892	222 862
De outros ramos	5	205 396	217 310
Provisão para participação nos resultados	5	4 252	8 205
Provisão para compromissos de taxa	5	1 133	2 025
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade	5	8 363	7 694
Provisão para riscos em curso	5	14 899	17 884
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	6	177 647	414 345
Outros passivos financeiros		4 173	4 794
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores	6	650	559
Outros	6 e 7	3 523	4 235
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	11 343	8 544
Outros credores por operações de seguros e outras operações		60 398	60 842
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	17 421	23 621
Contas a pagar por outras operações de reaseguro	13	17 765	17 824
Contas a pagar por outras operações	13	25 212	19 497
Passivos por impostos		17 488	23 736
Passivos por impostos correntes	24	17 465	23 482
Passivos por impostos diferidos	24		254
Acréscimos e diferimentos	13	26 113	27 658
Outras Provisões	13	5 980	1 997
Outros Passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como dívida para venda			
TOTAL PASSIVO		1 141 588	1 392 377
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	25	12 600	160 000
(Ações Próprias)			
Outros instrumentos de capital		60 000	
Reservas de reavaliação		-10 032	10 364
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	-4 981	11 650
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio	26	-5 051	-1 286
Reserva por impostos diferidos e correntes	26	669	-3 036
Outras reservas	26	38 334	36 178
Resultados transitados		-748	-9 491
Resultado do exercício		29 415	-147 508
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUIVEL AOS ACIONISTAS DA EMPRESA MÃE		130 238	48 807
Interesses que não controlam	4	8 373	12 829
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM		138 611	60 336
TOTAL PASSIVO, INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM E CAPITAL PRÓPRIO		1 280 179	1 451 713

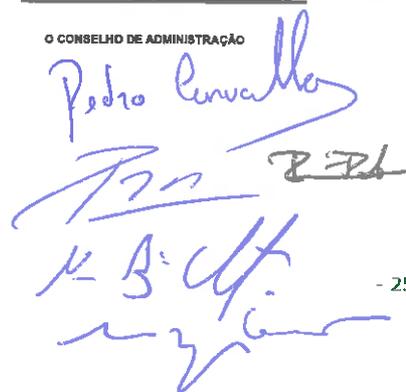
O DIRETOR DA CONTABILIDADE



O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS – CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(milhares de euros)

Contas de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2015				31 de Dezembro de 2014
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Tota:	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		33 872	306 807		340 679	324 020
Prémios brutos emitidos	14	36 794	365 922		402 716	383 327
Prémios de resseguro cedido	14	-2 576	-54 171		-56 747	-61 234
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	5 e 14	-504	-1 424		-1 928	2 212
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	5 e 14	158	-3 520		-3 362	-285
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	443			443	1 046
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	5	40 890	211 812		252 602	266 740
Montantes pagos	5	35 406	212 723		248 189	277 959
Montantes brutos	5	36 124	238 430		274 554	298 555
Parte dos resseguradores	5	-658	-25 707		-26 365	-20 596
Provisão para sinistros (variação)	5	5 224	-811		4 413	-12 219
Montante bruto	5	5 663	-5 474		189	-12 596
Parte dos resseguradores	5	-439	4 663		4 224	377
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	5	-961	-2 276		-3 237	-1 407
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	5	-11 642			-11 642	-30 670
Montante bruto	5	-11 622			-11 622	-30 430
Parte dos resseguradores	5	-20			-20	-140
Participação nos resultados, líquida de resseguro	5	2 152	-1 044		1 108	3 057
Custos e gastos de exploração líquidos	21	9 720	102 148		111 868	109 680
Custos de aquisição		6 874	76 137		83 011	79 248
Custos de aquisição diferidos (variação)	5	6	-128		-122	478
Gastos administrativos		3 732	35 139		38 871	40 350
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-892	-9 800		-9 892	-10 396
Rendimentos	16	4 566	7 213	4 062	15 833	24 066
De juros de ativos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		4 389	5 094	1 696	11 179	17 154
De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros		179	2 119	2 356	4 654	6 912
Ganhos financeiros	16	432	1 592	303	2 327	2 327
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros		432	1 592	303	2 327	2 327
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		5 164	38 108	1 301	44 673	-98 775
De ativos disponíveis para venda	17 e 18	6 184	4 330	468	10 982	-98 669
De empréstimos e contas a receber	17					921
De investimentos a deter até à maturidade	6 e 17	-1 020			-1 020	-1 063
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	17		33 778	833	34 611	36
De outros						
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		280	-220	-42	18	62 445
De ativos disponíveis para venda	17 e 18					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	6, 17 e 18	280	-220	-42	18	62 445
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	19	69	148	-4 868	-4 651	471
Diferenças de câmbio	17 e 16		2 991	-2 412	579	-68 424
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				-170	-7 810	-7 980
Perdas de imparidade (líquidas reversão)						-41 864
De ativos disponíveis para venda	7			-170	-4 328	-4 498
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	7			-200	-200	-15 000
De investimentos a deter até à maturidade	13				-3 282	-25 991
De outros	20	3	-2 833		-2 830	-1 460
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20				-3 701	
Outras provisões (variação)	20				-3 920	-1 629
Outros rendimentos/gastos	20				-3 920	-1 629
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas						
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	4 e 16			5 527	5 527	6 724
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda						
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		4 008	39 712	-12 176	31 544	-141 097
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24			-2 643	-2 643	-4 873
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24			1 119	1 119	700
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4 008	39 712	-13 700	30 020	-148 170
Atribuível aos Interesses que não controlam	4	101	2 594	-2 090	605	1 338
Atribuível aos acionistas da empresa mãe		3 907	37 118	-11 610	29 415	-147 508
Resultado por ação (em euros)	27				0,79	-4,81

O DIRETOR DA CONTABILIDADE



O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



3. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Resultado líquido do exercício	30 020	(146 170)
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados	(16 891)	10 992
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda, associadas e empreendimentos conjuntos	(20 396)	15 104
Variação dos impostos correntes e diferidos	3 705	(4 112)
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados	(1 593)	(484)
Variação de desvlos atuariais reconhecidos nas reservas	(1 593)	(484)
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
Total do rendimento integral do exercício	11 736	(135 662)
Atribuível aos Interesses minoritários	605	1 338
Atribuível aos acionistas da empresa mãe	11 131	(137 000)



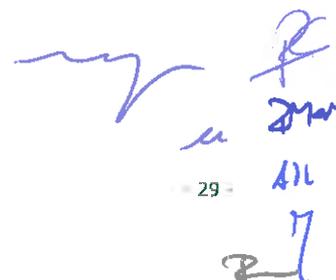
4. MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(em milhares de euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos e Corretivas	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados Transferidos	Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe	Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	Interesses de não controlo em	Total de Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	160 000	-	(4 740)	1 976	47 444	(12 257)	(8 671)	17 381	189 633	28 908	227 201
Transferência para reservas	-	-	-	-	1 000	-	16 480	(17 381)	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	(3 300)	-	(426)	(426)	(1 760)	(2 195)
Devisas atuariais reconhecidas nas reservas	-	-	-	-	-	(500)	-	(484)	(484)	-	(484)
Distribuição de lucros/dividendos	-	-	-	-	-	-	(16 000)	(16 000)	(16 000)	-	(16 000)
Alocação de justo valor: lucros de imobilizações	-	-	16 104	(4 172)	-	-	-	10 932	10 932	-	10 932
Resultados líquidos do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(147 608)	(147 608)	1 839	(148 170)
Alterações perimetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15 068)	(15 068)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	160 000	-	(1 934)	(3 099)	49 345	(13 187)	(9 491)	(147 608)	46 697	12 029	69 336
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	(147 608)	(147 608)	-	-	-
Aumento/redução de capital	12 600	60 000	-	-	-	-	-	72 600	72 600	-	72 600
Redução de Capital/Cobertura de prejuízos	(160 000)	-	-	-	(3 300)	17 586	166 607	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	274	274
Devisos atuariais reconhecidos nas reservas	-	-	-	-	-	(1 693)	-	-	(1 693)	-	(1 693)
Alocação de justo valor: lucros de imobilizações	-	-	(20 396)	(3 300)	-	-	-	(16 691)	(16 691)	-	(16 691)
Resultados líquidos do exercício	-	-	-	-	-	-	-	29 416	29 416	604	30 019
Alterações perimetro/método de consolidação	-	-	-	-	-	(744)	744	-	-	(5 334)	(5 334)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	12 600	60 000	(10 032)	669	36 252	2 082	(748)	29 416	130 236	8 373	138 611

5. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Fluxos de caixa de atividades operacionais	(157 165)	(57 097)
Resultado líquido do exercício	30 020	(146 170)
Depreciações e amortizações do exercício	17 480	9 604
Rendimentos e valias de ativos financeiros	(21 741)	137 913
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	7 981	41 654
Benefícios pós emprego	1 052	4 173
Varição de outras provisões	3 983	(547)
Varição de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	28 370	2 080
Varição de outros ativos e passivos por impostos	(8 206)	1 894
Varição de outros ativos e passivos	(1 534)	5 237
Varição de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	(546)	(1 844)
Varição das provisões técnicas de seguro direto	(11 911)	(19 317)
Varição das provisões técnicas de resseguro cedido	10 347	(2 046)
Varição de passivos por contratos de investimento	(236 698)	(58 854)
Varição de outros elementos do ativo	24 238	(30 874)
Fluxos de caixa de atividades de investimento	68 895	80 275
Varição de investimentos	54 989	62 216
Juros	3 508	19 215
Rendas	4 374	6 697
Dividendos Recebidos	8	39
Aquisições de ativos tangíveis e Intangíveis	(6 863)	(12 924)
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	1 845	1 860
Aquisição e beneficiações de imóveis	(374)	(2 260)
Alienações de terrenos e edifícios	11 408	5 432
Fluxos de caixa de atividades de financiamento	72 600	(15 000)
Distribuição de dividendos	-	(15 000)
Subscrição de capital/Prestações acessórias	72 600	-
Varição líquida em Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	(15 670)	8 178
Caixa e equivalentes no Início do exercício	54 819	46 641
Caixa e equivalentes no fim do exercício	39 149	54 819



6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A empresa mãe do Grupo, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, EP, a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense.

Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo. De referir que a Companhia procedeu ainda à fusão da ESIA – Inter – Atlântico Companhia de Seguros, à data de 30 de dezembro de 2004.

Em 15 de janeiro de 2015, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Calm Eagle Holdings, S.à r.l., uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da Apollo Global Management, LLC, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A empresa mãe do Grupo tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Não Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e mediante a autorização nº 1037.

Em volume de prémios diretos, os ramos técnicos de maior significado são o ramo Automóvel e o ramo de Acidentes e Doença.

Presentemente, o Grupo opera através dos seus escritórios de Lisboa e Porto e de uma sucursal em Espanha, além da atividade desenvolvida pelas suas subsidiárias em Angola e Moçambique. A rede de distribuição em Portugal está dividida em 21 zonas comerciais, que são suportadas por um total de 359 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 34 lojas próprias e por 325 Lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade, dos quais 176 são Exclusivos e 35 são pontos de venda partilhados com balcões do Novo Banco.

As notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

NOTA 2 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo explora maioritariamente o negócio segurador, em todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizado pela ASF, e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação

da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais. Os segmentos operacionais são seguros Vida e Não Vida.

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014, da conta técnica de Vida por tipo de produto, é como segue:

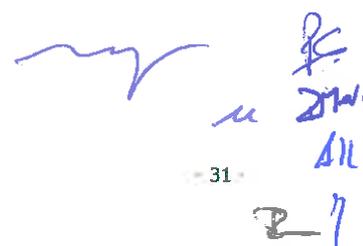
(milhares de euros)

2015	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	36 794	27 830	8 958	6
Comissões de contratos de investimento	443	-	-	443
Prémios brutos adquiridos	36 290	27 326	8 958	6
Resultado dos investimentos	9 649	2 818	7 017	(186)
Custos com sinistros brutos	41 787	16 358	25 429	-
Varição da provisão matemática	(11 622)	591	(12 213)	-
Varição da provisão para compromissos de taxa	(961)	(770)	(191)	-
Participação nos resultados	2 152	1 364	788	-
Custos de exploração brutos	10 612	7 503	1 820	1 288
Saldo de resseguro	(409)	(409)	-	-
Outros valores da conta de ganhos e perdas	3	3	-	-
Resultado Técnico	4 008	4 692	341	(1 025)
Rubricas de Balanço				
Ativos afetos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	478 382	83 395	216 179	178 808
Provisões técnicas	295 301	93 743	201 515	43
Passivos financeiros de contratos de investimento	177 647	-	-	177 647

(milhares de euros)

2014	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	38 367	25 282	13 085	-
Comissões de contratos de Investimento	1 046	-	-	1 046
Prémios brutos adquiridos	37 618	24 533	13 085	-
Resultado dos investimentos	16 570	6 412	12 224	(2 066)
Custos com sinistros brutos	64 305	16 859	47 446	-
Varição da provisão matemática	(30 430)	(2 025)	(28 405)	-
Varição da provisão para compromissos de taxa	2 025	1 699	326	-
Participação nos resultados	3 055	1 553	1 502	-
Custos de exploração brutos	10 607	5 745	1 932	2 930
Saldo de resseguro	(1 351)	(1 351)	-	-
Resultado Técnico	4 312	5 753	2 508	(3 949)
Rubricas de Balanço				
Ativos afetos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	723 444	93 943	212 607	416 894
Provisões técnicas	300 247	91 252	208 995	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	414 345	-	-	414 345

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014, da conta técnica de Não Vida por produtos, é como segue:



(milhares de euros)

2015	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	365.922	64.557	66.596	148.440	86.329
Prémios de resseguro cedido	(54.171)	(457)	(26.756)	(1.516)	(25.442)
Prémios brutos adquiridos	364.498	64.884	66.800	148.393	84.421
Resultado dos investimentos	46.478	5.340	10.153	31.219	9.783
Custos com sinistros brutos	232.956	51.900	27.820	105.701	47.535
Custos de exploração brutos	111.148	16.431	23.961	48.009	22.747
Resultado Técnico	39.712	(1.024)	16.288	17.403	7.045
Rubricas de Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técn	580.375	247.264	62.560	205.509	65.042
Provisões técnicas	543.148	231.971	58.755	189.564	62.858

(milhares de euros)

2014	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	344.960	60.271	65.183	137.399	82.108
Prémios de resseguro cedido	(58.191)	(1.316)	(30.555)	(1.311)	(25.009)
Prémios brutos adquiridos	347.921	60.255	66.514	140.099	81.054
Resultado dos investimentos	23.097	10.459	(3.688)	(8.607)	24.933
Custos com sinistros brutos	221.654	66.228	39.681	79.368	36.377
Custos de exploração brutos	109.469	15.642	24.542	46.344	22.941
Resultado Técnico	13.565	(9.832)	(11.543)	6.366	28.574
Rubricas de Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	429.483	176.000	53.270	154.475	45.738
Provisões técnicas	550.114	230.252	69.339	190.245	60.277

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014, da conta técnica de Não Vida por zona geográfica, é como segue:

(milhares de euros)

2015	Total	Portugal	Espanha	Moçambique	Angola
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	365 922	339 797	606	2 321	23 198
Prémios de resseguro cedido	(54 171)	(51 541)	(52)	(97)	(2 481)
Prémios brutos adquiridos	364 498	340 265	629	2 141	21 463
Resultado dos Investimentos	46 478	45 508	(17)	507	480
Custos com sinistros brutos	232 956	223 178	254	573	8 951
Custos de exploração brutos	111 148	105 710	841	938	3 659
Resultado Técnico	39 712	29 035	(483)	1 403	9 757
Rubricas de Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	580 375	571 727	571	463	7 614
Provisões técnicas	543 148	531 387	535	828	10 398

(milhares de euros)

2014	Total	Portugal	Espanha	Moçambique
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	344.960	342.468	672	1.820
Prémios de resseguro cedido	(58.191)	(57.406)	(59)	(726)
Prémios brutos adquiridos	347.921	345.756	687	1.478
Resultado dos investimentos	23.097	22.954	(12)	155
Custos com sinistros brutos	221.654	220.792	318	544
Custos de exploração brutos	109.469	107.818	887	764
Resultado Técnico	13.565	14.077	(616)	104
Rubricas de Balanço				
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	429.483	428.433	469	581
Provisões técnicas	550.114	548.621	613	880

NOTA 3 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas da Tranquilidade agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentes alterações introduzidas pelas Normas n.º 20/2007-R, de 31 de dezembro, e n.º 22/2010-R, de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pela ASF.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 - "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2015, o Grupo adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e propriedades de investimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.



u All


As demonstrações financeiras consolidadas da Tranquilidade em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de maio de 2016.

PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOTADOS

Ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:
 - Os ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
 - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, onde são classificados os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros a deter até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria. Durante 2014, o Grupo procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39

("tainting"). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 o Grupo não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

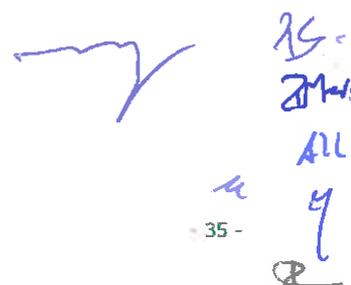
Os investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade.



Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedecem às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros a deter até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento do justo valor for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, casos em que o aumento do justo valor dos títulos é reconhecido por contrapartida de reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos Instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

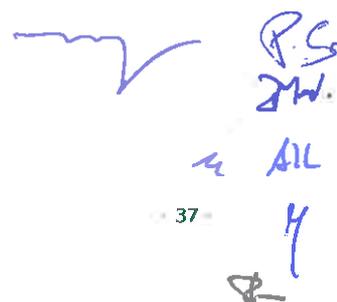
Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- ▶ À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- ▶ Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- ▶ A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- ▶ Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.



Handwritten signature and initials in blue ink, including "P.S.", "J.W.", "A.L.", and "Y".

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de justo valor.

Cobertura de fluxos de caixa (cash flow hedge)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte não efetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de ativos	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	40
Equipamento informático	3 a 6
Mobiliário e material	6 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 a 10

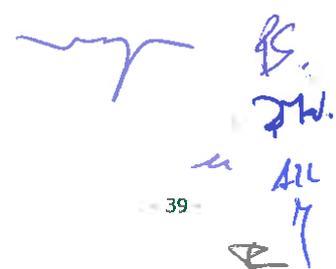
A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.



As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos Intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

O Grupo efetuou em 2015 uma revisão criteriosa da sua política de capitalização de custos informáticos registados em ativos intangíveis, tendo chegado à conclusão, pela análise individual de cada projeto, que se tornava imperativo proceder a uma amortização extraordinária destes ativos, quer pela redefinição da sua vida útil à luz do seu contributo para os proveitos futuros, quer pela reavaliação da sua materialidade. O impacto desta revisão encontra-se expresso na Nota 12.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

Goodwill

O goodwill resultante da aquisição de um negócio é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos, passivos e passivos contingentes desse negócio, consoante a opção tomada.

Caso o goodwill apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do período em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do goodwill é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como "Caixa e seus equivalentes" o total da rubrica "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem". Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.



No decurso da sua atividade, o Grupo aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Plano de Benefício Pós-Reforma

As companhias de seguros do Grupo assumiram a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho do setor segurador, publicado no BTE nº. 32 de 9 de agosto 2008, é concedida aos Colaboradores abrangidos por este contrato, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, a possibilidade de acederem a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

As responsabilidades do Grupo com as referidas prestações complementares às pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, alterações que se mantiveram no Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, nº 4 de 29 de janeiro de 2015.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos no Grupo.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, o Grupo procedeu à liquidação da responsabilidade (settlement).

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade, de empresas de rating elevado, com maturidade semelhante à maturidade média das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento estimado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

O Grupo reconhece na sua demonstração de ganhos e perdas um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma.

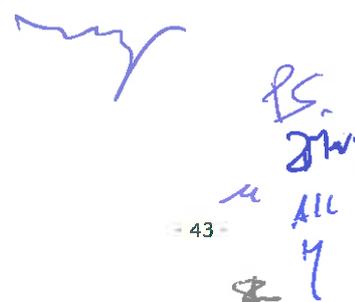
O plano é financiado anualmente com contribuições do Grupo para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e de 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte o Grupo avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2015, as companhias de seguros do Grupo têm um plano de contribuição definida contributivo para os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os trabalhadores que observem as condições definidas no novo Contrato Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.



Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos no Grupo. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde

Adicionalmente as companhias de seguros do Grupo concederam um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores, quando existentes, são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

As empresas do Grupo com sede em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2014 corresponde a 22,5% e 24,5%, respetivamente, acrescida da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

As sucursais das companhias de seguros do Grupo são sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das vallas tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

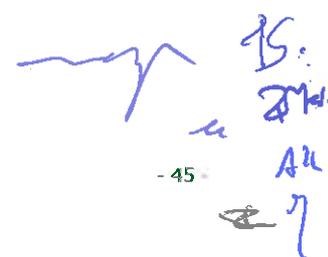
As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade do Grupo.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.



Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido, e também ao nível das outras contas a receber.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas por imparidade (líquidas de reversão)". Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF.

Reporte por segmentos

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

O Grupo controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nos resultados consolidados.

Imparidade para investimentos em associadas

O Grupo avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelas empresas do Grupo com sede em Portugal durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da empresa mãe do Grupo, de que não haverá correções significativas aos Impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de desconto e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

A determinação das responsabilidades das companhias de seguros do Grupo por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 5. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais, rendas e acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de Investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão matemática do ramo Vida, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas, (iv) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (v) provisão para compromissos de taxa, (vi) provisão para estabilização de carteira, (vii) provisão para desvios de sinistralidade e (viii) provisão para riscos em curso.

No ramo vida, a provisão para compromisso de taxa inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros indemnizáveis ao abrigo dos contratos de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados.

O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.



As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face ao exposto e tendo em conta a natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, considera-se que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

NOTA 4 - CONSOLIDAÇÃO

Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da Tranquilidade e das suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo Tranquilidade"), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases/etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do goodwill, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os Investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde que o Grupo adquira a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

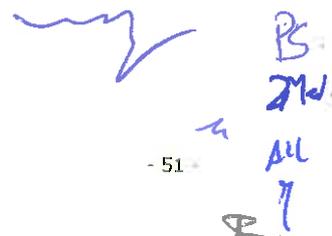
Goodwill

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos. O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são imputados diretamente a resultados. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 - "Concentrações de atividades empresariais" são registados pelo respetivo justo valor.

O "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida, consoante a opção tomada.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária excede o custo de aquisição, o excesso é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 - "Imparidade de ativos".



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'PS', 'M', 'All', and '7'.

As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O goodwill não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Aquisição e diluição de interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido goodwill adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Transcrição de demonstrações financeiras de subsidiárias e associadas em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em Euros, que é a moeda funcional da empresa mãe do Grupo, das subsidiárias e das associadas com sede em Portugal.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efetuaram as transações. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

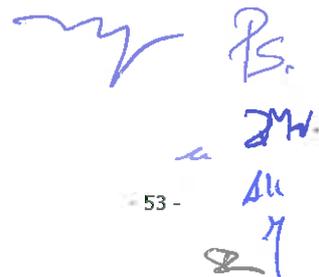
Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas. Os ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Perímetro de consolidação

A informação financeira resumida das subsidiárias e associadas que figuram no perímetro de consolidação, retirada das suas contas estatutárias em 31 de dezembro de 2015 e 2014, exceto quando expressamente indicado, é como segue:



Nome da empresa / Sede	Classificação	Método Contabilização	Participação (%)			Dados financeiros							
			Direta	Direto de voto	Efetiva	Ativo		Passivo		Capital Próprio		Resultado Líquido	
						2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Empresa Mãe	-	-	-	-	741.695	667.563	606.163	627.376	135.532	40.167	29.364	(188.265)
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Consolidação Integral	100,00	100,00	100,00	546.911	800.619	479.032	724.961	67.879	75.658	2.453	4.294
Seguros Logo, S.A. R. D. Manuel II, 250 4250-344 Porto (Portugal)	Subsidiária	Consolidação Integral	100,00	100,00	100,00	23.497	25.061	18.580	19.238	4.917	5.843	(544)	32
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. Rua da Sé, nº 114, 1º andar, Porta 111 Distrito Urbano 1 - Maputo	Subsidiária	Consolidação Integral	99,996	100,00	100,00	2.952	3.152	2.475	2.600	477	552	210	(22)
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. Rua da Sé, nº 114, 3º andar, Porta 111 Distrito Urbano 1 - Maputo	Subsidiária	Consolidação Integral	99,997	100,00	100,00	2.036	2.106	1.405	1.295	631	810	127	(143)
Espírito Santo Contact Center, S.A. Av. Infante D. Henrique, 343 - C 1800-218 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Consolidação Integral	56,30	56,30	56,30	11.166	13.505	8.330	10.637	2.836	2.868	322	1.153
Advancecare Health International Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Consolidação Integral	100,00	100,00	100,00	11.391	99	10.196	-	1.195	99	833	(1)
Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A. Edifício ESCOM, Rua Marechal Brás Tavares, nº 35 15º P LUANDA	Subsidiária	Consolidação Integral	49,00	49,00	49,00	34.200	29.750	29.804	25.947	4.396	3.803	717	2.253
GNS, Companhia de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Equivalência Patrimonial	25,00	25,00	25,00	108.185	115.526	78.229	82.429	29.566	33.097	5.885	7.733
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral 41 - 3º e 4º 1250-015 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Equivalência Patrimonial	47,00	47,00	47,00	72.243	77.528	39.409	42.847	32.834	34.681	6.630	7.644

Para as operações em Angola e Moçambique, os valores em Euros, para as rubricas de Balanço, foram obtidos considerando uma taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2015 e 2014 de 147,832 Kwanzas/Euro e 53,28 Meticals/Euro, e 125,2695 Kwanzas/Euro e 38,75 Meticals/Euro, respetivamente. As rubricas de ganhos e perdas foram convertidas ao câmbio médio de cada mês.

Os dados financeiros relativos à Europ Assistance, S.A., Advancecare Health International e Espírito Santo Contact Center, S.A. dizem respeito às contas consolidadas elaboradas por estas entidades.

Durante o exercício de 2015, o Grupo alienou a participação de 51% do capital social da AdvanceCare – Gestão de Serviços de Saúde, S.A. que detinha pelo valor de 37.400 milhares de euros, tendo registado na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas a mais-valia de 33.778 milhares de euros resultante desta venda (Nota 17).

Ainda durante o exercício de 2015, o Grupo converteu em capital o suprimento concedido à Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. no montante de 1.000 milhares de euros, tendo posteriormente alienado a participação que detinha pelo valor de 445 milhares de euros. Como resultado desta operação, o Grupo registou na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas uma mais-valia de 833 milhares de euros (Nota 17).

Por outro lado, o Grupo alterou o enquadramento dentro do perímetro da consolidação relativamente à participação na Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A. (TCAS), passando a utilizar sobre a mesma a metodologia de consolidação integral, tendo em atenção o nível de controlo de gestão verificado.

Adicionalmente, e no âmbito da aplicação do IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas”, o perímetro de consolidação do Grupo inclui em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as seguintes entidades de finalidade especial:

	Sede	Actividade	% interesse económico	
			2015	2014
Corpus Christi - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Imoprime - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	Fundo de Investimento	84,89%	84,89%
Global Long Term Opportunity Fund, um sub-fundo do Eurofin Capital SICAV – SIF S.C.A.	Suíça	Fundo de Investimento	-	100,00%
FUNDES - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	Fundo de Investimento	-	99,10%

No exercício de 2015, o Fundes - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado foi alienado no âmbito da operação de liquidação da apólice Unit Link ao qual se encontrava afeto. Tal operação não gerou impacto na conta de ganhos e perdas do Grupo.

Ainda no exercício de 2015, o Global Long Term Opportunity Fund, um sub-fundo do Eurofin Capital SICAV – SIF S.C.A. foi liquidado, tendo o grupo recebido em contrapartida os ativos detidos pelo fundo. Esta operação originou uma mais-valia de 1.834 milhares de euros, registada na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Investimentos em associadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os dados financeiros relativos às empresas associadas, são apresentados no quadro seguinte:

	(milhares de euros)							
	Custo de aquisição		% detida		Valor de balanço		Resultado da associada atribuível ao Grupo	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
GNB Seguros	3 759	3 759	25,00%	25,00%	7 489	8 274	1 471	1 933
Europ Assistance, S.A.	5 632	5 632	47,00%	47,00%	15 321	16 116	4 056	3 687
Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A	-	7 318	-	49,00%	-	1 864	-	1 104
	<u>9 391</u>	<u>16 709</u>			<u>22 810</u>	<u>26 254</u>	<u>5 527</u>	<u>6 724</u>

O movimento verificado nesta rubrica nos exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Saldo a 1 de Janeiro	26 254	22 341
Resultado das associadas atribuíveis ao Grupo	5 527	6 724
Outras variações de capitais atribuíveis ao grupo	(4 902)	207
Dividendos	(4 069)	(3 018)
Saldo a 31 de Dezembro	<u>22 810</u>	<u>26 254</u>

Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os Interesses que não controlam, podem ser analisados como segue:



(milhares de euros)

	% Grupo		% Minoritária		Interesses que não controlam (Balanço)		Interesses que não controlam (Resultados)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A	-	51,00%	-	49,00%	-	3 480	-
Espírito Santo Contact Center, S.A.	56,30%	56,30%	43,70%	43,70%	1 244	1 259	141	504
Fundes-Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	-	99,10%	-	0,90%	-	1 854	-	-
Intopri-me-Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	84,89%	84,89%	15,11%	15,11%	5 333	6 235	98	-
Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A	49,00%	-	51,00%	-	1 795	-	366	-
					8 373	12 829	605	1 338

O movimento nos interesses que não controlam nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	2015	2014
Saldo a 1 de Janeiro	12 829	28 358
Alteração de perímetro de consolidação e outras variações	(5 062)	(16 867)
Resultado líquido do exercício	605	1 338
Saldo a 31 de Dezembro	8 373	12 829

NOTA 5 - NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUE PERMITA IDENTIFICAR E EXPLICAR AS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO

Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro e de investimento

O Grupo emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro.

Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo em que o risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo, em particular devido à existência de participação nos resultados com componente discricionária do Grupo, é considerado como um contrato de investimento mas reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados com componente discricionária do Grupo, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (unit linked) emitidos pelo Grupo, sem participação nos resultados com componente discricionária do Grupo, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como Instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação associada, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos unit linked detidos pelo Grupo são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo unit linked. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos unit linked representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

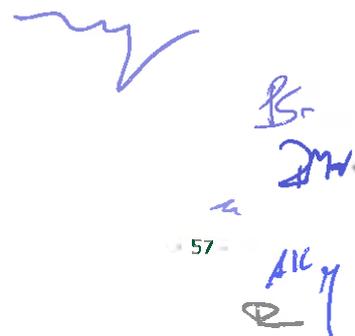
Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.



Provisão para Prémios não Adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

O Grupo, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R da ASF, calculou esta provisão recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos relativos a contratos em vigor.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos correspondentes, sendo reconhecidos como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico estão limitados a 20% da respetiva provisão para prémios não adquiridos.

Provisão matemática de Vida

As provisões matemáticas, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo da ASF, como segue:

	Tábua de Mortalidade	Taxa técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1997	GKM 80	4%
De janeiro 1998 a Junho 1999	GKM 80	3,25%
Após 1 de julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%
Após março de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de janeiro de 2004 (**)	GKM 80	0,323% e 1,75%
Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas – Até junho de 2002	TV 73/77	4%
Após 1 de julho de 2002	TV 73/77	3%
Após 1 de janeiro de 2004	GKF 95	3%
Após 1 de Janeiro de 2015	GKF 95	2,25% e 1,15%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%
Seguros em caso de Morte (*)		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%
Após 1 de outubro de 2013	PASEM 2010	0%
Seguros Mistos (*)		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3,25%

(*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(**) Taxas definidas anualmente. Os valores indicados dizem respeito à definição relativa a 2015.

As provisões matemáticas são Zillmerizadas e o respetivo efeito é abatido às mesmas.

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de retorno dos ativos a cobrir provisões técnicas. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados através da provisão para compromissos de taxa.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pelo Grupo com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho (na parte não relativa a pensões) e Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including "PS: 2Mtd.", "All", and a signature.

Com exceção dos ramos Automóvel, Doença e Responsabilidade Civil, para o IBNR, aplica-se uma taxa genérica de 6%, ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício. Para os ramos Automóvel, Doença e Responsabilidade Civil, foram feitas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo.

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2015 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2015 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2015 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, procedendo assim o Grupo à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros, descontados a taxas de juro adequadas. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

Provisão matemática Não Vida

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) aplica-se a tábua de mortalidade TD 88/90 para homens e TV 88/90 para mulheres (2014: TV 73/77 para homens e mulheres), com uma taxa de juro de 4,0% (2014: 3,4%) e encargos de gestão de 2,0% (2014: 1,5%), e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% (2014: 5,25%) e encargos de gestão de 0% (2014: 0%).

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e outros encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos de ramos não vida em vigor à data das demonstrações financeiras.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a uma eventual sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações ao longo do tempo, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico.

Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pelo Grupo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

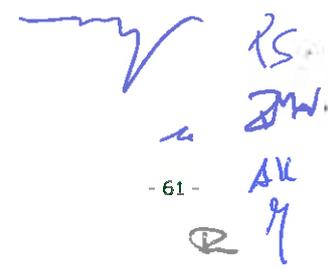
A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

Esta provisão é calculada com base nos rendimentos das carteiras de ativos afetos, incluindo as mais e menos valias realizadas e não realizadas reconhecidas em resultados do exercício e as perdas por Imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), a provisão para participação nos resultados a atribuir reflete o valor líquido das mais e menos-valias potenciais (ajustamentos de justo valor) dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, na parte estimada dos tomadores de seguro ou beneficiários do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis.

Esta provisão é constituída diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos produtos de vida com participação nos resultados.



Handwritten signature and initials: PS, JW, AK, 9, R

Provisões para o resseguro cedido

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor. Relativamente à Provisão para Sinistros, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, é calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de Provisões Técnicas de Seguro Direto e de Resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2015			2014		
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida
Vida						
Tradicionais	2 577	-	2 577	2 260	-	2 260
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-	-	-
Não vida						
Acidentes e Doença	17 338	2 728	14 610	13 070	2 279	10 791
Incêndio e outros danos	25 175	4 940	20 234	24 922	4 931	19 990
Automóvel	55 067	10 916	44 150	52 400	10 691	41 709
Marítimo, Aéreo e Transportes	1 556	292	1 263	1 823	346	1 476
Responsabilidade civil geral	3 289	650	2 639	3 012	666	2 346
Crédito e caução	22	4	18	27	5	22
Proteção jurídica	5	1	4	5	1	4
Assistência	6 339	1 259	5 080	5 851	1 163	4 688
Diversos	742	149	593	809	160	649
Aquisição Carteira AMA	-	-	-	1 642	-	1 642
Total	112 110	20 939	91 169	105 821	20 244	85 577

A variação do saldo de balanço da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto, resseguro aceite e de resseguro cedido no exercício de 2015 inclui a variação do exercício refletida nas contas de ganhos e perdas correspondentes e ainda a incorporação da provisão para prémios não adquiridos de seguro direto, resseguro aceite e de resseguro cedido da TCAS (alteração ao perímetro de consolidação).

A variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de Prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de Custos e gastos de exploração, e podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

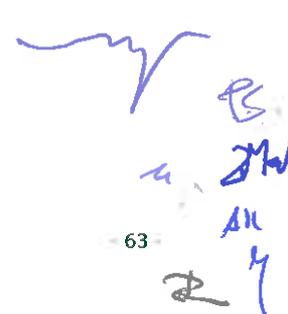
Ramos / Grupos de Ramos	2015			2014		
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida
Vida						
Tradicionalis	504	(6)	510	749	(11)	760
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-	-	-
Não vida						
Acidentes e Doença	2 074	256	1 818	777	(37)	814
Incêndio e outros danos	(107)	(65)	(42)	(1 331)	(223)	(1 108)
Automóvel	1 150	(25)	1 175	(2 700)	(327)	(2 373)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(565)	(77)	(488)	(165)	(41)	(124)
Responsabilidade civil geral	138	(41)	179	(131)	49	(180)
Crédito e caução	(5)	(1)	(4)	(10)	(2)	(8)
Proteção jurídica	-	-	-	(1)	0	(1)
Assistência	454	94	360	665	126	539
Diversos	(73)	(13)	(60)	(66)	(12)	(54)
Aquisição Carteira AMA	(1 642)	-	(1 642)	-	-	-
Total	1 928	122	1 806	(2 212)	(478)	(1 734)

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	2015	2014	2015	2014
Vida				
Tradicionalis	111	10	158	9
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-
Não vida				
Acidentes e Doença	804	807	(819)	71
Incêndio e outros danos	7 392	7 163	(303)	(905)
Automóvel	25	1 658	(1 631)	(35)
Marítimo, Aéreo e Transportes	743	1 085	(318)	(86)
Responsabilidade civil geral	466	437	(2)	127
Crédito e caução	5	5	-	(3)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	6 158	6 418	(308)	581
Diversos	643	713	(139)	(44)
Total	16 347	18 297	(3 362)	(285)

A provisão matemática do ramo Vida refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, em 2015 e 2014, são analisadas como segue:



	(milhares de euros)	
	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	278 831	290 678
Varição do ano	(11 622)	(30 430)
Incorporação de participação nos resultados	91	429
Outros movimentos	4 328	18 154
Saldo em 31 de Dezembro	271 628	278 831

Os valores de Outros movimentos em 2014 e 2015 referem-se a reclassificações de produtos que passaram a ter provisão para participação nos resultados discricionária.

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Produtos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	(milhares de euros)			
	2015	2014	2015	2014
Tradicionais	666	646	20	140
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	666	646	20	140

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	(milhares de euros)			
	2015	2014	2015	2014
Vida				
Tradicionais	6 197	3 806	2 254	(345)
Capitalização com part. resultados	9 520	6 167	3 409	(251)
Não vida				
Acidentes de Trabalho	225 892	222 862	3 321	20 738
Acidentes Pessoais e Doença	10 526	9 884	36	(272)
Incêndio e outros danos	29 944	38 966	(9 215)	3 793
Automóvel	136 102	140 477	(371)	(33 182)
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 394	5 901	(2 550)	(769)
Responsabilidade civil geral	23 269	18 943	4 368	(2 441)
Crédito e caução	22	15	-	3
Proteção jurídica	18	9	9	(19)
Assistência	10	6	(4)	2
Diversos	2 111	3 109	(1 068)	147
Total	447 005	450 145	189	(12 596)

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 165.146 milhares de euros (2014: 162.586 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades, que em 2015 e 2014 foi nulo, e uma atualização das contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 10.520 milhares de euros (2014: 10.100 milhares de euros).

O Grupo procedeu à alteração dos pressupostos atuariais utilizados no cálculo das provisões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho e do respetivo teste de adequação com referência a 31 de dezembro de 2015. Neste contexto, (i) a taxa de desconto utilizada no cálculo destas provisões foi alterada de 3,2% para 4% (3,44% em 31 de dezembro de 2014), (ii) a tábua de mortalidade TV 73/77 foi substituída pelas tábuas de mortalidade TD 88/90, para a população masculina, e TV 88/90, para a população feminina, e (iii) a taxa de despesas foi alterada de 1,5% para 2%. O efeito destas alterações resultou numa redução das provisões matemáticas do ramo acidentes de trabalho registadas pelo Grupo em 31 de dezembro de 2015 e num aumento dos resultados do exercício no montante de 13.500 milhares de euros (10.535 milhares de euros após considerado o respetivo efeito fiscal).

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 27.185 milhares de euros (2014: 22.042 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 12.069 milhares de euros (2014: 21.724 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Provisão para sinistros em 31.12.2014 (1)	Sinistros* pagos em 2015 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2015 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Vida **				
Produtos de risco	3.292	1.921	1.497	126
Restantes produtos tradicionais**	514	719	397	602
Não vida				
Acidentes e Doença	232.746	35.602	195.172	(1.972)
Incêndio e outros danos	38.966	15.497	17.116	(6.353)
Automóvel				
- Responsabilidade civil	118.951	34.168	80.818	(3.965)
- Outras coberturas	21.526	10.045	8.389	(3.092)
Marítimo, Aéreo e Transportes	5.901	2.095	1.576	(2.230)
Responsabilidade civil geral	18.943	4.320	20.396	5.773
Crédito e caução	15	134	16	135
Proteção jurídica	9	10	6	7
Assistência	6	1	4	(1)
Diversos	3.109	1.416	562	(1.131)
Total	443.978	105.928	325.949	(12.101)

* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores

** Inclui vencimentos, rendas e resgates

No grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos do ramo Acidentes de Trabalho devem-se principalmente à redução das provisões matemáticas resultante das alterações de pressupostos utilizados no seu cálculo referidos acima. De referir ainda o facto de os ajustamentos não considerarem os rendimentos financeiros afetos às Provisões Matemáticas.

Handwritten signatures and initials:
 PS
 JWH
 AL
 R 7

Nos grupos de ramos Incêndio e Outros Danos e Automóvel, os reajustamentos devem-se sobretudo a uma maior eficiência na regularização dos sinistros permitindo uma redução sustentada dos custos com sinistros e a reavaliação das provisões necessárias para anos anteriores.

No ramo Vida os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua adequação às responsabilidades efetivas.

Os outros reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço		(milhares de euros) Variação de ganhos e perdas	
	2015	2014	2015	2014
Vida				
Tradicionais	568	48	440	(174)
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-
Não vida				
Acidentes de Trabalho	5 428	5 596	(195)	1 835
Acidentes Pessoais e Doença	515	88	342	(81)
Incêndio e outros danos	14 486	20 062	(5 774)	3 824
Automóvel	7 515	13 799	(1 909)	(2 950)
Marítimo, Aéreo e Transportes	1 174	1 999	(861)	(1 071)
Responsabilidade civil geral	7 917	3 540	4 370	(1 410)
Crédito e caução	4	4	=	(8)
Proteção jurídica	-	=	=	-
Assistência	8	6	(3)	6
Diversos	1 643	2 279	(634)	(348)
Total	39 258	47 421	(4 224)	(377)

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 2.120 milhares de euros (2014: 3.647 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados (IBNR).

A variação da provisão para sinistros de resseguro cedido que está reflectida na conta de ganhos e perdas não é igual à variação de balanço devido a alterações no método de consolidação da subsidiária em Angola.

A discriminação dos custos com sinistros em 2015, é analisada como segue:



(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações	Montantes Pagos - Custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicionais	13 723	385	2 254	16 362
Capitalização com part. resultados	22 016	-	3 409	25 425
Não vida				
Acidentes e Doença	81 874	3 290	3 371	88 535
Incêndio e outros danos	35 513	1 467	(9 175)	27 805
Automóvel				
- Responsabilidade civil	61 738	4 427	(1 050)	65 115
- Outras coberturas	34 666	1 845	1 998	38 509
Marítimo, Aéreo e Transportes	2 900	143	(2 643)	400
Responsabilidade civil geral	4 814	411	4 366	9 591
Crédito e caução	133	1	-	134
Proteção jurídica	14	4	9	27
Assistência	-	-	(4)	(4)
Diversos	1 738	7	(1 067)	678
Total	259 129	11 980	1 468	272 577
Resseguro Aceite	3 445	-	(1 279)	2 166
Total Geral	262 574	11 980	189	274 743

A discriminação dos custos com sinistros em 2014, é analisada como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações	Montantes Pagos - Custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicionais	17 021	396	(345)	17 072
Capitalização com part. resultados	47 484	-	(251)	47 233
Não vida				
Acidentes e Doença	74 175	2 531	20 453	97 159
Incêndio e outros danos	34 144	1 723	3 624	39 491
Automóvel				
- Responsabilidade civil	69 981	3 688	(26 654)	47 014
- Outras coberturas	32 983	1 640	(6 030)	28 593
Marítimo, Aéreo e Transportes	2 069	124	(765)	1 428
Responsabilidade civil geral	4 365	386	(2 425)	2 326
Crédito e caução	1	1	3	5
Proteção jurídica	17	5	(20)	2
Assistência	-	-	2	2
Diversos	1 009	10	146	1 165
Total	283 248	10 503	(12 261)	281 490
Resseguro Aceite	4 804	-	(335)	4 469
Total Geral	288 052	10 503	(12 596)	285 959

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "PC", "J.M.", "AK", and "y".

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	2015	2014	2015	2014
Vida	4 249	7 158	2 152	3 055
Não vida				
Acidentes e Doença	3	1 047	(1 044)	2
Total	4 252	8 205	1 108	3 057

Durante o ano de 2015 registou-se uma redução significativa da provisão para participação nos resultados de Não Vida, devido à anulação da responsabilidade relativa a um contrato antigo do ramo Acidentes e Doença, tendo em atenção a caducidade da responsabilidade associada.

A provisão para participação nos resultados de Vida e Não Vida refletida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2015 e 2014:

(milhares de euros)

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	8 205	3 711
Dotação do ano	1 108	3 057
Pagamentos	(1 481)	(1 627)
Incorporação em provisão matemática	(91)	(429)
Variação participação a atribuir (shadow accounting)	(3 491)	3 491
Saldo em 31 de Dezembro	4 252	8 205

O cálculo da provisão para participação nos resultados é efetuado, apólice a apólice.

Relativamente aos produtos financeiros, o seu valor foi verificado em função do juro técnico de cada produto. No caso dos produtos de risco de apólices de grupo, os valores são calculados de acordo com a Conta de Participação nos Resultados definida em cada apólice.

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo apresentou a seguinte evolução em 2015 e 2014:

(milhares de euros)

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	801	912
Dotação do ano	775	850
Recebimentos	(1 029)	(961)
Saldo em 31 de Dezembro	547	801

A provisão para compromissos de taxa refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Produtos	Saldo de balanço		(milhares de euros) Variação de ganhos e perdas	
	2015	2014	2015	2014
	Tradicional	998	1 699	(701)
Capitalização com participação nos resultados	135	326	(191)	326
Total	1 133	2 025	(892)	2 025

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço		(milhares de euros) Variação de ganhos e perdas	
	2015	2014	2015	2014
	Acidentes e Doença	-	-	-
Incêndio e outros danos	7 708	7 044	664	648
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	568	569	(1)	9
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	87	81	6	7
Total	8 363	7 694	669	664

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço		(milhares de euros) Variação de ganhos e perdas	
	2015	2014	2015	2014
	Acidentes e Doença	3 909	5 612	(1 751)
Incêndio e outros danos	818	3 338	(2 522)	(1 162)
Automóvel	9 377	8 061	1 317	(2 189)
Marítimo, Aéreo e Transportes	106	192	33	79
Responsabilidade civil geral	-	38	(38)	38
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	(1)
Assistência	584	553	7	(400)
Diversos	105	91	9	(99)
Total	14 899	17 884	(2 945)	(4 097)

A variação da provisão para riscos em curso que está reflectida na conta de ganhos e perdas não é igual à variação de balanço devido a alterações no método de consolidação da subsidiária em Angola.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Os valores de Outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros da provisão para compromissos de taxa, da provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e da provisão para riscos em curso de seguro direto.

NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Nos seguros do ramo vida, o risco pode ser subdividido em:

- › Risco de Mortalidade: risco de perdas provocadas pelo aumento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- › Risco de Longevidade: risco de perdas provocadas pela diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- › Risco de Descontinuidade: risco de perdas provocadas pelo aumento/diminuição (consoante seja o mais oneroso) das anulações face ao esperado;
- › Risco de Despesas: risco de perdas pelo aumento das despesas face ao previsto;
- › Risco de Invalidez: risco de perdas por aumento da taxa de invalidez real face à estimada;
- › Risco Catastrófico: risco de perdas por ocorrência de um evento catastrófico que afete os contratos dos seguros de Vida.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- › Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- › Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- › Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- › Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- › Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- › Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

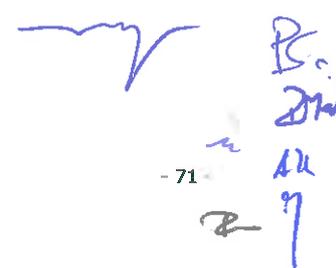
O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos brutos de provisão para cobranças duvidosas, excluindo provisões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho, comparando os custos efetivos com estimativas anteriores (valores apenas da empresa mãe do Grupo e sem sucursal de Espanha) é como segue:

	(milhares de euros)										
ACIDENTES DE TRABALHO	2005	2006	2007	2008	2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Provisão para Sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro, líquido de reembolsos brutos de provisão para cobranças duvidosas	43 393	44 434	47 413	45 758	43 301	50 907	52 647	56 169	61 590	55 977	56 644
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	10 570	9 351	13 630	12 372	9 080	12 675	12 721	12 640	12 329	12 617	
Dois anos depois	14 539	12 331	16 930	14 150	12 504	16 592	17 169	16 872	16 273		
Três anos depois	16 044	13 722	17 593	16 490	14 901	19 402	19 824	19 510			
Quatro anos depois	16 962	14 012	19 413	18 479	16 887	21 505	21 963				
Cinco anos depois	17 200	15 461	20 924	20 170	18 864	23 288					
Seis anos depois	18 493	16 691	22 212	21 971	20 362						
Sete anos depois	19 649	17 840	23 812	23 295							
Oito anos depois	20 704	19 083	24 987								
Nove anos depois	21 866	20 212									
Dez anos depois	22 932										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	39 259	39 667	43 942	43 097	38 979	53 835	52 806	56 171	51 355	56 848	
Dois anos depois	37 996	33 952	41 446	39 898	46 916	52 245	52 324	52 446	54 837		
Três anos depois	34 017	32 220	39 418	48 761	45 908	51 349	52 673	54 992			
Quatro anos depois	32 710	30 646	48 827	48 139	45 358	51 687	54 804				
Cinco anos depois	31 367	40 226	48 361	47 363	46 460	53 474					
Seis anos depois	41 021	39 811	46 609	47 474	48 482						
Sete anos depois	40 687	36 093	47 272	49 586							
Oito anos depois	38 303	40 778	49 742								
Nove anos depois	42 091	43 518									
Dez anos depois	44 642										
Excedente / (défice) acumulado	(1 248)	916	(2 329)	(3 828)	(5 181)	(2 567)	(2 158)	1 187	6 753	(871)	

	(milhares de euros)										
AUTOMÓVEL	2005	2006	2007	2008	2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Provisão para Sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro, líquido de reembolsos brutos de provisão para cobranças duvidosas	254 748	264 973	279 975	278 105	269 066	238 560	219 666	190 217	153 348	121 634	121 491
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	68 630	67 736	61 140	53 349	53 751	50 422	42 308	44 398	44 820	36 983	
Dois anos depois	110 269	101 565	88 715	79 405	75 362	68 067	63 427	67 703	60 036		
Três anos depois	138 113	124 105	109 817	96 379	88 887	85 067	82 932	79 507			
Quatro anos depois	157 116	142 199	123 332	107 636	102 791	102 157	91 147				
Cinco anos depois	172 228	154 172	132 420	119 104	116 772	108 589					
Seis anos depois	184 044	161 706	142 251	131 106	122 079						
Sete anos depois	190 589	169 939	151 482	135 593							
Oito anos depois	197 389	178 560	154 625								
Nove anos depois	205 221	181 248									
Dez anos depois	207 438										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	254 759	265 797	262 539	259 034	232 613	214 562	182 566	153 378	123 970	117 001	
Dois anos depois	256 700	257 010	248 407	223 808	204 873	177 780	148 040	130 470	119 682		
Três anos depois	259 497	249 613	218 134	201 994	176 071	153 258	133 529	127 219			
Quatro anos depois	259 349	224 819	206 466	180 609	160 023	142 965	130 668				
Cinco anos depois	241 306	219 120	189 726	167 939	150 909	140 459					
Seis anos depois	236 466	205 920	180 774	159 658	148 947						
Sete anos depois	225 291	202 275	175 489	157 877							
Oito anos depois	224 848	197 192	173 973								
Nove anos depois	220 095	195 992									
Dez anos depois	218 915										
Excedente / (défice) acumulado	35 833	68 981	106 002	120 227	120 118	98 101	88 998	62 999	33 667	4 633	



(milhares de euros)

OUTROS RAMOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Provisão para Sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro, líquido de reembolsos brutos de provisão para cobranças duvidosas	65 658	65 607	67 009	72 410	78 500	82 529	77 416	87 757	79 047	75 071	65 929
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	26 304	23 009	24 008	28 986	32 217	32 516	29 167	29 502	26 637	29 740	
Dois anos depois	32 819	31 413	30 280	34 710	38 676	38 945	33 589	35 095	33 682		
Três anos depois	37 842	33 678	33 545	37 198	42 363	41 102	36 674	38 924			
Quatro anos depois	39 501	35 897	35 011	38 929	43 763	43 304	38 679				
Cinco anos depois	41 425	36 938	36 220	39 714	44 877	44 756					
Seis anos depois	42 225	37 857	36 834	40 656	46 015						
Sete anos depois	42 990	38 352	37 515	41 680							
Oito anos depois	43 398	39 012	38 483								
Nove anos depois	44 007	39 696									
Dez anos depois	44 639										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	60 388	60 985	60 079	67 440	76 136	73 507	71 077	69 453	68 628	72 143	
Dois anos depois	61 451	57 176	59 523	66 105	70 670	72 137	63 878	63 270	58 341		
Três anos depois	60 704	56 598	58 503	63 591	67 372	66 021	57 822	56 869			
Quatro anos depois	60 012	56 067	56 349	59 701	62 243	59 153	51 891				
Cinco anos depois	59 124	53 781	52 177	55 013	56 489	54 480					
Seis anos depois	56 897	49 872	47 929	49 714	53 338						
Sete anos depois	53 358	45 704	43 311	47 589							
Oito anos depois	49 741	41 590	42 101								
Nove anos depois	46 018	42 659									
Dez anos depois	47 199										
Excedente / (défice) acumulado	18 460	22 947	24 908	24 822	25 162	28 050	25 525	30 888	20 706	2 927	

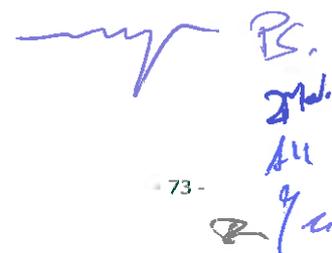
O Grupo pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

O programa de resseguro em 2015 foi constituído por tratados proporcionais (Quota-parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas, Cobertura Catastrófica e *Stop Loss*).

O resumo é apresentado conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de resseguro
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais (proteção ao crédito)	Quota parte
Assistência	Quota parte
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil e ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil, danos próprios e ocupante)	Excesso de perdas (XL)
Cauções	Quota parte
Cauções (fidelidade)	Quota parte
Engenharia	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio e outros danos (agregada)	Excesso de perdas (XL)
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais - sub-layer)	Excesso de perdas (XL)
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Incêndio e perda de lucros (estabelecimento e riscos industriais)	Proporcional
Marítimo (carga e cascos)	Excesso de perdas (XL)
Marítimo (carga)	Proporcional
Marítimo (cascos)	Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional
Multirrisco	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco (agregada)	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco (catástrofes naturais - sub-layer)	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco (catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Responsabilidade civil administradores (artº 396)	Quota parte
Responsabilidade civil ambiental	Quota parte
Responsabilidade civil d&o	Quota parte (Facultativo)
Responsabilidade civil geral	Excesso de perdas (XL)
Responsabilidade civil profissionais de saúde	Quota parte
Saúde	Quota parte
Saúde (assistência)	Quota parte
Saúde (despesas médicas específicas)	Excesso de perdas (XL)
Saúde (despesas médicas)	Excesso de perdas (XL)
Saúde (doenças graves)	Quota parte
Vida (Proteção aos Prémios)	Quota parte
Vida + Cool	Quota parte
Vida Catástrofes	Excesso de perdas (XL)
Vida Crédito Habitação	Excedente de somas
Vida Grupo	Excedente de somas
Vida Individual	Excedente de somas
Vida Profissionais de Saúde	Excedente de somas
Vida Proteção de Cúmulos	Excesso de perdas (XL)
Vida VTCC2.0	Excedente de somas

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:



(milhares de euros)

Impacto no resultado antes de impostos

Área de análise	Cenários	Impacto no resultado antes de impostos	
		2015	2014
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(17 099)	(17 494)
Despesas	Aumento de 10% nos custos de expiação, líquidos de resseguro	(15 425)	(14 510)
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados do ramo vida	(2 371)	(1 744)
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos actuais pensionistas de Acid. de Trabalho	(2 548)	(2 710)

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Para efeitos da análise da sensibilidade do risco de Mortalidade, não são tidos em consideração os prémios futuros.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são atualizadas.

NATUREZA E EXTENSÃO DO RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO, RISCO DE LIQUIDEZ E RISCO OPERACIONAL

Risco de Mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira do Grupo e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política de Investimentos, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pelo Grupo, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direção de Risco Global e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pelo Grupo com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que o Grupo se encontra sujeito e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor no Grupo é proposta pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global e aprovada pelo Conselho de Administração, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

Risco Cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de ativos em moeda estrangeira.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no resultado antes de impostos	
		2015	2014
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	(2 888)	(1 054)

Risco de Ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pelo Grupo, bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos.

Handwritten signature and notes:
 PS.
 2014
 14
 17
 - 75 -

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

		(milhares de euros)	
		Impacto no resultado e nas reservas de justo valor antes de imposto	
Área de análise	Cenários	2015	2014
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	(8 267)	(6 145)

Risco Imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

		(milhares de euros)	
		Impacto no resultado e nas reservas de justo valor antes de imposto	
Área de análise	Cenários	2015	2014
Imóveis	Descida de 10% no valor dos Imóveis e fundos Imobiliários	(13 461)	(14 510)

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos encontra-se sobretudo nas obrigações. Os passivos estão expostos em todos os produtos de Vida, com especial destaque para os produtos de capitalização e em Não Vida através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho.

De seguida apresentam-se os valores das análises de sensibilidade a este risco:

		(milhares de euros)	
		Impacto nas reservas de justo valor antes de imposto	
Área de análise	Cenários	2015	2014
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos Ativos	41 550	25 451
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos Ativos	(35 576)	(23 671)

		(milhares de euros)	
		Impacto no resultado antes de impostos	
Área de análise	Cenários	2015	2014
Taxa de Juro	Descida de 10 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos Passivos	(1 017)	(2 598)
	Subida de 10 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos Passivos	794	1 128

Risco de Spread

O risco de spread reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*.

Rating	(milhares de euros)			
	2015		2014	
	%	valor	%	valor
AAA	4%	25 181	8%	44 081
AA	5%	35 609	14%	74 253
A	28%	182 870	21%	110 277
BBB	42%	272 667	31%	163 367
BB	13%	81 676	23%	120 605
B	2%	11 328	1%	4 978
CC	0%	-	0%	146
Unrated	7%	42 614	3%	14 832
Total	100%	651 945	100%	532 539

Estes valores não incluem depósitos e ativos das carteiras *Unit Linked* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de Concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou totais pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

Setor de atividade	(milhares de euros)					
	2015			2014		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	2%	16.203	(25)	4%	28.762	(25)
Comunicações	2%	15.031	(470)	3%	17.563	(470)
Bens consumíveis (cíclico)	4%	31.107	-	7%	48.890	-
Bens consumíveis (Não-cíclico)	6%	47.153	(202)	10%	63.150	(180)
Energia	3%	20.349	-	2%	11.961	-
Financeiro	45%	357.148	(19.331)	31%	208.415	(15.013)
Fundos	2%	19.607	-	3%	20.375	(11)
Dívida Pública	24%	188.395	-	29%	188.911	-
Industrial	4%	31.189	-	3%	22.368	-
Medicina	0%	1.000	-	0%	2.031	-
Tecnologia	1%	11.394	-	2%	10.269	-
Serviços públicos / coletivos	7%	55.793	-	5%	35.063	-
Outros	0%	2.971	-	1%	4.876	-
	100%	797.340	(20.028)	100%	662.634	(15.699)

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros detidos para negociação, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Derivados de Cobertura, Ativos disponíveis para venda e os suprimentos da rubrica de Empréstimos concedidos.

Handwritten notes:
 B.
 21.1.
 21.
 7

Da rubrica Ativos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos e ativos das carteiras *Unit Linked* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade do Grupo não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, o Grupo elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

A análise de maturidade dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

(milhares de euros)							
2015	< 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Sem maturidade	Total
Ativos financeiros	24 107	55 524	42 067	262 319	468 457	173 235	1 025 709
Passivos financeiros e provisão matemática	5 166	35 016	33 614	173 676	242 795	23 579	513 846
Líquido	18 941	20 508	8 453	88 643	225 662	149 656	511 863

(milhares de euros)							
2014	< 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Sem maturidade	Total
Ativos financeiros	56 667	79 960	36 714	293 335	383 525	150 153	1 000 354
Passivos financeiros e provisão matemática	3 361	37 217	34 933	348 783	309 678	24 435	758 407
Líquido	53 306	42 743	1 781	-55 448	73 847	125 718	241 947

Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na seleção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

Risco Operacional e Risco Reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária do Grupo, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes no Grupo face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

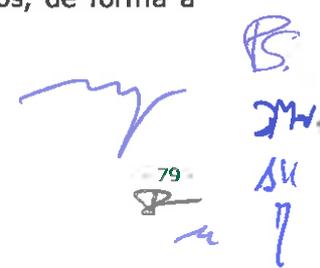
- Existência de Código de Conduta;
- Existência de normativos internos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas no Grupo para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais em todo o Grupo, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que o Grupo se encontra sujeito.

Num âmbito mais específico, destaca-se ainda a existência de procedimentos formais no âmbito do processo da gestão de sinistros, nomeadamente na regularização dos mesmos, de forma a garantir o cumprimento do enquadramento legal em vigor.



No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de as empresas do Grupo incorrerem em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- › Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- › Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre as empresas do Grupo e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- › Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que o Grupo apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- › Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- › Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- › Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos no Grupo. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e compliance.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adotada compreende as seguintes fases:

- › Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- › Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- › Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- › Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções;
- › Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno do Grupo assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções da empresa mãe Tranquilidade (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respetivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direção de Risco Global, que detém uma função de supervisão, tendo como principal responsabilidade a monitorização do sistema de gestão de risco e de controlo interno, e pela Direção Jurídica, que detém a função de *Compliance*;
- Um terceiro nível representado pela Direção de Auditoria Interna e pela Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

O Sistema de Controlo Interno no Grupo encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma da ASF nº.14/2005-R, de 29 de novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e Interlocutores dos processos;
- Principais atividades;

Adicionalmente, o Grupo dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizado na Direção de Risco Global, no qual são registadas as perdas mais relevantes detetadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas corretivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

SOLVÊNCIA

O Grupo monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de abril, da ASF e o cálculo da respetiva margem apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Elementos constitutivos do fundo de garantia	126 722	8 608
Empresa participante		
Empresas participadas		
Consolidados da empresa participante	128 132	10 018
Eliminação dos elementos constitutivos da Margem de Solvência	1 410	1 410
Requisitos de solvência corrigida	92 480	93 918
Empresa participante	49 927	50 569
Empresas participadas		
Valor contabilizado na empresa participante		
Requisito de solvência	42 553	43 349
Excesso / insuficiência da margem de solvência corrigida	34 242	-85 310
Taxa de cobertura da margem de solvência	137,0%	9,2%

Conforme referido no Relatório do Conselho de Administração, o incumprimento, em 31 de dezembro de 2014, dos requisitos de margem de solvência mínima, ficou ultrapassado pelas operações concluídas em 2015 que incluíram, entre outras, a operação de aumento de capital da empresa mãe do Grupo e a venda da participação detida por esta na Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A., todas constantes no programa de recapitalização aprovado pela ASF.

Em 2015 foi transposta para o Regime Jurídico Nacional a Diretiva Solvência II (Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009), relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e respetivas alterações, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de Setembro de 2015, que definiu a data de entrada em vigor do novo Regime de Solvência II a 1 de Janeiro de 2016.

Na sequência da publicação da Lei n.º 147/2015, do Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, e das Orientações Técnicas, o Grupo ajustou o seu programa de ação, de forma a permitir o cumprimento do novo regime.

No âmbito do Regime Transitório definido para Portugal, previsto na Circular n.º 5/2014 da ASF, foram produzidos os resultados provisórios relativos ao requisito de capital de solvência com referência a 31 de dezembro de 2015. Os resultados obtidos indicam a suficiência dos fundos próprios do Grupo de acordo com o novo regime.

ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos por cada uma das seguradoras do Grupo, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Em termos gerais, a política de provisionamento do Grupo é de natureza prudencial, utilizando métodos atuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

RÁCIOS DE ATIVIDADE

Os principais rácios de atividade de Não Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	2015	2014
a) Rácio de Sinistralidade	63,8%	63,1%
b) Rácio de Aquisição	20,8%	21,1%
c) Rácio Administrativo	9,6%	10,6%
Rácio Combinado	94,2%	94,9%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + Outros custos - proveitos técnicos) / prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / prémios brutos emitidos

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / prémios brutos emitidos

Os principais rácios de atividade de Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	2015	2014
Sinistros / Prémios (IFRS 4)	114,6%	167,6%
Benefícios Pagos / Depósitos Recebidos (IAS 39)	423,1%	60,5%
Custos de Aquisição / (Prémios + Depósitos Recebidos)	15,5%	7,8%
Custos Administrativos / (Prémios + Depósitos Recebidos)	8,5%	4,1%

MONTANTES RECUPERÁVEIS DE SINISTROS

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	2015	2014
Contas a receber	2 662	3 144
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	(1 659)	(1 559)
Total líquido	1 003	1 585

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

	2015	2014
Salvados	63	49
Outras existências	3	3
Inventários	66	52

PS.
DM
SL
9



NOTA 6 – PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

A análise dos movimentos ocorridos em passivos por contratos de investimento é como segue:

(milhares de euros)

	Financeiros sem participação nos resultados	Unit Links	PPR Unit Links	OCA's Unit Link	Total
Saldos a 01 de Janeiro de 2014	145 468	7 588	40 234	279 909	473 199
Passivos adicionais do período, liq de comissões	45 721	4 644	330	-	50 695
Montantes pagos	(22 232)	(3 517)	(5 677)	-	(31 426)
Juros técnicos	6 040	744	1 571	(68 324)	(59 969)
Outros Movimentos	(18 154)	-	-	-	(18 154)
Saldos a 31 de Dezembro de 2014	156 843	9 459	36 458	211 585	414 345
Alterações no perímetro da Consolidação	-	-	-	3	3
Passivos adicionais do período, liq de comissões	7 192	731	241	-	8 164
Montantes pagos	(26 427)	(1 967)	(4 077)	(164 158)	(196 629)
Juros técnicos	5 041	205	(1 724)	(47 430)	(43 908)
Outros Movimentos	(4 328)	-	-	-	(4 328)
Saldos a 31 de Dezembro de 2015	138 321	8 428	30 898	-	177 647

Os valores de Outros movimentos em 2014 e 2015 referem-se a reclassificações de produtos que passaram a ter provisão para participação nos resultados discricionária.

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Valorizados ao justo valor por ganhos e perdas	56 110	(6 923)	49 187	72 005	(5 996)	66 009
Capitalização	52 489	(5 034)	47 455	69 295	(3 784)	65 511
PPR	3 621	(1 889)	1 732	2 710	(2 212)	498
Valorizados ao custo amortizado	9	(5 288)	(5 279)	136	(6 176)	(6 040)
Capitalização	9	(2 996)	(2 987)	-	(3 890)	(3 890)
PPR	-	(2 292)	(2 292)	136	(2 286)	(2 150)
Total	56 119	(12 211)	43 908	72 141	(12 172)	59 969

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem também os valores das Notas 17 e 18, pelo que a análise deve ser feita em conjunto com as referidas notas.

O valor dos passivos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS13 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Passivos produtos Unit Linked	-	39 326	-	39 326
Derivados	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros	-	39 326	-	39 326

	2014			(milhares de euros)
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos produtos Unit Linked	-	257 502	-	257 502
Derivados	*	*	*	*
Total Passivos Financeiros	-	257 502	-	257 502

Os níveis representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento ou preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	650	559
Empréstimos bancários	2 107	2 360
Outros	1 416	1 875
Valor de balanço	4 173	4 794

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da acetação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Os valores de Outros registados em 2015 e 2014 dizem respeito a saldos bancários credores que se verificam, fruto de uma gestão financeira otimizada, tendo em atenção valores que se encontram emitidos de meios de pagamento mas ainda não descontados, e ainda a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor e a instrumentos financeiros derivados com valor negativo.

NOTA 7 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras consolidadas através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

RS.
21/11.
44
7

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda	658 676	608 570
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	22 810	26 254
Depósitos a prazo	18 665	32 730
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	77 721	15 476
Ativos financeiros detidos para negociação	-	38
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
Total participações e instrumentos financeiros	777 872	683 068
Outros ativos financeiros	4 879	6 585
Total ativos financeiros	782 751	689 653

No Anexo 1 estão considerados em 2015, 228 milhares de euros de Instrumentos financeiros derivados com valor negativo que no balanço são apresentados na rubrica Outros passivos financeiros do Passivo (Nota 6).

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de depósitos a prazo inclui um montante de 15.534 milhares de euros relativo a depósitos constituídos pela TCAS junto de bancos angolanos, denominados essencialmente em Kwanzas Angolanos, os quais se vencem num prazo inferior a um ano.

Os investimentos em associadas são analisados na Nota 4, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 7.

ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Encontram-se classificados nesta rubrica os títulos que o Grupo, conforme previsto pela Norma IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	223	281
De outros emissores	74 265	3 472
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3 233	11 723
Valor de balanço	77 721	15 476
Valor de aquisição	77 261	15 185

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos no montante de 2.539 milhares de euros. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas fontes utilizadas pelo Grupo para a totalidade do Instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	188 396	188 910
De outros emissores	389 852	341 090
Ações	45 455	30 730
Outros títulos de rendimento variável	34 973	47 840
Valor de balanço	658 676	608 570

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	(milhares de euros)				
	Custo amortizado ou de aquisição	Juro decorrido	Reserva de Justo valor	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	185.019	2.383	1.508	-	188.910
De outros emissores	328.126	2.471	10.493	-	341.090
Ações	31.089	-	320	(678)	30.731
Outros títulos de rendimento variável	48.392	-	705	(1.258)	47.839
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	592.626	4.854	13.026	(1.936)	608.570
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	186.261	3.140	(1.005)	-	188.396
De outros emissores	393.604	5.406	(9.158)	-	389.852
Ações	49.896	-	587	(5.028)	45.455
Outros títulos de rendimento variável	32.605	-	3.093	(725)	34.973
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	662.366	8.546	(6.483)	(5.753)	658.676

Pela sua relevância, destaca-se a participação de 10% no capital social da GNB - Gestão de Ativos, SGPS, S.A., que foi adquirida em 2014 por 29,7 milhões de euros. Em 2015 foi realizada uma avaliação desta participada por uma entidade externa e independente, conforme previsto no âmbito do contrato de aquisição do capital social do Grupo pela Apollo.

Nos termos deste contrato, a participação detida pelo Grupo será alienada em 2016, ao Novo Banco, S.A. ou a uma entidade por este designada, pelo preço de 25,4 milhões de euros, valor definido com base na referida avaliação. Desta forma, foi registada no exercício de 2015 uma perda por imparidade de 4,3 milhões de euros de forma a reduzir o valor de balanço desta participação ao seu valor realizável.

Em 31 de Março de 2015, no contexto do plano de recuperação do Grupo Tranquilidade, a subsidiária T-Vida subscreveu através de uma subscrição particular, um empréstimo obrigacionista no valor de 20 milhões de euros, emitido pela sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l..

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "R.S.", "216", "AL", and "7".

Este empréstimo obrigacionista, que vence juros à taxa Euribor a 3 meses mais 150 b.p., foi subscrito integralmente com reservas livres da T-Vida, não alocadas a produtos subscritos pelos seus clientes, e com conhecimento e aprovação por parte da ASF. O encaixe deste empréstimo foi integralmente reinvestido no Grupo. Os cupões desta obrigação foram capitalizados na data da respetiva maturidade e rendem juros à taxa definida para o título. Este empréstimo obrigacionista tinha uma duração inicial de 1 ano, tendo sido prorrogado por mais um ano, com as mesmas condições do contrato original.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os Outros títulos de rendimento variável incluem 15.366 milhares de euros e 29.446 milhares de euros, respetivamente, relativos a participações detidas pelo Grupo em fundos de investimento imobiliário.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	1 936	2 786
Dotações do exercício	4 498	663
Anulações do exercício por venda de ativos	(2 650)	(1 513)
Reversões do exercício	-	-
Alterações de perímetro de consolidação	1 969	-
Saldo em 31 de Dezembro	5 753	1 936

As imparidades registadas em ganhos e perdas, segregadas pelas respetivas categorias são como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	(4 498)	(663)
	(4 498)	(663)

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	2015		2014	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados - Contratos de forward e swap	(228)	722 870	38	-
Valor de balanço	(228)	722 870	38	-

Os investimentos realizados pelo Grupo são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas. Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, o Grupo efetuou alguns contratos de cobertura cambial para os respetivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*. As variações do justo valor destes Instrumentos derivados são registadas diretamente na demonstração de ganhos e perdas, uma vez que o Grupo não utiliza contabilidade de cobertura por não se encontrarem cumpridos os requisitos definidos para o efeito pela Norma IAS 39.

Dado que estes contratos apresentam em 2015 um justo valor negativo, os mesmos são apresentados no Passivo, na rubrica Outros passivos financeiros – Outros.

INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existem ativos classificados nesta categoria. No entanto, importa realçar que durante 2014 o Grupo procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“tainting”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 o Grupo não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

DERIVADOS DE COBERTURA

Em 31 de dezembro de 2009, o Grupo detinha instrumentos financeiros de cobertura, que visavam a cobertura de fluxos de caixa. Para o efeito, celebrou contratos designados de *Swaps* de taxa de juro, i.e., contratos em que uma série de fluxos financeiros, numa dada moeda, determinados pela taxa de juro, são trocados durante um período predefinido.

No caso concreto, os contratos celebrados tiveram como propósito a troca de juro de taxa variável por juro de taxa fixa, com o objetivo de proteção face a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro, incutidas na formação das taxas de juro das obrigações de taxa variável, detidas pelo Grupo.

Durante o exercício de 2010, o Grupo procedeu ao término dos referidos contratos de cobertura, mantendo em alguns casos, os ativos de taxa variável sobre os quais os riscos de fluxos de caixa estavam cobertos.

As quantias reconhecidas em 2015 e 2014 em Capital Próprio, com origem direta nos derivados de cobertura estabelecidos, foram os seguintes:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ganhos e perdas	-	36
Reserva de reavaliação	-	(36)
Total reconhecido em Capital Próprio	-	-
Valor Nocional	-	-

Os valores registados em Ganhos e Perdas foram contabilizados na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de resultados – Outros.

Handwritten notes:
 PS.
 21/11/15
 AH
 7

Os valores registados na Reserva de Reavaliação, contabilizados na rubrica "Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa", totalizavam a 31 de dezembro de 2014 o valor de 36 milhares de euros, e o seu desreconhecimento prospetivo, de acordo com os requisitos da Norma IAS 39, terminou nesse ano.

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos o Grupo detém ainda outros ativos conforme segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Empréstimos concedidos	4 426	5 914
Depósitos junto de empresas cedentes	2	2
Outros	451	669
Total de outros ativos financeiros	4 879	6 585

Em 2015 e 2014, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

O montante de empréstimos é analisado conforme segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Suprimentos	3 125	4 202
Empréstimos a colaboradores	1 301	1 712
Total de empréstimos concedidos	4 426	5 914

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor dos suprimentos corresponde aos suprimentos concedidos ao Imocrescente - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	Custo de aquisição	Imparidade	(milhares de euros) Valor de balanço
Outros ativos financeiros			
Suprimentos	4 202	-	4 202
Empréstimos	16 712	(15 000)	1 712
Saldo a 31 de dezembro de 2014	20 914	(15 000)	5 914
Outros ativos financeiros			
Suprimentos	3 125	-	3 125
Empréstimos	16 301	(15 000)	1 301
Saldo a 31 de dezembro de 2015	19 426	(15 000)	4 426

As perdas por imparidade da rubrica Empréstimos correspondem à totalidade do empréstimo de tesouraria concedido à Espírito Santo Financial Portugal, SGPS, S.A.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	15 000	-
Dotações do exercício	-	15 000
Anulações do exercício por desreconhecimento	-	-
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	15 000	15 000

JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

	2015		2014	
	Justo valor	Valor balanço	Justo valor	Valor balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	39 149	39 149	54 819	54 819
Empréstimos e contas a receber	23 544	23 544	39 315	39 315
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	80 268	80 268	112 053	112 053
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	142 961	142 961	206 187	206 187
Passivos financeiros de contratos de investimento	132 051	138 321	152 935	156 843
Outros passivos financeiros	3 945	3 945	4 794	4 794
Outros credores por operações de seguros e outras operações	60 398	60 398	60 942	60 942
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	196 394	202 664	218 671	222 579

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos necessários para a projeção do valor atual dos fluxos de caixa esperados futuros.

Todos os outros ativos e passivos, tendo em conta que são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem que é de Nível 1.

METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS13 é analisado como segue:

	2015			(milhares de euros)
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros disponíveis para venda	581 732	7 572	69 372	658 676
Títulos e Unidades de Participação	12 094	-	22 879	34 973
Ações e Outros Títulos de Rendimento Variável	19 192	-	26 263	45 455
Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo				
De emissores públicos	188 396	-	-	188 396
De outros emissores	362 050	7 572	20 230	389 852
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	77 721	-	-	77 721
Títulos e Unidades de Participação	3 233	-	-	3 233
Ações e Outros Títulos de Rendimento Variável	-	-	-	-
Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo				
De emissores públicos	223	-	-	223
De outros emissores	74 265	-	-	74 265
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Títulos e Unidades de Participação	-	-	-	-
Ações e Outros Títulos de Rendimento Variável	-	-	-	-
Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	659 453	7 572	69 372	736 397
Derivados	-	(228)	-	(228)
Total Passivos Financeiros	-	(228)	-	(228)

	2014			(milhares de euros)
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros disponíveis para venda	558 361	-	50 208	608 570
Títulos e Unidades de Participação	28 513	-	19 327	47 840
Ações e Outros Títulos de Rendimento Variável	110	-	30 620	30 730
Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo				
De emissores públicos	188 910	-	-	188 910
De outros emissores	340 828	-	262	341 090
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	7 078	-	8 398	15 476
Títulos e Unidades de Participação	3 431	-	8 292	11 723
Ações e Outros Títulos de Rendimento Variável	-	-	-	-
Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo				
De emissores públicos	281	-	-	281
De outros emissores	3 366	-	106	3 472
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros detidos para negociação	-	38	-	38
Títulos e Unidades de Participação	-	-	-	-
Ações e Outros Títulos de Rendimento Variável	-	-	-	-
Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	38	-	38
Total Ativos Financeiros	565 439	38	58 607	624 084

Os níveis representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

- Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com Impacto significativo na valorização do instrumento ou preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

	(milhares de euros)								
	31 Dez 2014	Valias potenciais	Compras	Vendas	Reajustamentos	Reembolsos	Imparidades	Valias realizadas	31 Dez 2015
Ativos financeiros disponíveis para venda	50 200	2 674	35 894	(21 814)	5 358	-	(4 408)	1 049	88 372
Títulos e Unidades de Participação	19 327	2 582	15 364	(21 552)	5 356	-	(147)	1 949	22 879
Ações e Outros Títulos de Rendimento Variável	30 620	(6)	-	-	-	-	(4 351)	-	26 263
Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo									
De emissores públicos									
De outros emissores	262		20 230	(262)					20 230
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	8 398	-	-	(8 397)	-	(4)	-	3	-
Títulos e Unidades de Participação	8 292			(8 292)					
Ações e Outros Títulos de Rendimento Variável									
Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo									
De emissores públicos									
De outros emissores	106			(105)		(4)		3	

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as Ações e outros títulos de rendimento variável incluem 25.374 milhares de euros e 29.702 milhares de euros, respetivamente, relativos à participação detida na GNB - Gestão de Ativos, SGPS, S.A..

Os Títulos e unidades de participação contemplados neste nível incluem 15.367 milhares de euros relativos a unidades de participação em fundos de investimento imobiliário fechados e 7.512 milhares de euros relativos a fundos de *private equity*, cujo justo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pelas sociedades gestoras.

O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos, valorizados nas respetivas contas ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pelas sociedades gestoras. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, o Impacto de uma alteração de +/- 10% no VLGF dos fundos, é analisado, em 2015 e 2014, como segue:

		(milhares de euros)	
Área de análise	Cenários	Impacto no resultado do exercício	Impacto na reserva de justo valor
		2015	2015
Fundo de Investimento	Subida de 10% nos valores de fundos de investimento Imobiliário fechados		1 183
	Descida de 10% nos valores de fundos de investimento Imobiliário fechados		(1 183)
	Subida de 10% nos valores de fundos private equity		751
	Descida de 10% nos valores de fundos private equity		(751)
		(milhares de euros)	
Área de análise	Cenários	Impacto no resultado do exercício	Impacto na reserva de justo valor
		2014	2014
Fundo de Investimento	Subida de 10% nos valores de fundos de investimento Imobiliário fechados		1 019
	Subida de 10% nos valores de fundos private equity		913
	Descida de 10% nos valores de fundos de Investimento Imobiliário fechados	(1 019)	
	Descida de 10% nos valores de fundos private equity	(604)	(309)

Não é incluída avaliação de impactos para os casos de fundos autónomos representativos de passivos de contratos de investimento em que o risco é do tomador de seguro.

B
JW
AN
7

NOTA 8 - CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Caixa	98	1 735
Depósitos em Instituições de Crédito	39 051	53 084
	39 149	54 819

NOTA 9 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

Conforme referido na Nota 3 acima, os terrenos e edifícios detidos pelo Grupo são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares a todos os imóveis.

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação "Comparativo de Mercado" e "Rendimento", e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método "Comparativo de Mercado" é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas.

O método do "Rendimento" consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

O Grupo considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor.

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional do Grupo e de rendimento nos casos restantes. Nos casos em que, pelo seu uso ser repartido, merecem a classificação de mistos, cada parte será analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património localizado em Portugal estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
Propriedades de Investimento - Edifícios de Rendimento	2015	2014
Saldo líquido a 1 de Janeiro	258 272	323 567
Alterações no perímetro da Consolidação	(162 474)	(225)
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	188	2 168
Transferências	(10 824)	5 783
Abates/Vendas	(10 137)	(5 432)
Variações justo valor	1 681	(67 589)
Saldo líquido a 31 de Dezembro	76 706	258 272

No exercício de 2015, as alterações no perímetro de consolidação correspondem à alienação do Fundes – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, conforme referido na Nota 4.

Todos os imóveis de rendimento detidos diretamente pelo Grupo têm como objetivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo portanto imóveis com o objetivo exclusivo de valorização. A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	76 605	183 787
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	101	74 485
Total	76 706	258 272

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento, são como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Rendimentos de rendas	4 374	6 697
Custos operacionais	232	1 012
- em imóveis que geraram rendimentos de rendas	114	883
- em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	118	129

Englobado nos rendimentos de rendas acima referidos, existe um arrendamento de cerca de 258 mil euros anuais, por um período definido (i.e. 2019), referente a um espaço comercial e sujeito a renegociação com o arrendatário após esse período.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number 258, 272, and a signature.

Modelo do custo

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Valor bruto	46 079	29 439
Amortizações e imparidades acumuladas	(10 021)	(5 016)
Saldo líquido a 31 de Dezembro	36 058	24 423

O movimento ocorrido nos Imóveis de Serviço Próprio em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
Ativos tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2015	2014
Saldo líquido a 1 de Janeiro	24 423	24 829
Alterações no perímetro da Consolidação	2 452	-
Adições por beneficiações	186	92
Transferências	10 824	-
Abates / Vendas	(1 271)	-
Imparidades - [(Dotação) / Utilização]	-	-
Amortizações do exercício	(556)	(498)
Saldo líquido a 31 de Dezembro	36 058	24 423

NOTA 10 - OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Além dos imóveis de serviço próprio referidos na Nota 9, o Grupo possui outros ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo, que em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Equipamento	56 502	57 488
Equipamento administrativo	6 256	6 130
Máquinas e ferramentas	1 849	1 844
Equipamento Informático	39 818	40 895
Instalações interiores	2 326	2 307
Despesas edificios arrendados	2 962	2 971
Material transporte	836	1 008
Outras imobilizações corpóreas	2 455	2 333
Imobilizado em curso	13	265
Amortizações acumuladas	(51 080)	(51 337)
Imparidades		2
	5 435	6 416

Os movimentos ocorridos nesta rubrica são analisados como segue:

(milhares de euros)

	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2014	4 964	3 240	8 204
Adições	3 448	2 845	6 293
Transferências	38	(5 821)	(5 783)
Amortizações do exercício	(730)	-	(730)
Abates/Vendas	(1 860)	-	(1 860)
Aquisição carteira AMA	292	-	292
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	6 151	265	6 416
Adições	2 583	94	2 677
Transferências	-	(176)	(176)
Amortizações do exercício	(2 331)	-	(2 331)
Abates/Vendas	(858)	(170)	(1 028)
Alterações perimetro de consolidação	(123)	-	(123)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	5 422	13	5 435

No exercício de 2014, o montante de transferências de imobilizado em curso corresponde aos encargos suportados com obras realizadas num edifício do Grupo, que foram concluídas ainda em 2014 e transferidas para a rubrica Terrenos e edificios (Nota 9).

De referir ainda a existência de outros ativos no montante de 66 milhares de euros, dos quais, 63 milhares de euros referem-se a situações de salvados (2014: 49 milhares de euros).

NOTA 11 - AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, o Grupo é obrigado a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

B.
27/11
41
7

Conforme referido no Relatório do Conselho de Administração de 2014, em 31 de Dezembro de 2014 o Grupo incumpria com o nível de garantias financeiras de cobertura de provisões técnicas através dos seus ativos afetos.

Parte do incumprimento devia-se ao facto de o Grupo deter um conjunto de ativos que não eram elegíveis para representação de provisões técnicas mas sobre os quais o novo acionista se comprometeu perante a ASF, com a sua alienação servindo o proveito de tal alienação para recapitalização do Grupo.

As operações de alienação desses ativos iniciaram-se ainda em 2015 estando atualmente em plena fase de execução.

A indicação de quais os ativos afetos e não afetos às carteiras de seguros que o Grupo explora, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

(milhares de euros)						
2015						
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	2 427	74	290	16 762	19 596	39 149
Terrenos e edifícios	-	-	-	110 212	2 552	112 764
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	22 810	-	22 810
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	28 939	-	4 023	44 759	-	77 721
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	267 699	29 126	-	350 601	11 250	658 676
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	16	5 634	17 894	23 544
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	5 435	5 435
	289 065	29 200	4 329	550 778	56 727	940 099

(milhares de euros)						
2014						
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	5 897	323	13 212	23 452	11 935	54 819
Terrenos e edifícios	-	-	162 474	120 198	23	282 695
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	26 254	-	26 254
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	38	38
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	2 433	-	12 937	106	-	15 476
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	295 088	28 781	-	248 475	36 226	608 570
Empréstimos concedidos e contas a receber	5 000	800	20 033	11 181	2 301	39 315
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	6 416	6 416
	308 418	29 804	208 656	429 666	56 939	1 033 583

NOTA 12 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e de 3 anos para o software, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O Grupo efetuou em 2015 uma revisão criteriosa da sua política de capitalização de custos informáticos registados em ativos intangíveis, tendo chegado à conclusão, pela análise individual de cada projeto, que se tornava imperativo proceder a uma amortização extraordinária destes ativos, quer pela redefinição da sua vida útil à luz do seu contributo para os proveitos futuros, quer pela reavaliação da sua materialidade.

Esta revisão resultou no apuramento de um montante de 6.140 milhares de euros de amortização extraordinária e não recorrente.

Em 31 de dezembro de 2015, o *Goodwill* registado corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição em 2004 da Companhia de Seguros ESIA e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos adquiridos e até 2014 não foi amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. Em 2014 a análise do seu valor recuperável revelou a existência de imparidade total deste ativo, pelo que no exercício de 2014 foram registadas perdas por imparidade no montante de 25.785 milhares de euros na rubrica Perdas de Imparidade – De outros.

Durante o exercício de 2015, o Grupo transferiu para a rubrica Outros intangíveis o valor correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição do trespasse do negócio da sucursal em Portugal da A.M.A. - Agrupación Mutual Aseguradora, Mútua de Seguros a Prima Fija ("A.M.A.") e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos associados à carteira de seguros adquirida em 2014, que ascendeu a 1.244 milhares de euros e que em 31 de dezembro de 2014 se encontrava registado na rubrica *Goodwill*. A vida útil estimada da carteira de seguros adquirida é de 4 anos, pelo que se iniciou em 2015 a respetiva amortização de acordo com esse mesmo período.

O *Value in force* (VIF) corresponde ao valor do custo de aquisição pelo Grupo das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos. Este ativo é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

Como referido nas políticas contabilísticas, o Grupo efetuou uma revisão do valor recuperável do VIF, concluindo pela inexistência de uma perda por imparidade que devesse ser reconhecida. O teste foi efetuado com base numa avaliação feita pelo Grupo considerando as condições de mercado e uma taxa de desconto de 10%.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Goodwill	26 436	27 881
Outros Intangíveis	132 673	136 611
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	64 662	56 604
Software	13 915	21 648
Intangíveis em curso	1 565	6 752
Value in force	50 000	50 000
Outros	2 531	1 607
Amortizações acumuladas	(94 901)	(87 299)
Imparidades	(25 785)	(25 785)
	38 423	51 408

B.
 21/12/15
 11
 7

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	Goodwill	Outros Intangíveis	Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	Software	Intangíveis em curso	Value in force	Outros	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2014	26 636	52 503	9 402	3 340	5 986	32 939	924	79 229
Adições	1 245	5 094	40	191	4 291	-	572	6 339
Amortizações do exercício	-	(8 376)	(4 308)	(1 726)	-	(2 201)	(141)	(8 376)
Imparidades	(25 785)	-	-	-	-	-	-	(25 785)
Transferências	-	-	3 348	1 520	(3 999)	-	(869)	-
Abates/Vendas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	2 096	49 312	8 482	3 325	6 278	30 738	486	51 408
Adições	-	4 186	1 082	73	2 700	-	331	4 186
Amortizações do exercício	-	(14 593)	(10 912)	(1 040)	-	(2 218)	(423)	(14 593)
Imparidades	(200)	-	-	-	-	-	-	(200)
Transferências	(1 244)	1 244	7 062	466	(7 062)	-	778	-
Abates/Vendas	-	(817)	(49)	(601)	-	-	(167)	(817)
Alterações perimetro de consolidação	-	(1 559)	(18)	(1 191)	(350)	-	-	(1 559)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	661	37 772	5 647	1 032	1 568	28 520	1 005	38 423

O saldo remanescente do *Value in Force* será amortizado com segue:

(milhares de euros)

	2016	2017	2018	2019	Após
Amortização estimada	2.074	2.129	2.022	1.791	20.505

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Amortizações do exercício de ativos intangíveis	14 593	8 376
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	1 983	1 224
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	6 852	3 035
Gastos administrativos	5 700	4 108
Gastos financeiros		
Outros	58	9

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:



	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ativo bruto	53 252	63 390
Tomadores de seguro		
- recibos por cobrar	41 689	52 363
- reembolsos de sinistros	6 254	7 921
Mediadores de seguro	353	282
Cosseguradoras	4 957	2 824
Ajustamentos	(8 997)	(6 267)
Recibos por cobrar	(6 520)	(4 402)
Créditos de cobrança duvidosa	(2 477)	(1 865)
Ativo líquido	44 255	57 123

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 2.542 milhares de euros (2014: 3.049 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ativo bruto	13 244	14 448
Resseguradores	12 312	10 332
Ressegurados	932	4 116
Ajustamentos	(237)	(207)
Créditos de cobrança duvidosa	(237)	(207)
Ativo líquido	13 007	14 241

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ativo bruto	24 527	41 553
Entidades relacionadas	457	7 947
IFAP	1 351	4 906
FAT	971	982
Gestão por conta IDS e Representadas	3 001	2 141
Cauções	651	651
Rendas e outros valores à cobrança	779	7 342
Pessoal	679	512
Adiantamentos a fornecedores	351	179
Clientes	11 895	10 417
Outros valores a receber	4 392	6 476
Ajustamentos	(1 521)	(864)
Créditos de cobrança duvidosa	(1 521)	(864)
Ativo líquido	23 006	40 689

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da rubrica "Clientes" inclui o montante de 5.139 milhares de euros relativo a valores a receber de clientes da ADV Angola - Planos e Sistemas de Saúde,

B. M. S.
2015
2014
4

Lda, com sede em Angola, entidade esta integralmente detida pela subsidiária Advancecare Health International.

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ajustamento de recibos por cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	4 402	3 921
Dotações do exercício	2 121	495
Utilizações do exercício	(3)	(14)
Saldo em 31 de Dezembro	6 520	4 402
Ajustamento de créditos de cobrança duvidosa		
Saldo em 1 de Janeiro	2 936	3 244
Dotações do exercício	1 366	1
Utilizações do exercício	-	(309)
Alterações de perímetro de consolidação	(67)	-
Saldo em 31 de Dezembro	4 235	2 936

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Acréscimos de rendimentos		
- Prestações de serviços	120	239
- Rendimentos financeiros de Resseguro Cedido	334	412
- Outros acréscimos	-	670
Gastos Diferidos	2 605	2 383
- Seguros	45	86
- Rendas	55	158
- Gastos de aquisição	1 321	1 155
- Outros gastos diferidos	1 047	857
- Outsourcing	137	127
Total	3 059	3 704

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo diz respeito a contratos de investimento comercializados pelo Grupo, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida e é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	170 588	139 714
Depósitos recebidos	7 446	48 875
Benefícios pagos	(34 295)	(25 050)
Juro técnico do exercício	2 612	7 050
Saldo em 31 de Dezembro	146 351	170 588



Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	4 527	3 837
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	2 726	4 154
- Contas correntes	3 438	1 296
Cosseguradoras	6 730	14 334
Total	17 421	23 621

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Resseguradores	17 114	17 403
Ressegurados	651	421
Total	17 765	17 824

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Entidades relacionadas	5 842	1 297
Fornecedores de bens em leasing	23	118
Outros fornecedores de bens e serviços	2 533	4 247
IFAP	2 009	1 820
Pensões AT	1 769	1 606
Empréstimos bancários	-	1 613
Accionistas	-	1 000
Gestão por conta IDS e Representadas	-	67
Comissões e outros encargos a pagar	-	92
Outros valores a pagar	13 036	7 637
Total	25 212	19 497

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'R', 'J.H.', and 'AU'.

(milhares de euros)

	2015	2014
Rendimentos diferidos	1	468
- Rendas	1	377
- Serviços faturados	-	91
Acréscimo de custos	26 112	27 190
- Custos c/ pessoal (subsídios, encargos e bónus)	9 508	9 087
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	4 865	4 391
- Fornecimentos e serviços externos	9 081	10 674
- Serviços prestados empresas relacionadas	21	10
- Outros	2 637	3 028
Total	26 113	27 658

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

	2015	2014
Impostos	2 204	1 997
Outros ajustamentos	3 701	-
Outros riscos	75	-
Total	5 980	1 997

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	1 997	2 544
Dotações do exercício	3 985	214
Utilizações do exercício	(2)	(761)
Saldo em 31 de Dezembro	5 980	1 997

A dotação do exercício de Outras provisões em 2015 e 2014 inclui 207 milhares de euros e 214 milhares de euros, respetivamente, relativos à variação da componente relativa a juros compensatórios a pagar no caso de uma decisão desfavorável relativamente à utilização de deduções fiscais no apuramento de IRC entre 2006 e 2009, referentes a prejuízos fiscais de uma fusão empresarial. Estas dotações são incluídas em Outros gastos não técnicos da demonstração de ganhos e perdas.

Em 2015, a dotação do exercício inclui também a constituição de uma provisão no montante de 1.247 milhares de euros, destinada a acautelar algumas divergências de reconciliações de contas de devedores e credores. Inclui igualmente a constituição de uma provisão no montante 2.454 milhares de euros, destinada a acautelar eventuais responsabilidades decorrentes das operações em África. Estas dotações são incluídas em Outras provisões (variação) da demonstração de ganhos e perdas.

NOTA 14 - PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos		Variação PPNA		Prémios adquiridos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Vida						
Tradicionais	27 830	25 282	504	749	27 326	24 533
Capitalização com part. resultados	8 964	13 085	-	-	8 964	13 085
Não vida						
Acidentes e Doença	116 349	107 431	2 064	777	114 286	106 653
Incêndio e outros danos	66 596	65 183	(204)	(1 331)	66 800	66 514
Automóvel	148 440	137 398	47	(2 700)	148 393	140 098
Marítimo, Aéreo e Transportes	6 149	7 497	(565)	(165)	6 714	7 662
Responsabilidade civil geral	10 170	10 259	(217)	(131)	10 387	10 390
Crédito e caução	29	32	(6)	(10)	35	42
Proteção jurídica	11	13	(1)	(1)	12	14
Assistência	15 596	14 377	379	665	15 217	13 712
Diversos	2 582	2 771	(73)	(66)	2 655	2 837
Total	402 716	383 327	1 928	(2 212)	400 789	385 539

Os prémios emitidos, variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios emitidos		Variação PPNA		Prémios adquiridos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Vida						
Tradicionais	2 576	3 043	158	9	2 418	3 034
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-	-	-
Não vida						
Acidentes e Doença	4 791	3 948	(661)	70	5 452	3 879
Incêndio e outros danos	26 756	30 555	(178)	(905)	26 934	31 460
Automóvel	1 516	1 310	(1 628)	(34)	3 144	1 344
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 191	4 440	(620)	(86)	3 811	4 526
Responsabilidade civil geral	1 436	1 664	(17)	127	1 453	1 537
Crédito e caução	11	9	-	(3)	11	12
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	14 100	13 685	(280)	581	14 380	13 104
Diversos	2 370	2 580	(136)	(44)	2 507	2 623
Total	56 747	61 234	(3 362)	(285)	60 109	61 520

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro direto e resseguro aceite Não Vida de 2015, é analisado como segue:



(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Acidentes e Doença	116 286	114 437	88 535	29 612	(3 106)
Incêndio e outros danos	66 472	66 760	27 805	23 948	(10 945)
Automóvel					
- Responsabilidade civil	93 196	92 822	65 115	28 327	(2 350)
- Outras coberturas	54 285	52 557	38 509	19 056	(1 408)
Marítimo, Aéreo e Transportes	6 078	6 645	400	1 919	(2 546)
Responsabilidade civil geral	10 152	10 356	9 591	3 942	4 114
Crédito e caução	29	35	134	13	(11)
Proteção jurídica	11	11	27	6	-
Assistência	15 596	15 217	(4)	3 215	(13 114)
Diversos	2 583	2 633	678	639	(1 349)
Total	364 689	361 473	230 790	110 677	(30 715)
Resseguro Aceite	1 234	3 025	2 166	471	3 068
Total Geral	365 922	364 498	232 956	111 148	(27 647)

A indicação de alguns valores do ramo Vida é como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	36 794	38 367
Relativos a contratos individuais	26 880	25 379
Relativos a contratos de grupo	9 914	12 988
	36 794	38 367
Periódicos	29 270	28 476
Não Periódicos	7 524	9 891
	36 794	38 367
De contratos sem participação nos resultados	22 403	19 942
De contratos com participação nos resultados	14 391	18 425
	36 794	38 367
Saldo de resseguro	(409)	(1 351)

NOTA 15 - COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição, gestão e resgate dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

NOTA 16 – RENDIMENTOS/RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordadas na Nota 3.

O saldo das rubricas de Rendimentos e de Ganhos e Perdas em Associadas, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Juros	11 451	17 330
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 454	11 678
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	272	176
Investimentos a deter até à maturidade	-	3 094
Depósitos, empréstimos e outros activos	2 725	2 382
Rendas	4 374	6 697
Terrenos e edifícios	4 374	6 697
Dividendos	8	39
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	39
Resultados de associadas	5 527	6 724
Total	21 360	30 790

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 727	5 667
De outros emissores	7 021	9 280
Ações	5 527	6 725
Outros títulos de rendimento variável	8	39
Imóveis	4 374	6 697
Depósitos	2 365	1 985
Empréstimos e outros ativos	338	397
Total	21 360	30 790

O saldo da rubrica de Gastos financeiros, é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Custos imputados à função Investimentos	1 809	1 819
Custos diretos de funcionamento	420	508
Total	2 229	2 327

NOTA 17 - GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financieros - Não ao justo valor	54 938	(5 087)	49 851	53 484	(146 220)	(92 737)
Ativos financeiros disponíveis para venda	16 069	(5 087)	10 982	47 550	(146 220)	(98 670)
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	921	-	921
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	34 610	-	34 611	-	-	-
Derivados de Cobertura	-	-	-	36	-	36
Ativos financeiros geridos por terceiros	4 259	-	4 259	4 977	-	4 977
Financieros - Ao justo valor	197	(143 263)	(143 066)	71	(34)	37
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	197	(143 263)	(143 066)	71	(34)	37
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Não Financeiros	33	(172)	(139)	52	(886)	(834)
Terrenos e edifícios - Uso próprio	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios - Rendimento	33	(172)	(139)	52	(886)	(834)
Total	55 168	(148 522)	(93 354)	53 607	(147 140)	(93 534)

No exercício de 2015, os ganhos em Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos incluem 33.778 milhares de euros relativos à mais-valia gerada com a alienação à Calm Eagle Holdings, S.à r.l. da participação que o Grupo detinha na AdvanceCare – Gestão de Serviços de Saúde, S.A. (AdvanceCare), e incluem 833 milhares de euros relativos à mais-valia realizada na venda à AdvanceCare da participação detida pelo Grupo na Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. (Nota 4).

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB-Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de investimento não *Unit Linked* comercializados pelo Grupo.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas realizados em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem o juro técnico dos passivos financeiros valorizados ao custo amortizado no montante de -5.279 milhares de euros (2014: -6.040 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 6.

NOTA 18 - GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financieros - Ao justo valor	95 868	(1 972)	93 896	2 598	(6 199)	(3 601)
Ativos detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	95 868	(327)	95 541	525	(6 199)	(5 674)
Ativos financeiros geridos por terceiros	-	(1 645)	(1 645)	2 073	-	2 073
Não Financeiros	4 469	(3 750)	719	2 285	(69 875)	(67 590)
Terrenos e edifícios - Rendimento	4 469	(3 750)	719	2 285	(69 875)	(67 590)
Total	100 337	(5 722)	94 615	4 883	(76 074)	(71 191)

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB-Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de Investimento *Unit Linked* comercializados pelo Grupo.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas de ajustamentos de justo valor em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem o juro técnico dos passivos financeiros valorizados ao justo valor por ganhos e perdas no montante de 49.187 milhares de euros (2014: 66.009 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 6.

NOTA 19 - GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

	2015			2014		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 549	(1 945)	604	36	(10)	26
Ativos financeiros detidos para negociação	264	(439)	(175)	-	-	-
Outros	607	(5 687)	(5 080)	695	(250)	445
Total	3 420	(8 071)	(4 651)	731	(260)	471

NOTA 20 – OUTROS RENDIMENTOS, GASTOS E VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Outros rendimentos técnicos	1 611	1 888		
Comissões de gestão de cosseguro	234	169		
Taxas de gestão de sinistros	6	5		
Remuneração por serviços - IFAP	-	1		
Gestão por conta de sinistros	1 371	1 713		
Outros gastos técnicos	4 441	3 348		
Comissões de gestão de cosseguro	785	218		
Gestão por conta de sinistros	3 656	3 130		
Valor do ganhos e perdas	(2 830)	(1 460)		

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Outros rendimentos não técnicos	52 646	54 483
Restituição de impostos	17	148
Correções e acertos	1 408	2 376
Outros ganhos	2 784	4 407
Juros e outros ganhos financeiros	60	31
Serviços prestados	48 313	47 517
Ganhos por alienação de ativos tangíveis	64	4
Outros gastos não técnicos	56 566	56 112
Donativos	19	11
Mecenato	78	186
Ofertas a clientes	251	391
Multas	19	33
Quotizações	11	8
Rescisões contratuais	1 000	-
Serviços prestados	46 602	48 225
Correções e acertos	1 030	967
Outros gastos	6 893	5 697
Serviços bancários e juros de mora	663	594
Valor do ganhos e perdas	(3 920)	(1 629)

Os rendimentos por serviços prestados dizem respeito maioritariamente aos proveitos operacionais das entidades Esumédica, Espírito Santo Contact Center, ADV Angola e Advancecare, enquanto que os gastos por serviços prestados referem-se na sua maioria aos custos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos dessas entidades.

O saldo da rubrica de Outras provisões (variação), é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Outros ajustamentos	(3 701)	-
Valor do ganhos e perdas	(3 701)	-

O valor de Outras provisões de 2015 é explicado pela constituição de uma provisão destinada a acautelar algumas divergências de reconciliações de contas de devedores e credores. Inclui igualmente a constituição de uma provisão no montante 2.454 milhares de euros, destinada a acautelar eventuais responsabilidades decorrentes das operações em África.

NOTA 21 - GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar das empresas seguradoras, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais do Grupo, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos de administrativos
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

(milhares de euros)
(%)

2015	Custos com sinistros		Custos de aquisição		Custos administrativos		Custos com investimentos		Outros Custos não imputados		Total	
Custos com pessoal	6 537	13%	16 378	33%	16 588	33%	315	1%	10 130	20%	49 947	100%
Fornecimentos e serviços externos	2 510	6%	12 262	31%	11 404	29%	391	1%	13 109	33%	39 676	100%
Impostos	-	0%	13	0%	2 717	99%	8	0%	-	0%	2 738	100%
Amortizações	2 932	17%	7 149	41%	6 232	36%	361	2%	806	5%	17 480	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	1	0%	-	0%	733	100%	-	0%	734	100%
Total	11 078	11%	36 803	32%	38 041	33%	1 809	2%	24 045	22%	110 678	100%

(milhares de euros)
(%)

2014	Custos com sinistros		Custos de aquisição		Custos administrativos		Custos com investimentos		Outros Custos não imputados		Total	
Custos com pessoal	6 604	9%	16 506	23%	20 316	28%	448	1%	28 038	39%	71 912	100%
Fornecimentos e serviços externos	2 443	5%	12 716	26%	11 398	23%	268	1%	22 066	45%	48 891	100%
Impostos	-	0%	27	1%	2 589	98%	16	1%	-	0%	2 632	100%
Amortizações	1 453	15%	3 654	38%	4 137	43%	349	4%	11	0%	9 604	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	3	0%	4	1%	2	0%	738	99%	-	0%	747	100%
Total	10 503	8%	32 907	25%	38 442	29%	1 819	1%	50 115	37%	133 788	100%

O montante dos Custos com o pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

PS.
27/12
lu
7



	(milhares de euros)	
	2015	2014
Electricidade e Água	702	1 175
Combustíveis	285	476
Material de escritório, impressos e outros	237	397
Artigos para oferta	518	1 044
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	883	1 273
Manutenção de equipamento informático	2 086	2 543
Rendas	3 353	4 233
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	1 066	1 163
Despesas de deslocação e representação	1 351	2 299
Comunicações telefónicas e redes	1 162	1 829
Correios	1 717	1 497
Seguros	168	399
Avenças e honorários	222	580
Publicidade e marketing	5 702	6 532
Limpeza, higiene e conforto	485	746
Vigilância e segurança	308	821
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	14 707	16 146
Serviços e desenvolvimentos informáticos	2 444	2 010
Quotizações APS	236	231
Cobrança de prémios	703	921
Formação de mediadores	163	268
Trabalho temporário	122	181
Prestação de serviços operacionais	118	136
Outros serviços e fornecimentos diversos	938	1 991
Total	39 676	48 891

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Iva suportado	22	78
Taxa para as Autoridades de Seguros	926	891
Taxa para o FAT	841	800
Imposto municipal sobre imóveis	50	35
Taxa para a Secretaria Geral do MAI	787	708
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	63	63
Outros impostos, taxas e licenças	49	57
Total	2 738	2 632

O montante das Amortizações é decomposto como segue:



	(milhares de euros)	
	2015	2014
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	10 912	4 308
Software	1 040	999
Outros ativos intangíveis	311	-
Equipamento informático	764	516
Imóveis de uso próprio	556	497
Equipamento administrativo e máquinas	806	228
Instalações interiores	138	60
Locação financeira	33	63
Outro equipamento	590	591
Intangível - Value in force	2 218	2 201
Outros intangíveis	112	141
Total	17 480	9 604

O Grupo efetuou em 2015 uma revisão criteriosa da sua política de capitalização de custos Informáticos registados em ativos Intangíveis, tendo chegado à conclusão, pela análise individual de cada projeto, que se tornava imperativo proceder a uma amortização extraordinária destes ativos, quer pela redefinição da sua vida útil à luz do seu contributo para os proveitos futuros, quer pela reavaliação da sua materialidade.

Esta revisão resultou no apuramento de um montante de 6.140 milhares de euros de amortização extraordinária e não recorrente, o que justifica a subida significativa das amortizações de Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas.

O montante da Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Juros de depósitos de resseguradores	2	13
Juros de locação financeira	2	10
Comissões de guarda, gestão de títulos e outras comissões	730	724
Total	734	747

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Custos de Aquisição		
Remunerações de mediação	38 325	37 069
Custos imputados empresas seguradoras	35 803	32 907
Outros custos de aquisição	8 883	9 272
Custos de Aquisição Diferidos (variação)	(122)	478
Gastos Administrativos		
Remunerações de mediação	1 930	1 909
Custos imputados empresas seguradoras	36 941	38 441
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(9 892)	(10 396)
Total	111 868	109 680

PS.
M.
AIL
7

NOTA 22 - GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores ao serviço do Grupo por categoria profissional é analisado como segue:

	2015	2014
Diretores	31	46
Gestores	92	90
Coordenadores	169	198
Técnicos	2 919	3 121
Especialistas	311	341
Especialistas Operacional	22	4
Auxiliares	19	13
Coordenador Operacional	2	-
Total	3 565	3 813

O montante das despesas com o pessoal é discriminado como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Remunerações - Órgãos sociais	1 801	2 649
Remunerações - Pessoal	45 782	50 373
Encargos sobre remunerações - Órgãos Sociais	232	392
Encargos sobre remunerações - Pessoal	8 112	9 191
Benefícios pós-emprego - Planos de pensões de benefícios definidos	1 320	5 533
Benefícios de cessação de emprego	0	0
Seguros obrigatórios	2 106	1 946
Gastos de ação social	939	1 235
Formação	232	300
Outros gastos com pessoal	500	293
Total	61 024	71 912

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos "Colaboradores com funções-chave" são apresentados na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados durante o exercício de 2015 pelo Revisor Oficial de Contas que cessou funções, no âmbito dos serviços de Revisão Legal de Contas do exercício de 2014, perfizeram o montante de 45 milhares de euros.

Os honorários faturados e a faturar pela Deloitte & Associados, SROC S.A., Revisor Oficial de Contas da empresa mãe do Grupo, relativos ao exercício de 2015 ascendem a 156 milhares de euros, dos quais 130 milhares de euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 26 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

NOTA 23 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 3, algumas entidades do Grupo assumiram a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE nº. 32 de 9 de agosto 2008, é concedida aos Colaboradores abrangidos por este contrato, admitidos no setor segurador até 22 de junho de 1995, a possibilidade de acederem a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

Existe também um plano que abrange um conjunto de benefícios de saúde para os colaboradores no ativo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, alterações que se mantiveram no Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, nº 4 de 29 de janeiro de 2015.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos no Grupo.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano Individual de reforma, de acordo com o IAS 19, o Grupo procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

Considerando que os desvios atuariais estão reconhecidos em reservas, o Grupo não teve qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrente da liquidação efetiva do plano.

Adicionalmente, a empresa mãe do Grupo tinha também atribuído aos seus Administradores o direito a pensões ou complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e morte, tendo constituído um fundo de pensões específico para o financiamento destas responsabilidades. Contudo, em 15 de dezembro de 2015, a Assembleia Geral da empresa mãe do Grupo considerou o regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensão nulo. O Grupo mantém registadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 o valor das responsabilidades que estimou até esta data, líquido do valor dos ativos do fundo de pensões.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde no Grupo é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2015.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2015 e 2014, utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são os seguintes:

	2015	2014
Pressupostos financeiros		
Taxas de evolução salarial	0,50%	0,5% e 1% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,5% e 1% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	0,50%	0,5% e 1% (*)
Taxa de desconto	1,5% e 2,5% (*)	2,25%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2015	2014
Ativos Reformados	2 185	10 212
	187	222

Para além dos participantes referidos, existem adicionalmente, em 2015 e 2014, responsabilidades com serviços passados com beneficiários que cessaram funções.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades por serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Ativos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(43 359)	(706)	(44 065)	(41 876)	(778)	(42 654)
Saído do fundo em 31 de Dezembro	32 722	-	32 722	34 110	-	34 110
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	(10 637)	(706)	(11 343)	(7 766)	(778)	(8 544)

Adicionalmente, o Grupo transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da T-Vida. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 327 (2014: 350), e o valor total da responsabilidade ascende a 9.606 milhares de euros (2014: 10.638 milhares de euros).

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de Abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e

Handwritten notes:
 2015
 2014
 2013
 2012
 2011
 2010
 2009
 2008
 2007
 2006
 2005
 2004
 2003
 2002
 2001
 2000
 1999
 1998
 1997
 1996
 1995
 1994
 1993
 1992
 1991
 1990
 1989
 1988
 1987
 1986
 1985
 1984
 1983
 1982
 1981
 1980
 1979
 1978
 1977
 1976
 1975
 1974
 1973
 1972
 1971
 1970
 1969
 1968
 1967
 1966
 1965
 1964
 1963
 1962
 1961
 1960
 1959
 1958
 1957
 1956
 1955
 1954
 1953
 1952
 1951
 1950
 1949
 1948
 1947
 1946
 1945
 1944
 1943
 1942
 1941
 1940
 1939
 1938
 1937
 1936
 1935
 1934
 1933
 1932
 1931
 1930
 1929
 1928
 1927
 1926
 1925
 1924
 1923
 1922
 1921
 1920
 1919
 1918
 1917
 1916
 1915
 1914
 1913
 1912
 1911
 1910
 1909
 1908
 1907
 1906
 1905
 1904
 1903
 1902
 1901
 1900
 1899
 1898
 1897
 1896
 1895
 1894
 1893
 1892
 1891
 1890
 1889
 1888
 1887
 1886
 1885
 1884
 1883
 1882
 1881
 1880
 1879
 1878
 1877
 1876
 1875
 1874
 1873
 1872
 1871
 1870
 1869
 1868
 1867
 1866
 1865
 1864
 1863
 1862
 1861
 1860
 1859
 1858
 1857
 1856
 1855
 1854
 1853
 1852
 1851
 1850
 1849
 1848
 1847
 1846
 1845
 1844
 1843
 1842
 1841
 1840
 1839
 1838
 1837
 1836
 1835
 1834
 1833
 1832
 1831
 1830
 1829
 1828
 1827
 1826
 1825
 1824
 1823
 1822
 1821
 1820
 1819
 1818
 1817
 1816
 1815
 1814
 1813
 1812
 1811
 1810
 1809
 1808
 1807
 1806
 1805
 1804
 1803
 1802
 1801
 1800
 1799
 1798
 1797
 1796
 1795
 1794
 1793
 1792
 1791
 1790
 1789
 1788
 1787
 1786
 1785
 1784
 1783
 1782
 1781
 1780
 1779
 1778
 1777
 1776
 1775
 1774
 1773
 1772
 1771
 1770
 1769
 1768
 1767
 1766
 1765
 1764
 1763
 1762
 1761
 1760
 1759
 1758
 1757
 1756
 1755
 1754
 1753
 1752
 1751
 1750
 1749
 1748
 1747
 1746
 1745
 1744
 1743
 1742
 1741
 1740
 1739
 1738
 1737
 1736
 1735
 1734
 1733
 1732
 1731
 1730
 1729
 1728
 1727
 1726
 1725
 1724
 1723
 1722
 1721
 1720
 1719
 1718
 1717
 1716
 1715
 1714
 1713
 1712
 1711
 1710
 1709
 1708
 1707
 1706
 1705
 1704
 1703
 1702
 1701
 1700
 1699
 1698
 1697
 1696
 1695
 1694
 1693
 1692
 1691
 1690
 1689
 1688
 1687
 1686
 1685
 1684
 1683
 1682
 1681
 1680
 1679
 1678
 1677
 1676
 1675
 1674
 1673
 1672
 1671
 1670
 1669
 1668
 1667
 1666
 1665
 1664
 1663
 1662
 1661
 1660
 1659
 1658
 1657
 1656
 1655
 1654
 1653
 1652
 1651
 1650
 1649
 1648
 1647
 1646
 1645
 1644
 1643
 1642
 1641
 1640
 1639
 1638
 1637
 1636
 1635
 1634
 1633
 1632
 1631
 1630
 1629
 1628
 1627
 1626
 1625
 1624
 1623
 1622
 1621
 1620
 1619
 1618
 1617
 1616
 1615
 1614
 1613
 1612
 1611
 1610
 1609
 1608
 1607
 1606
 1605
 1604
 1603
 1602
 1601
 1600
 1599
 1598
 1597
 1596
 1595
 1594
 1593
 1592
 1591
 1590
 1589
 1588
 1587
 1586
 1585
 1584
 1583
 1582
 1581
 1580
 1579
 1578
 1577
 1576
 1575
 1574
 1573
 1572
 1571
 1570
 1569
 1568
 1567
 1566
 1565
 1564
 1563
 1562
 1561
 1560
 1559
 1558
 1557
 1556
 1555
 1554
 1553
 1552
 1551
 1550
 1549
 1548
 1547
 1546
 1545
 1544
 1543
 1542
 1541
 1540
 1539
 1538
 1537
 1536
 1535
 1534
 1533
 1532
 1531
 1530
 1529
 1528
 1527
 1526
 1525
 1524
 1523
 1522
 1521
 1520
 1519
 1518
 1517
 1516
 1515
 1514
 1513
 1512
 1511
 1510
 1509
 1508
 1507
 1506
 1505
 1504
 1503
 1502
 1501
 1500
 1499
 1498
 1497
 1496
 1495
 1494
 1493
 1492
 1491
 1490
 1489
 1488
 1487
 1486
 1485
 1484
 1483
 1482
 1481
 1480
 1479
 1478
 1477
 1476
 1475
 1474
 1473
 1472
 1471
 1470
 1469
 1468
 1467
 1466
 1465
 1464
 1463
 1462
 1461
 1460
 1459
 1458
 1457
 1456
 1455
 1454
 1453
 1452
 1451
 1450
 1449
 1448
 1447
 1446
 1445
 1444
 1443
 1442
 1441
 1440
 1439
 1438
 1437
 1436
 1435
 1434
 1433
 1432
 1431
 1430
 1429
 1428
 1427
 1426
 1425
 1424
 1423
 1422
 1421
 1420
 1419
 1418
 1417
 1416
 1415
 1414
 1413
 1412
 1411
 1410
 1409
 1408
 1407
 1406
 1405
 1404
 1403
 1402
 1401
 1400
 1399
 1398
 1397
 1396
 1395
 1394
 1393
 1392
 1391
 1390
 1389
 1388
 1387
 1386
 1385
 1384
 1383
 1382
 1381
 1380
 1379
 1378
 1377
 1376
 1375
 1374
 1373
 1372
 1371
 1370
 1369
 1368
 1367
 1366
 1365
 1364
 1363
 1362
 1361
 1360
 1359
 1358
 1357
 1356
 1355
 1354
 1353
 1352
 1351
 1350
 1349
 1348
 1347
 1346
 1345
 1344
 1343
 1342
 1341
 1340
 1339
 1338
 1337
 1336
 1335
 1334
 1333
 1332
 1331
 1330
 1329
 1328
 1327
 1326
 1325
 1324
 1323
 1322
 1321
 1320
 1319
 1318
 1317
 1316
 1315
 1314
 1313
 1312
 1311
 1310
 1309
 1308
 1307
 1306
 1305
 1304
 1303
 1302
 1301
 1300
 1299
 1298
 1297
 1296
 1295
 1294
 1293
 1292
 1291
 1290
 1289
 1288
 1287
 1286
 1285
 1284
 1283
 1282
 1281
 1280
 1279
 1278
 1277
 1276
 1275
 1274
 1273
 1272
 1271
 1270
 1269
 1268
 1267
 1266
 1265
 1264
 1263
 1262
 1261
 1260
 1259
 1258
 1257
 1256
 1255
 1254
 1253
 1252
 1251
 1250
 1249
 1248
 1247
 1246
 1245
 1244
 1243
 1242
 1241
 1240
 1239
 1238
 1237
 1236
 1235
 1234
 1233
 1232
 1231
 1230
 1229
 1228
 1227
 1226
 1225
 1224
 1223
 1222
 1221
 1220
 1219
 1218
 1217
 1216
 1215
 1214
 1213
 1212
 1211
 1210
 1209
 1208
 1207
 1206
 1205
 1204
 1203
 1202
 1201
 1200
 1199
 1198
 1197
 1196
 1195
 1194
 1193
 1192
 1191
 1190
 1189
 1188
 1187
 1186
 1185
 1184
 1183
 1182
 1181
 1180
 1179
 1178
 1177
 1176
 1175
 1174
 1173
 1172
 1171
 1170
 1169
 1168
 1167
 1166
 1165
 1164
 1163
 1162
 1161
 1160
 1159
 1158
 1157
 1156
 1155
 1154
 1153
 1152
 1151
 1150
 1149
 1148
 1147
 1146
 1145
 1144
 1143
 1142
 1141
 1140
 1139
 1138
 1137
 1136
 1135
 1134
 1133
 1132
 1131
 1130
 1129
 1128
 1127
 1126
 1125
 1124
 1123
 1122
 1121
 1120
 1119
 1118
 1117
 1116
 1115
 1114
 1113
 1112
 1111
 1110
 1109
 1108
 1107
 1106
 1105
 1104
 1103
 1102
 1101
 1100
 1099
 1098
 1097
 1096
 1095
 1094
 1093
 1092
 1091
 1090
 1089
 1088
 1087
 1086
 1085
 1084
 1083
 1082
 1081
 1080
 1079
 1078
 1077
 1076
 1075
 1074
 1073
 1072
 1071
 1070
 1069
 1068
 1067
 1066
 1065
 1064
 1063
 1062
 1061
 1060
 1059
 1058
 1057
 1056
 1055
 1054
 1053
 1052
 1051
 1050
 1049
 1048
 1047
 1046
 1045
 1044
 1043
 1042
 1041
 1040
 1039
 1038
 1037
 1036
 1035
 1034
 1033
 1032
 1031
 1030
 1029
 1028
 1027
 1026
 1025
 1024
 1023
 1022
 1021
 1020
 1019
 1018
 1017
 1016
 1015
 1014
 1013
 1012
 1011
 1010
 1009
 1008
 1007
 1006
 1005
 1004
 1003
 1002
 1001
 1000
 999
 998
 997
 996
 995
 994
 993
 992
 991
 990
 989
 988
 987
 986
 985
 984
 983
 982
 981
 980
 979
 978
 977
 976
 975
 974
 973
 972
 971
 970
 969
 968
 967
 966
 965
 964
 963
 962
 961
 960
 959
 958
 957
 956
 955
 954
 953
 952
 951
 950
 949
 948
 947
 946
 945
 944
 943
 942
 941
 940
 939
 938
 937
 936
 935
 934
 933
 932
 931
 930
 929
 928
 927
 926
 925
 924
 923
 922
 921
 920
 919
 918
 917
 916
 915
 914
 913
 912
 911
 910
 909
 908
 907
 906
 905
 904
 903
 902
 901
 900
 899
 898
 897
 896
 895
 894
 893
 892
 891
 890
 889
 888
 887

- b) o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades com pensões em pagamento do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões do Grupo. Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano. O fundo de pensões do Grupo apresenta uma duração média de cerca de 5 anos, no caso dos colaboradores, e de cerca de 17,4 anos, no caso dos administradores.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	2015			2014		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	41 876	778	42 654	37 352	663	38 015
Transferências para outros fundos de pensões	(338)	-	(338)	-	-	-
Alteração do plano	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	383	27	410	617	25	642
Custo dos juros	939	-	939	1 321	1	1 322
Custo com ativos admitidos em 2015	689	-	689	-	-	-
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	3 879	1	3 880	1 824	191	2 015
Pensões pagas pelo fundo	(3 839)	-	(3 839)	(4 016)	-	(4 016)
Benefícios pagos pelo Grupo	-	(89)	(89)	-	(102)	(102)
Salda de perímetro	(230)	(11)	(241)	-	-	-
Curtailment	-	-	-	4 777	-	4 777
Responsabilidades em 31 de Dezembro	43 359	706	44 065	41 876	778	42 654

No exercício de 2015, as Transferências para outros fundos de pensões dizem respeito à transferência das responsabilidades com benefícios pós-emprego de um ex-administrador do Grupo para outra empresa. A transferência da responsabilidade foi acompanhada da transferência de ativos do fundo de pensões pelo mesmo montante.

Ainda no exercício de 2015, as saídas de perímetro correspondem às responsabilidades da Esumédica que saíram do perímetro de consolidação aquando da alienação desta participada. Esta saída de perímetro foi acompanhada pela saída dos ativos que a Esumédica detém para cobertura destas responsabilidades.

No exercício de 2014, o *Curtailment* diz respeito ao aumento das responsabilidades reconhecidas pelo Grupo resultante da possibilidade dos Administradores requererem o acesso à pré-reforma e ao pagamento da respetiva pensão a partir dos 55 anos de idade, desde que cumpridos 16 anos de serviço nessas funções.

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser analisada como segue:

	2015			2014		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	34 110	-	34 110	34 083	-	34 083
Rendimento real do fundo	-	-	-	-	-	-
Rendimento esperado do fundo	718	-	718	1 208	-	1 208
Ganhos e perdas atuariais	2 287	-	2 287	1 531	-	1 531
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	179	-	179	1 303	-	1 303
Pensões pagas pelo fundo	(3 839)	-	(3 839)	(4 015)	-	(4 015)
Transferências para outros fundos de pensões	(338)	-	(338)	-	-	-
Reembolso do fundo	-	-	-	-	-	-
Salda de perímetro	(395)	-	(395)	-	-	-
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	32 722	-	32 722	34 110	-	34 110

Handwritten signatures and initials:
 B
 J.M.
 All
 7

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Penções de reforma	Benefícios de saúde	Total	Penções de reforma	Benefícios de saúde	Total
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de Janeiro	17 467	673	18 140	17 174	482	17 656
(Ganhos) e perdas atuariais						
- nas responsabilidades	3 879	1	3 880	1 824	191	2 015
- nos ativos do plano	(2 287)	-	(2 287)	(1 531)	-	(1 531)
Salda de perímetro	733	11	744	-	-	-
Utilização de reservas para redução de capital	(18 514)	-	(18 514)	-	-	-
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	1 278	685	1 963	17 467	673	18 140

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar durante 2015 e 2014, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Penções de reforma	Benefícios de saúde	Total	Penções de reforma	Benefícios de saúde	Total
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	7 766	778	8 544	3 269	663	3 932
Alteração do plano	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	3 879	1	3 880	1 824	191	2 015
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	(2 287)	-	(2 287)	(1 531)	-	(1 531)
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	383	27	410	617	25	642
- Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	221	-	221	113	1	114
- Custo com ativos admitidos em 2015	689	-	689	-	-	-
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	(179)	(89)	(268)	(1 303)	(102)	(1 405)
Curtailment	-	-	-	4 777	-	4 777
Transferências de outros fundos	-	-	-	-	-	-
Reembolso do fundo	-	-	-	-	-	-
Salda de perímetro	165	(11)	154	-	-	-
Transferências para o fundo de contribuição definida	-	-	-	-	-	-
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	10 637	706	11 343	7 766	778	8 544

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Penções de reforma	Benefícios de saúde	Total	Penções de reforma	Benefícios de saúde	Total
Custo do serviço corrente	383	27	410	617	25	642
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	221	-	221	113	1	114
Custo com ativos admitidos em 2015	689	-	689	-	-	-
Curtailment	-	-	-	4 777	-	4 777
Alteração do plano	-	-	-	-	-	-
Custos do exercício	1 293	27	1 320	5 507	26	5 533

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Ações e outros títulos de rendimento variável	4 535	4 876
Títulos de rendimento fixo	31 451	34 457
Imobiliário	10 841	8 276
Liquidez	1 976	2 968
Outros ativos	1 392	1 516
	50 195	52 093

Os valores de ativos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e GNB Seguros Vida, do qual os associados Tranquilidade e T-Vida representam em conjunto cerca de 65% (2014: 66%) do total do fundo.

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

	2015		2014	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	(805)	855	(820)	871
Variação na taxa de crescimento das pensões	609	(586)	730	(705)

NOTA 24 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Conforme referido na Nota 3, as empresas do Grupo com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, sendo este imposto apurado em cada uma das empresas de forma individual, pelo que o Grupo não determina o imposto sobre o seu resultado consolidado.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Em 2014, dado que se verificou um prejuízo fiscal, não foi apurado qualquer imposto corrente na empresa mãe, apenas tributação autónoma. O cálculo do imposto corrente na empresa mãe do exercício de 2015 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e dos diversos escalões de derramas, de cerca de 25,5%, que correspondia à taxa nominal aprovada à data do balanço.

As empresas do Grupo têm sido objeto de inspeções anuais pela Autoridade Tributária, cujo último relatório se refere ao exercício de 2013. Genericamente não se têm constatado ajustamentos significativos às declarações entregues e inspeccionadas.

Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Grupo, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Por se encontrarem pendentes de aceitação por parte da Administração Fiscal, as seguintes situações de benefícios fiscais, referentes à Tranquilidade, não foram ainda consideradas para efeitos contabilísticos de estimativa de imposto a pagar:

- Reporte fiscal de fusão ocorrida em 2004, no valor de 40.780 milhares de euros;
- Reinvestimento de mais-valias de venda em 2006 de participação financeira, no valor de 28.754 milhares de euros.

A empresa mãe do Grupo apresentou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2011 e 2014, conforme segue:

PS.





(milhares de euros)

Exercício	Reporte inicial	Reporte utilizado	Reporte por utilizar	Último ano para utilização
2011	24 431	6 987	17 444	2015
2014	116 568	-	116 568	2026
Total	140 999	6 987	134 012	

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução.

Contudo, a empresa mãe do Grupo não procedeu em 2015, nem à dedução em sede de imposto corrente, nem ao apuramento de imposto diferido ativo sobre os valores de reporte fiscal por utilizar, acima referidos, tendo em atenção que os mesmos deixam de poder ser automaticamente dedutíveis e precisam de ser autorizados pela Autoridade Tributária, conforme disposição legal nesse sentido quando existe uma mudança acionista envolvendo mais de 50% do capital social, facto que ocorreu em 15 de janeiro de 2015.

A empresa mãe do Grupo entregou, dentro dos prazos legais, os respetivos requerimentos de pedido de autorização para manutenção destes prejuízos fiscais.

A subsidiária LOGO apresentou resultados fiscais negativos nos exercícios entre 2008 e 2013, e pela primeira vez desde o seu início, em 2014, apresentou um resultado fiscal positivo, ainda que residual, tendo portanto nesse ano calculado o imposto corrente com base na taxa nominal de imposto e de derrama, de 24,50%, que correspondia à taxa nominal aprovada à data do balanço em 2014.

Em 2015, dado que se verificou novamente um resultado fiscal negativo, manteve-se o critério prudencial, não tendo sido calculado qualquer imposto diferido ativo sobre os valores de reporte fiscal ainda por utilizar (cerca de 5,95 milhões de euros), tendo em atenção as estimativas de recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido para o efeito referente a cada ano, conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte utilizado	Reporte por utilizar	Reporte perdido	Último ano para utilização
2008	10 905	54	-	10 851	2014
2009	7 548	-	-	7 548	2015
2010	8 004	-	-	8 004	2014
2011	3 885	-	-	3 885	2015
2012	3 009	-	3 009	-	2017
2013	2 404	-	2 404	-	2018
2015	540	-	540	-	2027
Total	36 295	54	5 953	30 288	

A subsidiária T-Vida apresentou resultado fiscal negativo no exercício de 2015, no valor de 2.534 milhares de euros, sendo 2027 o último ano de utilização, tendo sido calculado o imposto diferido correspondente.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2015 e 2014 explicam-se como segue:

(milhares de euros)

	2015		2014	
	Ativos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes	Ativos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes
Imposto sobre o rendimento	4 275	8 516	346	12 845
Retenção de Imposto na fonte	20	1 091	4	1 267
Imposto sobre o valor acrescentado	154	577	6 882	1 423
Outros impostos e taxas	268	6 476	82	6 946
Contribuições para a segurança social	418	710	383	882
Tributos das autarquias locais	0	95	0	119
Total	5 135	17 465	7 697	23 482

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Passivo por impostos correntes - Imposto sobre o rendimento inclui o montante de 7.134 milhares de euros relativo a uma provisão constituída para cobertura das responsabilidades resultantes das correções efetuadas pela Administração Fiscal às estimativas de imposto da empresa mãe do Grupo referentes aos exercícios de 2006 e 2009, devido à utilização de prejuízos fiscais reportáveis da ESIA - Inter-Atlântico Companhia de Seguros.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Investimentos	5.753	3.352	-	(254)	5.753	3.098
Benefícios pós-emprego	62	62	-	-	62	62
Provisões Técnicas	0	0	-	-	0	0
Provisão Cobranças Duvidosas	52	41	-	-	52	41
Prejuízos Fiscais	521	12	-	-	521	12
Imóveis	1.412	1.557	-	-	1.412	1.557
Outras diferenças temporárias	2.160	439	-	-	2.160	439
Total	9.960	5.463	-	(254)	9.960	5.209

Em 31 de dezembro de 2015, as Outras diferenças temporárias incluem cerca de 1.326 milhares de euros relativos à amortização extraordinária de ativos intangíveis, que apenas será aceite para efeitos fiscais em exercícios futuros.

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2015 e 2014 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2015	Reserva de justo valor	Ganhos e perdas	Total
Imposto Corrente	73	(2 643)	(2 570)
Estimativa de IRC	73	(1 700)	(1 627)
Imposto autónomo	-	(943)	(943)
Imposto Diferido	3 632	1 119	4 751
Investimentos	2 090	565	2 655
Provisão Cobranças Duvidosas	-	11	11
Prejuízos Fiscais	1 542	(1 033)	509
Imóveis	-	(145)	(145)
Outras diferenças temporárias	-	1 721	1 721
Total	3 705	(1 524)	2 181

(milhares de euros)

2014	Reserva de justo valor	Ganhos e perdas	Total
Imposto Corrente	(2 986)	(4 873)	(7 859)
Estimativa de IRC	(2 986)	(3 460)	(6 446)
Imposto autónomo	-	(1 413)	(1 413)
Imposto Diferido	(1 126)	700	(426)
Investimentos	(1 126)	3 663	2 537
Benefícios pós-emprego	-	(3)	(3)
Provisão Cobranças Duvidosas	-	(3)	(3)
Prejuízos Fiscais	-	(2 822)	(2 822)
Imóveis	-	262	262
Outras diferenças temporárias	-	(397)	(397)
Total	(4 112)	(4 173)	(8 285)

Os valores apresentados no quadro acima não consideram o efeito dos interesses que não controlam.

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Resultado antes de impostos	31.544	(141.997)
Taxa de imposto	25,50%	25,50%
Imposto apurado com base na taxa oficial	(8.044)	36.209
Imposto Autónomo	(943)	(1.312)
Reporte de prejuízos fiscais gerados no exercício não considerados	(113)	-
Imparidades não tributadas	(1.227)	(13.434)
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	(2.117)	5.244
Desreconhecimento de Goodwill	-	(6.575)
Reporte de prejuízos fiscais não considerados	-	(27.004)
Dividendos excluídos da tributação	2.006	2.028
Benefícios fiscais	151	146
Diferenças nas valias aceites fiscalmente	8.763	525
Imposto Corrente + Diferido	(1.524)	(4.173)
Taxa de imposto efetiva	4,8%	-2,9%

No exercício de 2015, as Diferenças nas valias aceites fiscalmente incluem cerca de 9.158 milhares de euros relativos ao efeito fiscal das valias realizadas com a alienação das participações detidas pelo Grupo na AdvanceCare e na Esumédica.

NOTA 25 - CAPITAL

O capital do Grupo, em 31 de Dezembro de 2014, no valor de 160 milhões de euros, foi objecto de redução integral, em 2015, pela cobertura da totalidade de resultados transitados negativos e reservas livres e por parte das reservas legais da empresa mãe do Grupo, conforme é visível no Mapa de Variação de Capitais Próprios.

Na sequência do referido acima, efetuou-se um aumento de capital no valor de 42 milhões de euros, representado por 42 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, que se encontra realizado em 12,6 milhões de euros, pelo seu acionista único, a sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l..

Em 2015, o acionista reforçou ainda os capitais próprios, através de prestações acessórias, no valor total de 60 milhões de euros, as quais não vencem juros e sobre as quais incidem as condições de reembolso determinadas pela legislação aplicável.

Os resultados da atividade individual da empresa mãe do Grupo nos exercícios de 2014 e de 2013 foram aplicados em 2015 e 2014, respetivamente, conforme indicado:

	2015	2014
Resultados Transitados	(188 265)	2 118
Pagamento de Dividendos	-	15 000
Reserva Legal	-	1 902
	(188 265)	19 020

NOTA 26 - RESERVAS

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos e correntes

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia geral.

Reserva por Desvios Atuariais

De acordo com o IAS 19 - Benefícios a empregados, o Grupo reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Reservas de justo valor de ativos financeiros	(10 032)	10 364
Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	669	-3 036
Outras Reservas	38 334	36 178
- Reserva Legal	36 252	49 345
- Reserva por Desvios Atuariais	(1 963)	(18 294)
- Reservas Livres	4 045	5 127
Reservas	28 971	43 506

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios consolidados que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 502	2 115
Títulos de rendimento variável	3 680	1 025
Títulos de rendimento fixo	(10 163)	12 001
Reserva de diferenças de câmbio	(5 051)	(1 286)
<i>Shadow accounting</i>	-	(3 491)
Reservas de justo valor	(10 032)	10 364

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Custo amortizado de Investimentos disponíveis para venda	662.366	592.626
Imparidade	(5.753)	(1.936)
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	656.613	590.690
Justo valor de Investimentos disponíveis para venda	650.130	603.716
Reserva de reavaliação bruta (Justo valor - custo)	(6.483)	13.026
Reserva de justo valor de empresas associadas	1.502	2.115
Impostos diferidos e correntes	669	(3.036)
<i>Shadow accounting</i>	-	(3.491)
Reserva de diferenças de câmbio	(5.051)	(1.286)
Reserva de reavaliação líquida de impostos	(9.363)	7.328

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Saldo a 01 de Janeiro	7 328	(3 664)
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	(21 501)	18 646
Imparidade reconhecida no ano	(2 386)	(51)
Variação de shadow accounting	3 491	(3 491)
Variação Impostos diferidos e correntes reconhecida no ano	3 705	(4 112)
Saldo a 31 de Dezembro	(9 363)	7 328

NOTA 27 – RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação atribuível aos acionistas da empresa mãe, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "RS", "JW", and "dl".

	2015	2014
Resultado Líquido do Exercício (em milhares de euros)	29 415	(147 508)
Número de Ações (final do exercício)	42 000 000	32 000 000
Resultados por ação (em euros)	0,70	(4,61)

NOTA 28 – DIVIDENDOS POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo Tranquilidade tinha como acionista único a sociedade Calm Eagle Holdings, S.à r.l., pertencente ao Grupo Apollo, à qual não foram pagos dividendos. O Grupo Tranquilidade tinha como acionista único, até ao final do exercício de 2014, a Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., à qual, durante o exercício de 2014, foram atribuídos e pagos os seguintes dividendos, resultando nos respetivos dividendos por ação:

	2015	2014
Dividendos (em milhares de euros)	-	15 000
Número de Ações (início do exercício)	32 000 000	32 000 000
Dividendos por ação (em euros)	-	0,47

NOTA 29 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Em 15 de janeiro de 2015, o Grupo Apollo, através da sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l. adquiriu a totalidade do capital acionista do Grupo Tranquilidade, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF. As contas consolidadas da Tranquilidade agora apresentadas serão consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da AP VIII Calm Eagle Holdings SCA, com sede no Luxemburgo, na Avenue J.F. Kennedy L-1855, 44.

Até essa data, o Grupo Tranquilidade era detido na sua globalidade pela Partran, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.G.P.S., S.A., a qual elaborava contas consolidadas. As contas destas entidades eram englobadas no perímetro de consolidação do ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o montante global dos ativos e passivos do Grupo que se referem a operações realizadas com empresas relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2015				2014			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveltos	Ativo	Passivo	Custos	Proveltos
ADVANCECARE	421	5 631	9 249	132	16	357	4 645	1 395
APOLLO MANAGEMENT INTERNATIONAL	-	-	131	-	-	-	-	-
APOLLO MANAGEMENT VIII, LP	-	-	159	-	-	-	-	-
CALM EAGLE HOLDINGS	20 230	-	-	-	-	-	-	-
ESUMÉDICA	36	7	896	30	1 018	8	895	30
BAC (*)	-	-	-	-	96	-	-	-
NOVO BANCO (*)	-	-	-	-	73 061	3 417	3 411	4 074
BES AÇORES (*)	-	-	-	-	215	-	-	5
BESI (*)	-	-	-	-	368	-	-	-
BESLEASING (*)	-	-	-	-	-	63	9	-
BEST (*)	-	-	-	-	189	12	-	502
E.S. FINANTIAL PRT (*)	-	-	-	-	-	-	-	16
E.S. INFORMÁTICA (*)	-	-	-	-	-	-	216	1
E.S. INVESTMENT (*)	-	-	-	-	2	-	430	15
E.S. RECUPERAÇÃO CRÉDITO, ACE (*)	-	-	-	-	2	-	-	15
E.S. SERVIÇOS 2, ACE (*)	-	-	-	-	317	92	1 899	1 252
ESAF (*)	-	-	-	-	2	185	181	22
ESEGUR (*)	-	-	-	-	136	39	250	1 279
ESFG (*)	-	-	-	-	15	-	336	-
GESFIMO (*)	-	-	-	-	2	-	-	34
GNB VIDA (*)	-	-	-	-	171 107	10	136	809
HERDADE DA COMPORTA (*)	-	-	-	-	1	-	-	5
HOTÉIS TIVOLI (*)	-	-	-	-	2	-	30	17
MULTIPESSOAL-SERVIÇOS (*)	-	-	-	-	56	8	178	479
MULTIPESSOAL-TRABALHO TEMPORÁRIO (*)	-	-	-	-	5	-	19	53
SGL - SOCIEDADE GERAL LIMPEZAS (*)	-	-	-	-	-	15	397	-
TOP ATLÂNTICO (*)	-	-	-	-	-	3	1 029	-
	20 687	8 838	10 435	182	246 808	4 208	14 080	10 003

* Entidades que deixaram de ser consideradas partes relacionadas em 2015.

Em 2014 e 2015 registaram-se ainda os seguintes factos significativos com partes relacionadas:

- (2014) Menos valias e imparidade de dívida GES (140,3 milhões de euros)
- (2015) Mais-valia na alienação à Calm Eagle Holdings S.à r.l da participação que o Grupo detinha na AdvanceCare – Gestão de Serviços de Saúde, S.A. (AdvanceCare) (33,8 milhões de euros)
- (2015) Mais-valia na alienação à AdvanceCare da participação detida pelo Grupo na Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. (0,8 milhões de euros)

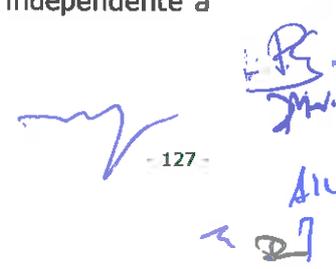
NOTA 30 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de fluxos de caixa, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos, é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

NOTA 31 - COMPROMISSOS

Com a aquisição do Grupo Tranquilidade pelo novo acionista Calm Eagle Holdings, S.à r.l. (Apollo), foi assumido pelo mesmo, o compromisso de iniciar um processo com vista à alienação da participação do Grupo na ES Contact, S.A..

Foi igualmente assumido pela Apollo, o compromisso de após solicitação por parte do Novo Banco, S.A., alienar a participação do Grupo na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A., ao Novo Banco, S.A. ou a uma terceira entidade que venha a ser designada por este. O valor da alienação da participação do Grupo na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. será determinado por uma terceira entidade designada de comum acordo pela Apollo e Novo Banco, independente a ambas as partes e de reconhecidos créditos na avaliação de empresas.



Conforme referido na Nota 7, em 2015 foi realizada a referida avaliação desta participada por uma entidade independente, com base na qual foi definido um preço de venda de 25,4 milhões de euros. Desta forma, foi registada no exercício de 2015 uma perda por imparidade de 4,3 milhões de euros de forma a reduzir o valor de balanço da participação ao seu valor estimado de realização.

Durante o mês de maio de 2016 foi concluído o processo negocial e contratualizada a venda desta participação, tendo sido definido um preço de venda final de 26,3 milhões de euros. Esta transação será liquidada pelo Novo Banco, através da cedência à Companhia do crédito que o Novo Banco passará a deter sobre a Calm Eagle Holdings S.à r.l., atendendo a que de acordo com os termos previstos no contrato de venda da Companhia estabelecido entre o Novo Banco e o comprador, a Apollo Global Management, LLC (através da Calm Eagle Holdings, S.à r.l.), esta assumiu a responsabilidade de pagar ao Novo Banco um montante igual ao valor por que este viesse a adquirir a participação acima referida. Desta forma, como resultado desta transação, a Tranquilidade ficará com uma conta a receber do seu acionista Calm Eagle Holdings S.à r.l., no montante de 26,3 milhões de euros.

No caso em que a transação da ES Contact, S.A. não seja concluída num prazo de 5 anos após a data de aquisição do Grupo Tranquilidade pela Apollo extingue-se o compromisso acima referido e assumido pela Apollo perante o Novo Banco.

De referir ainda que o Grupo detém uma opção de compra de 2% do capital da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., que a efetivar-se alterará a participação para 51% do capital e direitos de votos desta entidade, estando todo o processo condicionado à autorização prévia pelas autoridades angolanas competentes.

O Grupo detém ainda contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e material de transporte, bem como contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ativos tangíveis (Valor Bruto)	11 341	11 490
Amortizações acumuladas	(11 323)	(11 445)
Ativos tangíveis (Valor Líquido)	18	45
Credores - Fornecedores de bens	23	118

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

	(milhares de euros)		
	Até 3 meses	4 a 12 meses	+ 1 a 5 anos
Contratos de locação financeira	23	-	-
Contratos de locação operacional	204	518	1 034

NOTA 33 – CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Em 30 de junho de 2014 o Grupo adquiriu o trespasse do negócio da sucursal em Portugal da A.M.A. - Agrupación Mutual Aseguradora, Mútua de Seguros a Prima Fija ("A.M.A.")

No âmbito do processo de trespasse procedeu-se à transferência da carteira de seguros do ramo não vida da A.M.A. para o Grupo, incluindo todos os ativos e passivos dessa carteira, pelo que o Grupo passou a assumir, a partir da referida data, todos os direitos e obrigações decorrentes dos contratos de seguro em vigor. O processo em questão foi devidamente instruído, supervisionado e autorizado pelas entidades competentes, nomeadamente a Dirección General de Seguros y Fondos de Pensiones ("DGSFP") e pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O investimento total correspondeu a 1.250 milhares de euros sendo que o valor estimado do negócio adquirido, reconhecido em 2014 em resultado desta aquisição, pode ser demonstrado conforme segue:

	(milhares de euros)
Ativo	
Ativos Tangíveis Líquidos	12
Provisões Técnicas RC	2 706
Outros Devedores	105
	<u>2 823</u>
Passivo	
Provisões Técnicas SD	2 706
Acréscimos e Diferimentos	111
	<u>2 817</u>
Justo Valor dos Ativos Adquiridos	5
Valor de Aquisição	1 250
Valor estimado do negócio	<u>1 245</u>

O valor estimado do negócio foi inicialmente registado na rubrica Goodwill, tendo o Grupo transferido o mesmo para a rubrica Outros intangíveis no exercício de 2015.

NOTA 36 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

No dia 25 de março de 2016 foi assinado entre a Apollo Global Management, acionista do Grupo Tranquilidade, e os acionistas da Açoreana Seguros, S.A. o acordo de compra e recapitalização da Açoreana Seguros, S.A..

A operação está sujeita ainda à aprovação pelas autoridades nacionais e internacionais, prevendo-se no entanto que, a curto prazo, seja possível a sua conclusão.

Após a aprovação, o Grupo Tranquilidade será parte do esforço de recapitalização da Açoreana Seguros, S.A., nos termos que vierem a ser aprovados pela ASF.

No dia 26 de Abril de 2016, a empresa mãe do grupo recebeu um despacho da Autoridade Tributária autorizando a dedução dos prejuízos fiscais de 2011 e 2014, decorrente dos requerimentos apresentados a solicitar deferimento dos mesmos.

Tendo em atenção que i) nessa data as contas individuais da empresa mãe do grupo já se encontravam encerradas e aprovadas e que ii) o apuramento do valor efetivamente recuperável, tendo em atenção os prazos inerentes, ainda se encontra em determinação, a dedução em sede de imposto corrente e o apuramento de imposto diferido ativo sobre estes valores de reporte fiscal (referidos na Nota 24), apenas serão registados nas contas individuais e consolidadas de 2016.

Conforme referido na Nota 31, durante o mês de maio de 2016 foi concluído o processo negocial e contratualizada a venda ao Novo Banco, S.A. da participação da Companhia na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. tendo sido definido um preço de venda final de 26,3 milhões de euros, o qual será liquidado pelo Novo Banco, S.A. através da cedência à Companhia do crédito que o Novo Banco passará a deter sobre a Calm Eagle Holdings S.à r.l., atendendo a que de acordo com os termos previstos no contrato de venda da Companhia estabelecido entre o Novo Banco e o comprador, a Apollo Global Management, LLC (através da Calm Eagle Holdings, S.à r.l.), esta assumiu a responsabilidade de pagar ao Novo Banco um montante igual ao valor por que este viesse a adquirir a participação acima referida. Desta forma, como resultado desta transação, a Tranquilidade ficará com uma conta a receber do seu acionista Calm Eagle Holdings S.à r.l., no montante de 26,3 milhões de euros.

NOTA 37 – OUTRAS INFORMAÇÕES

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

1 - Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício de 2015

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia (UE) tiveram aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Norma / Interpretação	Aplicável na UE nos exercícios iniciados em ou após	
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	17-Jun-14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Emenda à IFRS 3 – Concentração de atividades	1-Jan-15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto

PS
AL
M
D



empresariais
(incluída nos melhoramentos
das normas Internacionais de
relato financeiro – ciclo 2011-
2013)

nas demonstrações financeiras do próprio
acordo conjunto.

Emenda à IFRS 13 –
Mensuração ao justo valor
(incluída nos melhoramentos
das normas internacionais de
relato financeiro – ciclo 2011-
2013)

1-Jan-15

Clarifica que a exceção de aplicação da norma
a ativos e passivos financeiros com posições
compensadas se estende a todos os contratos
no âmbito da IAS 39, independentemente de
cumprirem com a definição de ativo ou
passivo financeiro da IAS 32.

Emenda à IAS 40 –
Propriedades de investimento
(incluída nos melhoramentos
das normas internacionais de
relato financeiro – ciclo 2011-
2013)

1-Jan-15

Clarifica que é necessário aplicar juízo de
valor para determinar se a aquisição de uma
propriedade de investimento constitui uma
aquisição de um ativo ou uma concentração
de atividades empresariais abrangida pela
IFRS 3.

A adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não produziu efeitos
significativos nas demonstrações financeiras do Grupo em 31 de Dezembro de 2015.

2 - Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em
exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações
financeiras, adotadas (“endorsed”) pela UE:

Norma / Interpretação	Aplicável na UE nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	1-Fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-Fev-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e

clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)

1-Jan-16

Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.

Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos

1-Jan-16

Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão

Handwritten initials and marks in blue ink, including 'RS', 'AR', 'M', and a signature.

Handwritten signature in blue ink.

não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.

Emenda à norma IAS 1 –
Apresentação de
demonstrações financeiras –
"Disclosure Initiative"

1-Jan-16

Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem:

- uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;
- uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção;
- informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e
- outra informação na quarta secção

Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis

1-Jan-16

Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para

amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.

<p>Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas</p>	<p>1-Jan-16</p>	<p>Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente</p>
--	-----------------	---

O Conselho de Administração não antecipa que a adoção destas normas venha a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

3 - Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela UE:

Norma / Interpretação

<p>IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores</p>	<p>Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;</p>
<p>IFRS 14 – Ativos regulados</p>	<p>Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados;</p>
<p>IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes</p>	<p>Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;</p>
<p>IFRS 16 – Locações</p>	<p>Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e</p>

Handwritten notes:
 AS
 AL
 M
 7

Handwritten signature

mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.

Emenda à IFRS 10 –
Demonstrações financeiras
consolidadas, IFRS 12 –
Divulgações sobre
participações noutras
entidades e IAS 28 –
Investimentos em associadas
e entidades conjuntamente
controladas

Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.

Emendas à IFRS 10 –
Demonstrações financeiras
consolidadas e IAS 28 –
Investimentos em associadas
e empreendimentos
conjuntos

Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Dada a natureza das atividades do Grupo, é expectável que a aplicação das normas IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16 venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras, os quais estão ainda em avaliação pelo Grupo.

O Conselho de Administração não antecipa que a adoção pela primeira vez das restantes normas acima referidas venha a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

ANEXO 1 – INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
							Valor de balanço (incluindo juros decorridos) unitário	Total
	1 - FILIAS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
PTESGOAM0008 021910002301	BES SEGUROS EUROPEASSISTANCE	750.000 705.000			5,01 5,96	3.768.868,00 4.221.800,00	9,99 19,73	7.489.110,28 16.320.768,13
	1.1.4 - Partes de capital em empresas participadas e participantes							
PTCOMOAE0007 021910028101	COMPTA QUINTA DOS CONEGOS	306.980 140.600			1,04 3,15	503.609,84 443.241,40	0,13 4,77	39.004,80 670.895,93
	Total	1.802.980	0,00			8.937.489,24		24.301.979,36
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
021910006101 021910025201 021910025202 021910008201 021910002701 021910025601 PTFETOAF0903 021910009301 021910009401 021910028001 021910009401 PTSNQOAE0007 021012887801 021910002801 021910008501 021012890301	CASSEL COMP. PREVIDENTE COMP. PREVIDENTE SCFF COMUNDO ESAF - ACTIVOS FINANCIEROS ESTELA GOLF FETAL HOTEL TURISMO ABRANTES LÍDIO MONTEIRO CONSTRUÇÕES MADEBEL SONAGI SONAGIAN SPECTACOLOR PORTUGAL TELLUS VILA TÊXTIL SOC IND TÊXTIL	200 6 198 2.008 236.100 40 2.760 125 41.675 7.655 2.493 55.800 100 7.500 1.200 16			0,00 532,64 106,66 0,00 128,94 5.540,45 20,84 0,00 0,00 0,00 0,01 0,00 0,44 0,08 14,66 0,00 0,00	0,00 3.195,23 21.752,48 0,00 29.702.299,30 221.618,00 57.528,12 0,00 0,00 0,00 80,88 0,00 24.293,88 5,51 109.988,38 0,00 0,00	0,00 0,00 247,87 0,00 107,63 1.924,90 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1,30 0,01 12,32 0,00 0,00	0,00 0,00 49.077,37 0,00 25.374.000,00 76.983,97 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 72.280,00 1,00 92.401,80 0,00 0,00
	sub-total	350.699	0,00			30.341.754,76		35.386.733,36
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTNOFVND003 PTYEVCHM0002 PTYEKHM0009 LU0443031918 PTESCCBND008 PTESVDNM0000 PTEXICEM0007 PTEXEBM0005 035930013501	QMOVEL ES LIQUIDEZ - FEI ABERTO FVO ES LOGISTICA ES TRADING FUND ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I ESPRITO SANTO VENTURES II EXPLORER I EXPLORER II IMOCRESCENTE FD DE INV IMOB FECHADO	581.147 3.583 80.000 20.000 3.500 200.000.000 111 80 10.075			5,36 5,44 5,00 104,80 681,88 0,01 8.284,21 25.468,98 997,11	3.000.004,09 19.507,58 400.000,00 2.098.000,00 2.388.505,45 1.740.000,00 916.618,36 2.037.518,43 10.045.409,87	6,86 6,69 3,15 126,27 758,93 0,01 8.894,35 27.320,58 1.174,25	3.283.607,79 20.015,18 252.312,00 2.505.400,00 2.849.250,45 1.680.000,00 997.699,34 2.185.844,80 11.890.007,76
	sub-total	299.229.398	0,00			22.845.259,76		25.386.733,36
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTRETEGE0029 PTOTEA0E0021 PTOTEPOE0016	BT 0% 03/18/18 PT OT 4,95% 10/25/23 PT OT 6,4% 02/15/16 FVC		1.000.000,00 12.300.000,00 210.000,00	100,00% 119,81% 100,77%	100,0% 119,7% 83,7%	999.750,00 14.725.580,00 175.770,00	100,0% 120,7% 106,4%	999.950,00 14.848.086,15 223.352,89
	sub-total		13.210.000,00			16.901.100,00		18.071.385,04
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
PTREJUCA0018	PARPUBLICA 3,75% 07/21		2.500.000,00	104,86%	1,07	2.679.851,87	1,07	2.667.875,41
	sub-total		2.500.000,00			2.679.851,87		2.667.875,41
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBSSIM0015 PTBIND0E0009 PTCGH10E0014 XS0588988350 XS0435879805 913910005701 PTGALIOE0009 PTGALFOE0002 9139100030402 PTPTHOT0014 XS0587805457 PTRELYOE0002 PTRELYOE0002 XS1189286288 913910005801 913910005901 PTTGUNOM0018	BRISA 1,875% 04/25 CELULOSE BERRA FLOAT 03/19 CXGD 1% 01827/22 EDP FINANCE 5,875% 02/16 FVO EDP FINANCE BV 4 75% 09/16 FVO EMASA GALP ENERGIA 4,125% 01/19 GALP ENERGIA SGPS FLOAT 18 P.CAVALEROS PORTUGAL SA 5,375% 20-19 PORTUGAL TELECOM 5,025% 02/16 FVO REN 6,25% 09/16 REN 6,25% 08/16 FVC REN FINANCE BV 2,5% 02/25 V.AGROS V.TÊXTIL VERSE 1 SNR 4,172% 16/02/17 Dep Prazo EUR BES	2.200.000,00 3.000.000,00 1.000.000,00 100.000,00 50.000,00 5.000,00 800.000,00 6.000.000,00 17.500,00 1.285.714,29 100.000,00 500.000,00 100.000,00 1.250.000,00 4.000,00 7.500,00 1.339.569,58	91,70% 101,00% 99,76% 100,11% 102,78% 0,00% 104,98% 103,19% 0,00% 104,75% 92,50% 103,89% 103,89% 98,01% 0,00% 0,00% 101,75%	99,1% 99,5% 99,3% 99,9% 104,8% 0,0% 106,6% 100,6% 0,0% 101,8% 97,2% 105,8% 105,8% 99,7% 3,0% 0,0% 100,0%	2.179.826,00 2.966.341,00 963.380,00 98.900,00 52.425,00 0,00 853.040,00 6.047.450,00 0,00 1.310.528,58 87.200,00 529.900,00 105.780,00 1.245.850,00 0,00 0,00 1.339.569,58 1.171,36	93,0% 102,0% 100,7% 105,5% 104,0% 0,0% 108,8% 103,4% 0,0% 105,4% 87,5% 105,4% 105,4% 100,2% 0,0% 0,0% 101,9%	2.046.882,71 3.061.023,84 1.006.840,27 105.467,63 52.019,65 0,00 870.611,73 6.208.215,84 0,00 1.355.411,25 97.523,97 527.043,75 105.406,75 1.252.593,48 0,00 0,00 1.365.185,40 1.171,36	
	sub-total		17.753.289,58			17.916.111,92		18.071.385,04
	sub-total		13.210.000,00			16.901.100,00		18.071.385,04
	Total	2.002.980	0,00			26.205.689,24		32.383.364,76

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	Total
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1 - Ações								
FR0000120828	AXA	50 400			24,87	1 253 404,42	25,23	1 271 592,00
DE0006404005	ALLIANZ AG	7 798			180,01	1 247 470,80	164,00	1 278 544,00
E80113800J87	BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO	279 000			4,54	1 255 891,51	4,58	1 271 681,59
DE000808111	BASF SE	18 280			66,12	1 281 628,85	70,74	1 291 006,00
DE0005190003	BAYERISCHE MOTOREN WERKE	13 000			95,89	1 255 895,81	87,70	1 271 270,00
FR0000131104	BNP PARIBAS	23 755			53,00	1 258 905,12	52,23	1 240 723,85
921810000701	C BUZI	2 000			0,00	0,00	0,00	0,00
921810000101	C IND MATOLA	2 200			0,00	0,00	0,00	0,00
921810000801	C MOÇAMBIQUE	3 000			0,00	0,00	0,00	0,00
921810000201	C RESSEGURO MOÇAMBIQUE	250			0,00	0,00	0,00	0,00
921810000301	C SEG NAUTICUS	500			0,00	0,00	0,00	0,00
921810000401	C SEG TRANQUILIDADE DE MOÇAMBIQUE	9 750			0,00	0,00	0,00	0,00
921810000501	CADA (AGRICULTURA)	2 100			0,00	0,00	0,00	0,00
921810000601	COMP AL GODOSES MOÇAMBIQUE	1 900			0,00	0,00	0,00	0,00
921810000701	COMP SES A NACIONAL	15 988			0,00	0,00	0,00	0,00
921810001101	CONTINENTAL MORTGAGE INVESTORS	600			0,00	0,00	0,00	0,00
DE0007100000	DAIMLER CHRYSLER AG	16 500			76,13	1 268 121,70	77,89	1 286 186,00
921810001201	FOMENTO PREDIAL MOÇAMBIQUE	50			0,00	0,00	0,00	0,00
921810001401	HIDRO ELECT CATUMBELA	200			0,00	0,00	0,00	0,00
DE0006430026	MUENCHENER RUECKVER AG	5 540			183,13	1 270 948,39	185,20	1 285 288,00
921810001601	NAVANG	448			0,00	0,00	0,00	0,00
921810001801	NOGAL (CERVEJA)	2 608			0,00	0,00	0,00	0,00
921810001701	PETRANGOL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
FR0000130677	PUBLICIS GROUP	20 800			60,37	1 237 653,59	61,38	1 256 290,00
FR0000131808	RENAULT SA	15 800			82,13	1 252 077,75	82,63	1 256 841,70
GB000825MLX29	ROYAL DUTCH PETROLEUM COMPANY	81 800			20,28	1 247 370,02	21,09	1 297 035,00
FR0000121972	SCHNEIDER ELECTRIC SA	23 980			52,32	1 253 486,34	52,55	1 259 337,00
921810001801	SENA SUGAR ESTATES LTD	77 375			0,00	0,00	0,00	0,00
DE0007239101	SIEMENS AG	14 400			87,81	1 264 442,22	89,87	1 294 126,00
921810001901	SOC TURISMO MOÇAMBIQUE	100			0,00	0,00	0,00	0,00
FR0000130809	SOCIETE GENERALE	29 300			42,63	1 254 975,75	42,56	1 240 861,50
921810002001	SONEFE	878			0,00	0,00	0,00	0,00
921810002101	SOUL (ULTRAMAR)	8 000			0,00	0,00	0,00	0,00
NL0000066365	UNILEVER NV-CVA	31 700			39,79	1 220 810,58	40,09	1 270 894,82
sub-total		746 351	0,00			16 954 131,77		16 988 479,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
IE0004871999	DBX S&P 500 EUR UCITS ETP	139 490			31,80	4 435 304,80	32,13	4 481 813,70
LU0261131446	FIDELITY TARGET 2016 ACÇÕES	43 319			10,55	458 004,10	13,40	590 470,28
LU0261131289	FIDELITY TARGET 2020 ACÇÕES	65 501			10,84	807 422,88	13,74	702 888,00
LU0261131762	FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	54 871			9,84	538 396,32	13,70	688 728,00
LU0261131382	FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	28 198			10,14	285 406,59	14,18	371 028,51
LU0261119078	FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	8 616			20,81	178 297,01	30,11	259 411,20
LU0261120084	FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	11 618			20,10	233 446,03	30,10	348 638,89
LU1025014369	FIDELITY TARGET 2045 ACÇÕES	39			12,85	498,89	12,82	491,04
LU1025014820	FIDELITY TARGET 2050 ACÇÕES	39			12,88	500,00	12,83	491,06
LU0701269705	INCOMETRIC FUND	871 447			5,74	5 000 025,00	6,89	5 108 891,08
KYG5574E3704	L&C UK REAL ESTATE	0			1 190,89	210,89	418,20	73,28
sub-total		1 381 399	0,00			10 311 861,78		10 661 422,00
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.1 - De dívida pública								
IT0005029459	BTPS 1.15% 05/17		5 750 000,00	101,80%	101,3%	5 822 450,00	101,7%	5 850 285,03
IT0005094088	BTPS 1.65% 03/22		2 600 000,00	95,14%	89,5%	2 487 525,00	85,7%	2 382 137,80
IT0005083057	BTPS 3.25% 09/14/6		6 100 000,00	111,88%	112,5%	6 880 060,00	113,1%	6 880 321,06
DE0001141895	BUNDES OBLG 0.5% 04/12/19		1 800 000,00	102,48%	101,8%	1 828 260,00	102,8%	1 842 898,94
IT0006127888	BUNDI 0% 03/21/9		8 000 000,00	100,02%	100,0%	8 003 477,07	100,0%	8 001 880,00
IT0006948978	CERT DI CREDITO DEL TESORO 0% 08/16		2 000 000,00	100,02%	99,9%	1 997 880,00	100,0%	2 000 300,00
IE00B39C2626	IRISH GOVT 0.8% 08/22		2 800 000,00	102,13%	99,5%	2 488 428,00	102,8%	2 589 181,84
IE00B41Y9488	IRISH GOVT 5.32% 06/12		6 000 000,00	158,06%	163,4%	9 203 356,20	161,6%	9 688 350,94
PT0TEBCE0220	PT OT 4.1% 02/18/45		3 800 000,00	106,67%	106,9%	4 062 200,00	110,8%	4 212 123,00
X81088878187	REPUBLIC OF IRELAND 2.5% 07/20		1 300 000,00	104,14%	98,7%	1 295 698,00	105,3%	1 368 839,83
S10002109487	REPUBLIKA OF SLOVENIA 1.50% 03/16		18 680 000,00	85,78%	88,8%	16 154 506,00	87,9%	16 399 623,73
ES00000127A2	SPANISH GOVT 1.95% 07/80		5 400 000,00	95,63%	96,8%	5 378 184,00	98,4%	5 208 056,67
ES00000124I2	SPANISH GOVT 2.1% 04/30/17		2 000 000,00	102,76%	103,9%	2 078 600,00	104,2%	2 083 214,76
ES0000012933	SPGB 4.2% 01/31/37		7 800 000,00	126,99%	124,9%	9 748 320,00	127,0%	9 905 888,44
ES00000120N0	SPGB 5.16% 10/31/44		6 800 000,00	136,80%	138,3%	9 159 700,00	137,7%	8 121 748,17
ES00000124H4	SPGB 6.16% 10/31/44		6 800 000,00	141,80%	144,8%	9 822 800,00	142,9%	9 282 850,88
ES00000123C7	SPGB 6.9% 07/30/26		12 700 000,00	138,85%	136,1%	17 759 075,00	140,9%	17 081 545,48
ES0000011858	SPGB 0% 01/31/20		11 500 000,00	143,38%	144,5%	16 614 050,00	148,9%	17 120 097,28
X80882814886	SWEDEN KINGDOM 0.875% 01/18		7 000 000,00	102,19%	102,3%	7 180 500,00	103,0%	7 209 557,85
X81171706857	SWEDEN KINGDOM 0.875% 01/23/16		9 000 000,00	91,39%	89,1%	8 016 494,02	81,7%	8 257 084,77
X81198102052	UNITED MEXICAN STATES 1.825% 03/08/24		2 800 000,00	95,67%	89,8%	2 785 908,00	87,0%	2 718 055,88
sub-total		0	106 750 000,00			148 372 188,20		148 810 388,60
2.2.2.2 - De outras emissões públicas								
ES0000101861	COMMUNITY OF MADRID 1.826% 26		6 000 000,00	88,72%	100,0%	5 989 820,00	100,2%	6 014 858,00
ES0000101877	COMMUNITY OF MADRID 2.08% 03/30		5 600 000,00	83,37%	100,0%	6 600 000,00	96,0%	6 227 355,00
ES0000107401	COMUNIDAD ARAGON 8.25% 01/27		6 000 000,00	155,79%	158,8%	9 406 000,00	168,7%	9 819 225,21
sub-total		0	17 600 000,00			21 995 820,00		21 061 438,00

B.
M.
M.
M.
M.

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Valores em euros						
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (milhões de euros)	Total
							unidade	
2.2.2.3 - De outros emissores								
XS1284398448	SM FLOAT 05/20	400 000,00	400 000,00	99,45%	100,0%	400 000,00	99,5%	397 963,24
XS1165195173	ABBEY NATL TREASURY 1,25% 01/22	1 000 000,00	1 000 000,00	96,76%	99,9%	998 730,30	96,9%	998 578,49
XS1199486222	ABBEY NATL TREASURY 1,25% 03/25	2 000 000,00	2 000 000,00	94,13%	99,1%	1 982 560,00	95,0%	1 930 766,72
XS1216821758	ABN AMRO BANK 1% 04/18/25	3 000 000,00	3 000 000,00	95,34%	99,1%	2 872 010,00	96,1%	2 891 546,83
XS114155283	ACIDAS AG 1,25% 10/21	760 000,00	760 000,00	100,46%	99,1%	743 587,50	100,7%	755 054,14
FR0011965177	AIR FRANCE - KLM 3,875% 08/21	1 500 000,00	1 500 000,00	99,43%	99,3%	1 488 750,00	101,6%	1 522 532,04
XS1117299484	AIR PRODUCTS & CHEMICALS 1% 02/12/25-14	1 750 000,00	1 750 000,00	95,39%	96,4%	1 740 095,00	98,2%	1 684 238,38
FR0011531631	ALSTOM 3% 07/09/19	6 000 000,00	6 000 000,00	106,24%	107,4%	6 442 600,00	107,7%	6 481 077,98
XS1074479384	AMERICA MOVL 1% 08/24/18	2 000 000,00	2 000 000,00	100,76%	99,7%	1 993 540,00	101,3%	2 026 575,40
BE0276039419	ANHEUSER-BUSCH FLOAT 10/18	250 000,00	250 000,00	99,34%	100,0%	250 000,00	99,4%	248 472,10
XS1135384803	APPLE INC 1% 11/01/22	1 000 000,00	1 000 000,00	100,40%	98,6%	960 000,00	100,0%	1 005 373,44
XS1205816806	APT P PELLNES LTD 2% 03/22/27	3 300 000,00	3 300 000,00	89,24%	99,5%	3 269 404,00	90,6%	2 996 450,77
XS1167908128	ARCELORMITTAL 3,125% 01/22	5 800 000,00	5 800 000,00	76,54%	99,7%	5 485 570,00	79,9%	4 376 037,93
US0202090088	AT&T FLOAT 09/30/20	5 000 000,00	5 000 000,00	92,66%	92,8%	464 199,38	92,6%	402 780,20
XS1196937957	AT&T INC 1,3% 06/05/22	1 500 000,00	1 500 000,00	95,50%	99,9%	1 434 285,00	96,9%	1 453 673,81
XS1121228402	AUSTRALIA PACIFIC AIRPORTS 1,75% 10/24	1 000 000,00	1 000 000,00	98,09%	99,0%	999 477,00	98,0%	990 471,70
FR0012800812	AUTOROUTES PARIS 1,875% 01/25	500 000,00	500 000,00	101,09%	99,8%	497 495,00	99,7%	517 474,79
XS1051999398	BANCA MONTE DEI PASCHI 9 825% 04/01/19	11 900 000,00	11 900 000,00	100,9%	100,9%	11 636 700,00	103,5%	11 528 107,78
XS1299577208	BANCO POPULARE 2,825% 09/21/18	11 400 000,00	11 400 000,00	100,84%	101,1%	11 629 800,00	101,6%	11 578 706,91
ES0413760355	BANCO POPULAR 2,125% 10/19	1 000 000,00	1 000 000,00	105,58%	98,5%	905 190,00	108,1%	1 090 517,05
ES0319592913	BANCO SAHADELL 2,5% 12/19	700 000,00	700 000,00	101,81%	99,8%	688 425,00	102,0%	713 896,17
XS0862044706	BANK OF IRELAND 10% 07/09/15	10 700 000,00	10 700 000,00	104,0%	104,3%	11 154 750,00	109,2%	11 890 928,07
XS0655912440	BARCLAYS BANK 6% 01/14/21	6 300 000,00	6 300 000,00	119,80%	120,3%	7 575 750,00	125,6%	7 913 712,37
XS1018720853	BBVA FINANCIAL 2,875% 01/19	600 000,00	600 000,00	100,68%	99,7%	598 745,00	102,8%	608 979,28
XS1200679071	BERKSHIRE HATHAWAY 1,25% 03/16/27	6 800 000,00	6 800 000,00	90,65%	98,7%	6 249 875,00	90,6%	5 501 891,83
XS1028954953	BHARTI AIRTEL INTERNAT 3,375% 05/22/21	750 000,00	750 000,00	104,28%	99,2%	744 360,00	106,4%	797 726,10
XS1224663482	BHP BILLITON FINANCE FLOAT 04/20	130 000,00	130 000,00	97,56%	100,0%	130 000,00	97,7%	97 745,31
XS1200103361	BK TOKYO - MITSUBISHI UFJ 0,875% 03/22	1 000 000,00	1 000 000,00	97,79%	99,5%	966 480,00	98,5%	984 612,60
XS1117297785	BLACKROCK 1,25% 05/28/25	2 100 000,00	2 100 000,00	65,50%	99,7%	2 092 844,00	98,3%	2 222 620,42
XS1168982063	BMW FINANCE 1% 01/21/25	1 000 000,00	1 000 000,00	95,20%	99,2%	992 380,00	96,2%	901 574,98
DE000A122002	BMW US CAPITAL FLOAT 04/16	500 000,00	500 000,00	96,32%	100,0%	500 000,00	98,4%	496 758,30
XS0893994807	BAP PARIBAS 1,375% 11/21/18 FVO	50 000,00	50 000,00	102,92%	102,9%	51 426,00	103,1%	51 533,84
XS114477139	BP CAPITAL 1,525% 09/22	3 000 000,00	3 000 000,00	100,80%	100,0%	3 000 000,00	101,2%	3 036 067,66
XS1017790178	BPE FINANCIACIONES 2,5% 02/17	12 700 000,00	12 700 000,00	101,87%	101,8%	12 902 535,00	104,0%	13 202 262,56
XS1168781526	BPE FINANCIACIONES SA 2% 02/30/20	2 000 000,00	2 000 000,00	99,30%	99,5%	1 989 680,00	101,3%	2 026 866,22
XS1075430741	BRITISH TELECOM 1,125% 08/19	1 000 000,00	1 000 000,00	102,09%	99,5%	995 080,00	102,7%	1 027 160,48
913810000001	C. ÁGUAS DA BEIRA	110,00	110,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
913810000001	C.MOÇAMBIQUE	120,00	120,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
913810089401	CALM EAGLE HOLDINGS FLOAT 31/03/16	20 229 815,37	20 229 815,37	100,00%	100,0%	20 229 815,37	100,0%	20 229 515,37
FR0312821624	CAP GEMINI FLOAT 07/18	1 000 000,00	1 000 000,00	79,87%	101,0%	1 009 900,00	100,9%	1 038 787,50
XS1176919017	CARREFOUR 1,25% 03/25	1 500 000,00	1 500 000,00	96,83%	99,5%	1 462 020,00	98,0%	1 466 967,89
XS1086359976	CARREFOUR 1,75% 07/22	500 000,00	500 000,00	103,36%	99,3%	496 490,00	104,2%	520 895,30
FR0011482714	CARREFOUR BANQUE FLOAT 04/18	800 000,00	800 000,00	100,19%	100,4%	809 490,00	100,4%	822 625,35
FR0011301480	CASINO GJ PERRACHO 9,5% 06/00/18	9 200 000,00	9 200 000,00	109,85%	107,3%	9 852 800,00	105,1%	8 517 128,48
FR0012399122	CASINO GJ PERRACHO 2,33% 25/24	4 000 000,00	4 000 000,00	87,11%	100,0%	4 000 000,00	85,2%	3 567 776,90
XS1173792559	CITYGROUPO 1,75% 11/28/25	400 000,00	400 000,00	98,36%	99,3%	397 362,00	100,0%	399 687,01
XS0627384554	COLOMBIE PLO BAISS REN 9 825% 09/01/12	7 800 000,00	7 800 000,00	124,94%	99,2%	9 579 800,00	127,1%	9 981 745,85
XS1246881026	CSN INDUSTRIAL 2,75% 03/18/19	4 500 000,00	4 500 000,00	99,40%	99,5%	4 476 165,00	101,6%	4 470 152,00
XS114462043	CSN INDUSTRIAL FIN 2,875% 09/27/21	500 000,00	500 000,00	98,69%	99,2%	496 100,00	99,4%	497 181,22
FR0010409789	CNP ASSURANCES 4,75% 12/28/16	4 700 000,00	4 700 000,00	93,51%	102,0%	4 794 000,00	101,8%	4 778 318,79
XS1167833053	COCA-COLA 1,125% 03/06/27	4 000 000,00	4 000 000,00	93,29%	98,0%	3 909 920,00	94,2%	3 766 116,40
DE000A110588	DAIMLER AG 1,875% 07/24	4 000 000,00	4 000 000,00	104,56%	107,7%	4 308 000,00	105,5%	4 219 745,58
US0123390811	DAIMLER FIN FLOAT 03/18	2 500 000,00	2 500 000,00	96,60%	99,5%	2 243 762,35	99,7%	2 288 588,68
XS1071388117	DANSKE A/S 1,25% 08/21	3 300 000,00	3 300 000,00	104,01%	104,3%	3 127 500,00	104,7%	3 141 216,18
XS1197778602	DELPHI AUTOMOTIVE 1,5% 03/25	1 700 000,00	1 700 000,00	92,31%	99,6%	1 592 160,00	93,5%	1 589 807,85
DE000A121UN4	DEUTSCHE ANN FIN 2,125% 07/22	1 300 000,00	1 300 000,00	106,70%	99,4%	994 120,00	101,7%	1 017 150,52
XS1050846507	EADS FINANCE 2,375% 04/24	4 000 000,00	4 000 000,00	107,64%	111,5%	4 491 800,00	109,6%	4 384 900,65
XS1198386886	EASTER CREATION II INV 1% 03/19/18	1 950 000,00	1 950 000,00	99,79%	99,8%	1 945 478,00	99,8%	1 641 754,46
FR0012698862	EDENRED 1,375% 09/25	2 400 000,00	2 400 000,00	87,18%	99,5%	2 374 538,00	89,3%	2 118 836,52
XS1029290220	ELECTRICITE DE FRANCE 5,825% 02/21/83	5 000 000,00	5 000 000,00	138,22%	140,0%	7 000 000,00	144,3%	7 202 131,60
XS1203859415	ENAGAS FIN 1% 03/25/23	3 500 000,00	3 500 000,00	97,00%	99,7%	3 486 520,00	97,6%	3 421 801,60
XS1177469531	ENAGAS FINANCIACIONES 1,25% 02/25	1 700 000,00	1 700 000,00	96,60%	99,1%	1 684 360,00	97,8%	1 659 829,89
XS1048844093	ENAV 6,125% 07/30	4 000 000,00	4 000 000,00	145,65%	148,4%	5 838 000,00	148,6%	5 444 823,80
XS0840092079	ERSTE GROUP BANK 7,125% 10/10/22	3 200 000,00	3 200 000,00	118,41%	119,0%	3 908 000,00	120,0%	3 840 297,60
XS1170787767	EVONIK INDUSTRIES 1% 01/23/20	500 000,00	500 000,00	98,16%	99,3%	496 885,00	99,1%	495 460,83
XS1168131717	FCE BANK PLC 1,134% 02/10/22	1 800 000,00	1 800 000,00	96,59%	100,0%	1 630 000,00	97,8%	1 463 469,29
ES0205032003	FERROVAL SA 2,5% 07/24	2 000 000,00	2 000 000,00	102,65%	106,2%	2 169 400,00	106,9%	2 078 167,44
XS1199693731	FLOWSERVE CORPORATION 1,25% 03/17/22	3 500 000,00	3 500 000,00	93,69%	99,3%	3 479 780,00	94,7%	3 319 905,77
XS1170307414	GAS NATURAL PENOSA 1,875% 01/25	2 000 000,00	2 000 000,00	95,81%	98,9%	1 978 980,00	92,1%	1 942 317,50
XS1041994800	GAS NATURAL PENOSA 2,875% 03/24	1 500 000,00	1 500 000,00	106,49%	99,7%	1 499 010,00	103,8%	1 681 814,22
FR0012892781	GEF SUEZ 1% 03/13/25	6 400 000,00	6 400 000,00	94,02%	99,2%	5 959 744,00	94,5%	5 123 825,80
XS1238630515	GENERAL ELECTRIC FLOAT 05/28/22	4 100 000,00	4 100 000,00	93,17%	103,0%	4 100 000,00	96,2%	4 008 801,49
XS1121198094	GENERAL MOTORS FINANCIAL 1,875% 10/15/19	1 100 000,00	1 100 000,00	161,83%	99,6%	1 096 702,00	102,0%	1 122 332,14
XS0283620948	GENERAL FINANCES 5,475% 12/26/19	11 000 000,00	11 000 000,00	182,59%	193,8%	11 902 375,00	107,8%	11 664 864,60
XS1118269326	GOLDMAN SACHS 2,125% 08/03/24	500 000,00	500 000,00	93,11%	99,8%	499 020,00	101,8%	509 205,77
XS1240146681	GOLDMAN SACHS FLOAT 20	400 000,00	400 000,00	99,46%	100,0%	400 000,00	99,5%	398 093,18
XS1173845498	GOLDMAN SACHS GROUP 1,375% 07/26/22	1 750 000,00	1 750 000,00	99,46%	98,2%	1 739 612,60	100,1%	1 750 672,63
FR0012815484	GRUPAMA SA 7,875% 10/27/30	4 000 000,00	4 000 000,00	109,81%	107,8%	4 745 410,00	108,2%	4 781 386,80
919610001301	HIDRO REVUE	24,00	24,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
XS1132402709	HUTCHISON 1,375% 10/21	1 500 000,00	1 500 000,00	100,88%	99,7%	1 489 220,00	100,3%	1 504 687,40
XS1057050000	IBERDROLA 2,5% 10/22	2 800 000,00	2 800 000,00	107,48%	103,1%	2 895 480,00	107,6%	3 022 380,47

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						Valor de balanço unitário	Total
XS1167204699	LLOYDS BANK 1.26% 01/23		100.000,00	97,72%	99,6%	99.478,00	98,9%	98.927,48
XS1219428957	LLOYDS BANK PLC 0.625%		1.000.000,00	99,59%	99,0%	1.599.056,00	100,0%	1.600.327,21
XS0456069931	LLOYDS FLOAT 20 03/12/2020		2.500.000,00	100,19%	102,7%	2.567.696,48	100,3%	2.507.260,14
XS1109743990	MACQUARIE BANK 1% 09/19/19		200.000,00	100,40%	100,0%	200.000,00	100,7%	201.379,23
ES0224344063	MAFFRE SA 1.5921% 07/24/37		5.300.000,00	104,04%	104,8%	5.886.375,00	108,6%	5.881.412,02
DE000A1SR6M9	METRO AG 1.375% 10/21		4.600.000,00	100,04%	99,2%	4.486.115,00	100,3%	4.512.684,67
XS1203941775	METRO AG 1.375% 03/25		600.000,00	94,45%	99,8%	498.170,00	98,6%	478.151,16
US994918AY03	MICROSOFT CORP 1.85% 02/20		5.000.000,00	91,87%	88,3%	4.419.400,41	92,5%	4.626.464,09
XS1117298163	MOODY'S CORP 1.75% 03/27-28		1.000.000,00	95,78%	100,0%	998.690,00	97,2%	972.000,82
XS1180256528	MORGAN STANLEY 1.75% 01/30/25		3.000.000,00	98,17%	98,8%	2.994.270,00	98,8%	2.993.284,93
XS0704278528	MUNICH RE 0.25% 05/26/42		7.300.000,00	121,48%	122,0%	8.908.000,00	125,2%	9.140.750,05
XS1167352813	NATIONAL AUSTRALIA BANK 0.675% 01/20/22		500.000,00	99,61%	99,0%	498.165,91	99,4%	497.180,27
XS1268327775	NATIONAL BANK OF CANADA FLOAT 09/17		500.000,00	99,98%	100,1%	500.250,00	100,0%	499.958,33
XS1188094673	NATIONAL GRID NA INC 0.75% 02/22		4.000.000,00	98,93%	99,3%	3.972.620,00	97,8%	3.993.787,99
XS1166797814	NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1.25% 03/25		5.000.000,00	98,50%	99,0%	4.965.800,00	97,8%	4.876.541,80
XS1182788949	NESTLE FIN INTL 0.75% 11/21		1.000.000,00	101,00%	98,7%	998.780,00	101,1%	1.011.039,07
XS1204254715	NN GROUP 1% 03/18/22		2.400.000,00	97,51%	99,8%	2.394.192,00	98,3%	2.389.149,24
XS1028650290	NN GROUP NV 4.3% 07/15/49		4.800.000,00	98,17%	97,8%	4.789.750,00	100,2%	4.911.998,59
XS1194758110	NOVARTIS 0.75% 11/21		1.000.000,00	100,76%	99,1%	991.340,00	100,9%	1.006.615,57
XS0882711631	PETROBRAS FINANCE 2.75% 01/20/18		500.000,00	81,50%	93,1%	465.700,00	84,1%	420.894,69
XS0456477578	PETROLEOS MEXICANOS 5.5% 01/17		1.000.000,00	102,76%	108,5%	1.085.000,00	108,1%	1.081.273,84
XS1075312826	PGE SWEDEN 1.625%		2.100.000,00	99,51%	99,5%	2.088.534,00	100,6%	2.117.202,73
XS1108750010	POHJOLA BANK PLC 0.75% 03/22		600.000,00	97,87%	99,7%	498.270,00	98,5%	491.444,51
XS1202219291	PPG INDUSTRIES 1.4% 03/13/27		3.000.000,00	91,76%	88,6%	2.658.840,00	88,6%	2.798.482,86
XS1117462778	PROLOGIS LP 1.375% 10/07/20		1.000.000,00	99,23%	98,8%	998.340,00	98,8%	995.453,31
XS0468281818	RABOBANK 6.875% 03/19/20		8.300.000,00	118,87%	120,0%	9.858.170,00	124,1%	10.296.810,31
XS1239520494	RABOBANK FLOAT 20		400.000,00	99,33%	100,0%	400.000,00	99,4%	397.410,69
FR0012598170	RCI BANQUE 0.625% 03/20		2.000.000,00	97,81%	99,8%	1.988.680,00	98,3%	1.988.474,20
XS1219462543	RED ELECTRICA FIN 1.125% 04/25		100.000,00	95,87%	99,5%	98.521,00	99,6%	98.841,52
XS1050547931	REDEXIS GAS FINANCE 2.75% 04/21		5.000.000,00	105,54%	102,2%	5.107.590,00	107,5%	5.377.207,38
FR0012199005	RTE RESEAU DE TRANSPORT 1.625% 10/09/24		700.000,00	100,70%	99,0%	692.890,00	101,1%	707.498,88
XS1218217377	SANTANDER CONSUMER BANK 0.625% 04/18		1.000.000,00	99,34%	99,6%	998.040,00	100,4%	1.003.887,44
XS1188117391	SANTANDER CONSUMER FINANCE 0.6% 02/20		1.000.000,00	98,88%	98,8%	998.080,00	99,8%	994.811,78
DE000A14KJF5	SAP SE 1% 04/1/25		2.800.000,00	97,12%	99,3%	2.778.392,00	97,9%	2.740.181,75
XS1220876984	SINORC GRP OVERSEA 2016 0.8% 04/18		1.500.000,00	99,40%	99,7%	1.488.740,00	99,7%	1.488.018,48
XS1061410982	SNAM SPA 1.5% 04/10		680.000,00	103,14%	99,4%	685.628,80	104,2%	718.738,35
FR0011465275	SOCIETE DES AUTOROUTES FLOAT 01/18		1.000.000,00	100,03%	100,3%	1.002.530,00	100,2%	1.002.059,28
XS0449487819	SOCIETE GENERALE 9.375% 09/28/48		8.000.000,00	122,38%	123,3%	7.395.000,00	125,4%	7.524.332,46
XS1080163709	SODEXO 1.75% 01/24/02/22		700.000,00	103,34%	99,9%	699.829,00	105,0%	734.810,52
XS1219671857	STANDARD CHARTERED FLOAT 18		1.000.000,00	91,22%	82,5%	924.727,21	91,4%	914.028,65
XS1185734651	STATE GRID EUROPE DEV 1.5% 01/22		2.800.000,00	97,36%	99,7%	2.792.608,00	98,7%	2.784.724,22
XS1149693240	SUMITOMO MITSUBI BANKING 1% 01/19/22		1.500.000,00	99,98%	99,9%	1.492.465,00	99,9%	1.488.948,18
XS1188117870	SVENSKA CELLULOZA 1.125% 03/25		2.000.000,00	93,79%	99,8%	1.885.300,00	94,7%	1.883.444,10
XS1087783174	SYDNEY AIRPORT 2.75% 04/24		1.000.000,00	109,70%	99,8%	998.450,00	105,6%	1.088.904,43
XS1188041419	TDC 1.75% 02/27		2.500.000,00	86,63%	99,0%	2.475.975,00	86,1%	2.202.572,65
XS1169832810	TELECOM ITALIA 3.25% 01/23		2.500.000,00	101,40%	99,4%	2.486.150,00	104,5%	2.612.763,35
XS0241948630	TELEFONICA 4.375% 02/16 FVO		50.000,00	100,30%	102,7%	51.325,00	104,3%	52.141,73
XS1089430388	TELEFONICA EMISIONES 2,242% 05/2022		2.000.000,00	102,85%	100,0%	2.000.000,00	104,2%	2.083.787,98
XS1183235944	TEOLLISUUDEN 2.125% 02/04/25		3.500.000,00	97,33%	99,3%	3.475.745,00	89,3%	3.123.758,15
XS1178106851	TERNA SPA 0.875% 02/22		2.300.000,00	98,12%	98,4%	2.288.860,00	98,9%	2.275.157,48
XS1082670855	TESCO CORP 1.375% 07/19		3.200.000,00	98,10%	99,7%	3.186.888,00	98,8%	3.087.040,00
XS1211040917	TEVA PHARM FIN II 1.25% 23-22		4.000.000,00	94,39%	96,1%	3.982.380,00	95,3%	3.819.328,31
XS0559093495	THALES 2.75% 10/18 FVO		50.000,00	102,01%	103,4%	51.710,00	102,6%	51.280,25
XS0557312922	THAMES WATER UTIL 3.25% 11/16 FVO		50.000,00	102,55%	104,3%	52.125,00	103,0%	61.507,37
XS1130487886	TORONTO-DOMINION BANK 0.75% 10/29/21		400.000,00	100,74%	99,8%	399.024,00	100,9%	403.484,39
XS1106485676	TYCO INT FINANCE 1.375% 02/25/25		2.000.000,00	93,80%	99,8%	1.988.880,00	95,0%	1.900.520,83
XS1218316702	UNIBAIL-RODAMCO 1% 03/14/25		3.100.000,00	94,00%	99,7%	3.089.832,00	94,7%	3.098.114,67
XS121177338	UNIBAIL-RODAMCO 1.375% 10/22		1.400.000,00	100,70%	99,8%	1.388.948,00	101,0%	1.413.744,68
IT0005067076	UNIONE DI BANCHE ITALIAN 1.25% 02/25		400.000,00	98,47%	99,0%	388.088,00	99,6%	398.347,45
XS1033018158	UNIONE DI BANCHE ITALIAN 2.875% 02/18/19		11.200.000,00	104,94%	105,3%	11.783.000,00	107,4%	12.031.804,61
XS1041042828	UNIFOL GRUPPO FIN 4.375% 03/05/21		6.700.000,00	108,07%	107,7%	6.188.900,00	100,7%	6.281.248,08
DE000A0GV578	UTZ FUNDING PLC 6.321% 08/30/16		11.200.000,00	101,18%	101,8%	11.379.200,00	103,8%	11.829.748,29
XS1146900883	VERBUND AG 1.5% 11/24		3.000.000,00	98,31%	98,4%	2.983.110,00	98,5%	2.954.480,98
XS1108902303	VOADAFONE GROUP 1% 09/11/20		500.000,00	100,47%	99,3%	498.740,00	100,8%	503.878,39
AT0000A19S18	VOESTALPINE AG 2.25% 10/21		1.000.000,00	102,68%	99,9%	999.170,00	103,2%	1.031.815,08
XS1187867283	VOLKSWAGEN INTL FIN 1.625% 01/16/30		4.500.000,00	85,62%	99,0%	4.465.720,00	87,2%	3.922.984,52
XS1240086348	WELLS FARGO FLOAT 06/20		400.000,00	99,38%	100,0%	400.000,00	98,4%	397.852,70
FR0012199156	WENDEL 2.75% 10/24		100.000,00	100,85%	99,5%	99.468,00	101,6%	101.822,23
XS1118028633	WESTFARMERS 1.25% 10/21		1.500.000,00	99,60%	99,8%	1.498.910,00	100,2%	1.502.809,51
US981214CN14	WESTPAC BANKING FLOAT 05/18		2.000.000,00	91,46%	87,8%	1.788.080,42	91,6%	1.831.182,48
XS1200845003	WHIRLPOOL CORP 0.625% 03/12/20		500.000,00	97,67%	98,8%	497.870,00	98,8%	492.335,28
	Obrigações Moza Banco 15/06/18		4.888.875,00	100,00%	100,0%	94.881,87	100,0%	85.180,50
	Dep Prazo Angola					15.534.083,71		15.534.083,71
	Dep Prazo MOÇAMBIQUE					3.129.350,65		3.129.350,65
	sub-total		100.000.000,00			100.000.000,00		100.000.000,00
	sub-total		100.000.000,00			100.000.000,00		100.000.000,00
	Total		100.000.000,00			100.000.000,00		100.000.000,00
	2.3 - Derivados de Negociação							
	Forward's Cambiais EUR							-172.507,76
	Swaps Cambiais USD / NZD							-55.280,82
	Total							-227.788,58
	Total							-227.788,58
	3 - TOTAL GERAL		100.000.000,00			100.000.000,00		99.772.211,42

PS.
 J.M.
 AL
 7

7. DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral, incluindo quadro com remunerações pagas durante o ano de 2015;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, da ASF.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE FISCALIZAÇÃO E DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

1. Introdução

De acordo com o definido na Lei nº. 28/2009, de 19 de junho, as entidades de interesse público, como é o caso das empresas de seguros e de resseguros, nas quais a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (“CST”) se insere, devem, anualmente, submeter à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

No que diz respeito à atividade seguradora, esta matéria é ainda regulada pelas disposições regulamentares constantes da Norma Regulamentar nº 5/2010-R e da Circular nº 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ambas de 1 de abril.

É pois, com base neste enquadramento legal e regulamentar, que se procede à elaboração da presente política de remunerações dos membros dos órgãos sociais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. para o ano de 2016.

Considerando a estrutura de remunerações atual da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., concluiu-se não existirem motivos para alterar significativamente a política de remunerações em vigor, na qual claramente se encontram consagrados os princípios considerados fundamentais a este nível, como sejam:

- i) A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da sociedade;
- ii) O alinhamento das práticas remuneratórias com a proteção dos interesses do acionista, clientes e colaboradores da sociedade;
- iii) O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional.

Nesta conformidade, submete-se à aprovação da Assembleia Geral a seguinte Política de Remuneração para os Membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, bem como da Mesa da Assembleia Geral, da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., para o ano 2016.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

A política de remuneração dos órgãos sociais da Tranquilidade é, nos termos previstos no atual Artigo 24º do Contrato de Sociedade, aprovada em sede de Assembleia Geral. Na definição da referida política de remuneração não são utilizados serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração dos Membros do Conselho de Administração

As remunerações de cada membro do Conselho de Administração serão definidas diretamente pela acionista única em sede de Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas que auferem remuneração receberão uma remuneração fixa paga catorze vezes ao ano, à qual poderá acrescer uma remuneração variável, nos termos que vierem a ser definidos pelo acionista em Assembleia Geral.

A parte fixa terá os limites que forem fixados em sede de Assembleia Geral sendo que, por regra, não deverá ser inferior a 60% da Remuneração Total Anual.

A parte variável, quando existente, representará em média cerca de 40% da remuneração, oscilando contudo o seu valor exato, em cada ano, em função da avaliação do desempenho individual e global dos membros do Conselho Administração com funções executivas, bem como do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais da Sociedade, designadamente, do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior, da Rentabilidade dos Capitais Próprios e do Rácio Combinado, tendo sempre em consideração no processo de avaliação, a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

A remuneração variável, quando existente, é referente ao desempenho de curto prazo e depende de decisão a tomar pela acionista única em Assembleia Geral de acordo com a avaliação e com base nos critérios acima referidos.

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não são consideradas outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, não sendo igualmente atribuídos aos mesmos quaisquer benefícios pecuniários ou não pecuniários de relevo.

Considerando a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é feito de uma só vez, em numerário, em mês posterior à aprovação das contas do exercício do ano a que diz respeito.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral definir, que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos que vierem oportunamente a ser definidos.

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas poderão ainda ter direito a uma contribuição para um Fundo de Pensões de contribuição definida, cujos termos e condições do respetivo plano se encontram atualmente em processo de definição e aprovação.

Os vogais do Conselho de Administração sem funções executivas não auferiram qualquer remuneração fixa ou variável.

4. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 27º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente.

Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal, definido em Assembleia Geral, pago 12 vezes ao ano.

5. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de contas será remunerado de acordo com as condições definidas na legislação aplicável. Os respetivos honorários deverão ser propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de administração, após parecer do Conselho Fiscal.

6. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 13º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário.

Os respetivos membros poderão ser remunerados através de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização, sendo o mesmo definido em assembleia geral, caso haja lugar ao seu pagamento

2. Quadro de remunerações pagas aos membros dos Órgãos Sociais da Tranquilidade durante o ano de 2015

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável (2)	
Conselho de Administração			1.100,0
Gustavo Alexandre P.T. Mesquita Guimarães (Presidente)	103,3	-	103,3
Alexandre Wallace Humphreys (Vogal)	-	-	0,0
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Vogal)	237,2	160,0	397,2
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr (Vogal)	-	-	0,0
Jan Adriaan de Pooter (Vogal)	92,9	-	92,9
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Vogal)	66,1	160,0	226,1
Pedro Luís Francisco Carvalho (Vogal)	101,5	-	101,5
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (1)	41,2	-	41,2
António Miguel Natário Rio-Tinto (1)	-	-	0,0
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno (1)	35,3	-	35,3
Rui Manuel Leão Martinho (1)	55,1	-	55,1
Miguel Luís Kolback da Veiga (1)	9,2	-	9,2
António José Baptista do Souto (1)	-	-	0,0
Manrico Iachia (1)	9,2	-	9,2
António Manuel Rodrigues Marques (1)	19,8	-	19,8
Bernardo Leite Faria Espírito Santo (1)	9,2	-	9,2
Conselho Fiscal			117,2
Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)	39,2	-	39,2
Manuel Maria de Paula Reis Boto (Vogal Efetivo)	23,5	-	23,5
Pedro Manuel Aleixo Dias (Vogal Efetivo)	23,5	-	23,5
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Vogal Suplente)	-	-	0,0
Alexandre Paixão Coelho (Presidente) (1)	26,9	-	26,9
Horácio Lisboa Afonso (1)	4,1	-	4,1
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira (1)	-	-	0,0
Total Remunerações	897,3	320,0	1.217,3

(1) Os membros dos Órgãos Sociais acima indicados deixaram entretanto de exercer os respetivos cargos.

(2) Remuneração variável relativa ao exercício de 2014.

O custo do exercício com pensões de reforma dos membros dos órgãos sociais foi em 2015 de 1.029 milhares de euros.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS "COLABORADORES COM FUNÇÕES-CHAVE"

1. Âmbito de aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos na Norma nº. 5/2010, de 1 de abril, da ASF, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno, mas também;
- Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular nº. 6/2010, de 1 de abril, da ASF;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "PS", "2nd", "dl", and "P".

- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade,

por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam, no caso concreto da Tranquilidade, os colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam ativamente diversos quadros das principais Direções da Companhia, em particular da Direção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direção de Risco Global com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da Tranquilidade incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães (Presidente)
Alexander Wallace Humphreys (Vogal)
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Vogal)
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr (Vogal)
Jan Adriaan de Pooter (Vogal)
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Vogal)
Pedro Luís Francisco de Carvalho (Vogal)

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da Tranquilidade não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração

a) Composição da Remunerações

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável. Na determinação destas duas componentes, são considerados pelo Conselho de Administração diversos fatores, dos quais se salientam:

- A situação económica e os resultados obtidos pela Companhia;
- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais praticadas no setor segurador;
- A avaliação de desempenho, tanto a nível individual como a nível coletiva.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por outras prestações regulares e periódicas, atribuíveis a todos os colaboradores da Companhia.

b) Limites e equilíbrios da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará em média, na Companhia, aproximadamente, entre 80% e 85% da Remuneração Total Anual.

A parte variável, caso haja lugar à atribuição da mesma, não deverá exceder, em média, 20% da remuneração total anual para a totalidade dos Colaboradores da Companhia, sendo que o valor máximo individual não deverá exceder os 40% do valor total da remuneração anual.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

c) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento

Em caso de atribuição, o montante da Remuneração Variável Anual (RVA) terá os limites definidos pelo Conselho de Administração. A RVA é referente ao desempenho de Curto Prazo, sendo o seu valor exato, em cada ano, definido em função dos critérios definidos na alínea a).

No que a avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração diz respeito, a mesma tem por base o modelo de Avaliação de Desempenho em vigor no Grupo Tranquilidade nas suas diversas vertentes, nomeadamente:

- Avaliação de Objetivos;
- Avaliação das Competências Corporativas;
- Avaliação das Competências Funcionais.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi

considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é feito de uma só vez, em numerário.

Sem prejuízo do acima disposto, o Conselho de Administração, em linha com as orientações estipuladas pelo acionista nesta matéria, poderá definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos moldes que o mesmo definir.

4. Outros benefícios atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem ainda os seguintes benefícios, conforme definido no IRCT aplicável ao sector segurador ou em normativo próprio da Companhia para a generalidade dos Colaboradores:

- a) Seguro de Saúde;
- b) Seguro de Vida;
- c) Planos individuais de Reforma, em caso de reforma por velhice ou invalidez.

5. Ampliação do âmbito de aplicação da presente Política de Remuneração.

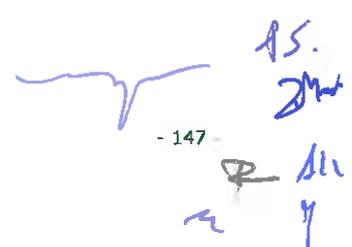
Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Companhia de Seguros Tranquilidade, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

De igual modo e para efeitos do disposto no Capítulo VII. Grupos Financeiros, da Circular nº. 6/2010, de 1 de abril, da ASF, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável relativamente aos Colaboradores das restantes empresas de seguro do Grupo Tranquilidade e respetivas filiais no exterior, sem prejuízo, neste último caso, dos eventuais ajustes à legislação local que se afigurarem necessários.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (Nº. 1 DO ARTIGO 4º DA NORMA 5/2010-R, DE 1 DE ABRIL, DA ASF)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular nº 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais		
I.1 Adoção de uma Política de Remuneração (PR) consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento, rentabilidade e proteção dos clientes.	Cumpre	
I.2 Adequação da PR à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumpre	
I.3 Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objetiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumpre	
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)		
II.1 Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral.	Cumpre	
II.2 Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores.	Cumpre	
II.3 Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente.	Cumpre	
II.4 A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da Instituição; A PR deve ainda ser objeto de formalização em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação das alterações introduzidas e respetiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumpre	
II.5 Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.	Cumpre	



Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '15.' and other illegible marks.

Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
III. Comissão de Remuneração (CR)		
III.1 A CR, caso exista, deve efetuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Não aplicável	
III.2 Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções.	Não aplicável	
III.3 Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço.	Não aplicável	
III.4 A CR deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos.	Não aplicável	
III.5 A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões efetuadas.	Não aplicável	
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas		
IV.1 A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efetivamente criada, proteção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à atividade.	Cumpre	<p>Os critérios de avaliação assentam nos seguintes indicadores de gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados líquidos do exercício; - Rentabilidade dos Capitais Próprios; - Rácio combinado, <p>sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas.</p>

Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (Continuação)		
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo.	Não cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016.
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição.	Não cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016.
IV.5 A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa.	Não aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada.	Cumpre	
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos.	Não aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.	Não aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV. Órgão de Administração – Membros não Executivos		
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumpre	
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em caso de destituição		
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	Cumpre Parcialmente	Está prevista em relação a alguns membros do Conselho de Administração, a possibilidade de ser paga uma compensação no período inicial de 3 anos a contar da data das suas primeiras nomeações.

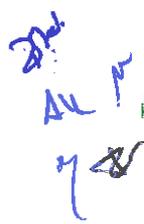
Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável		
<p>V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador.</p> <p>A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total;</p> <p>A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.</p>	Cumpre	
<p>V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição.</p>	Não cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável		
<p>V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes.</p>	Cumpre	
<p>V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.</p>	Cumpre parcialmente	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
<p>V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra.</p> <p>O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.</p>	Cumpre	

AS
 DR.
 ALK
 y
 D



Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável		
V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumpre	Foi considerado até à data que o baixo peso desta componente na Remuneração Total Anual não justifica o seu diferimento. Esta medida será objeto de reavaliação em 2016.
V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que exerçam funções-chave		
V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumpre	
V.9 Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Cumpre parcialmente	Sendo a remuneração consentânea com a função, a mesma não é porém totalmente alheia ao desempenho da mesma
VI. Avaliação da Política de Remuneração		
VI.1 A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumpre	
VI.2 A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumpre	
VI.3 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumpre	

Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
VII. Grupos Financeiros		
VII.1A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão da ASF com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações.	Cumpre	
VII.2A adoção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro.	Cumpre	
VII.3As funções-chave da empresa-mãe devem efetuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumpre parcialmente	Os valores e remunerações pagos pelas filiais, tendo em consideração as respetivas estruturas, não foram até à data considerados materialmente relevantes.
VII.4. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumpre parcialmente	


 AL M
 7/8



Companhia de Seguros TRANQUILIDADE, S.A.
Av. da Liberdade, nº 242
1250 - 149 Lisboa / Portugal
Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa
NIPC: 500 940 231
Autorização ASF nº 1037
LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de euros - meuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 1.280.179 meuros e capitais próprios totais de 138.611 meuros, incluindo um resultado líquido atribuível ao acionista de 29.415 meuros, a Conta consolidada de ganhos e perdas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das variações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as variações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial, e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as variações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador.

Ênfases

5. No âmbito do processo para a aquisição da Açoreana Seguros, S.A. (Açoreana) pelo grupo segurador controlado pela AP VIII Calm Eagle Holdings S.C.A., no qual a Companhia se integra, e tendo em vista a uniformização dos pressupostos que utiliza face aos usados pela Açoreana, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") expressou a sua não oposição à alteração, para efeitos contabilísticos e de solvência, dos pressupostos atuariais utilizados pela Companhia para determinação das provisões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho e do respetivo teste de adequacidade com referência a 31 de dezembro de 2015. Neste contexto, (i) a taxa de desconto utilizada no cálculo destas provisões foi alterada de 3,2% para 4% (3,44% em 31 de dezembro de 2014), (ii) a tábua de mortalidade TV 73/77 foi substituída pelas tábuas de mortalidade TD 88/90, para a população masculina, e TV 88/90, para a população feminina, e (iii) a taxa de despesas foi alterada de 1,5% para 2%. O efeito destas alterações implicou uma redução das provisões matemáticas do ramo acidentes de trabalho registadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e um aumento dos resultados consolidados do exercício no montante de 13.500 meuros (10.535 meuros após considerado o respetivo efeito fiscal).
6. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são apresentadas de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas consolidadas, datada de 24 de novembro de 2015, não continha reservas e incluía três ênfases. Uma das ênfases referia-se ao facto de a Companhia apresentar demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez com referência a 31 de dezembro de 2014, pelo que as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para efeitos comparativos, não foram objeto de auditoria. Outra das ênfases era relativa ao não cumprimento em 31 de dezembro de 2014 dos requisitos mínimos de solvência e representação das provisões técnicas exigidos pela regulamentação da ASF e ainda por a Companhia apresentar capitais próprios inferiores a metade do capital social, sendo aplicáveis os requisitos previstos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Em 2015 a Companhia implementou um plano de recapitalização, que incluiu a realização de um aumento de capital, a realização de prestações acessórias e ainda a venda da participação financeira na Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A.. A última ênfase era relativa ao resgate efetuado em março de 2015 de uma operação de capitalização celebrada entre a Companhia e o Novo Banco, S.A. por reembolso em espécie dos ativos que a constituíam, a qual não teve impacto nos resultados e capitais próprios consolidados da Companhia por ser relativa a um produto em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro.

Lisboa, 15 de junho de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco